

FERNANDO MARINHO MEZZADRI

**A ESTRUTURA ESPORTIVA NO ESTADO DO PARANÁ:
DA FORMAÇÃO DOS CLUBES ESPORTIVOS ÀS ATUAIS
POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS**

**Tese de doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Educação Física da
Faculdade de Educação Física da Universidade
Estadual de Campinas - Unicamp.**

CAMPINAS
2000

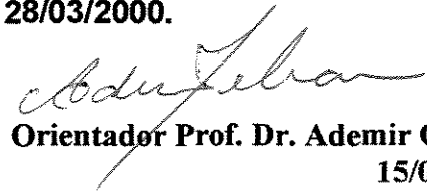
UNIDADE	32
N.º CHAMADA:	TI UNICAMP
	M5792
V.	Ex.
TOMBO BC	44705
PROC.	16.392707
C	☐
D	☒
PREC.	R\$ 11,00
DATA	14/06/02
N.º CPD	

CM00158469-1

FERNANDO MARINHO MEZZADRI

**A ESTRUTURA ESPORTIVA NO ESTADO DO PARANÁ:
DA FORMAÇÃO DOS CLUBES ESPORTIVOS ÀS ATUAIS
POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS**

**Este exemplar corresponde à redação final da
tese de Doutorado defendida por Fernando
Marinho Mezzadri e aprovada pela comissão
juladora em 28/03/2000.**



**Orientador Prof. Dr. Ademir Gebara
15/06/2000**

**CAMPINAS
2000**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA- FEF - UNICAMP

M579e

Mezzadri, Fernando Marinho

So89e A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais/ Fernando Marinho Mezzadri.-- Campinas, SP : [s. n.], 2000.

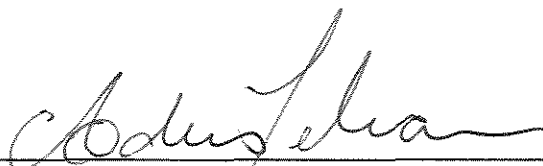
Orientador: Ademir Gebara

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Esporte. 2. Políticas Públicas. 3. História Paraná. 4. Sociologia.

I. Gebara, Ademir. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

COMISSÃO JULGADORA

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ademir Gebara', is written over a horizontal line.

Professor Dr. Ademir Gebara (Orientador)

Professor Dr. Luiz Carlos Ribeiro (Titular)

Professor Dr. Hugo Aranguiz (Titular)

Professora Dra. Heloisa Turini Bruhns (Titular)

Professor Dr. Roberto Paes (Titular)

RESUMO

Este trabalho demonstra a estrutura do esporte no Estado do Paraná, desde seu início até os dias atuais. A pesquisa partiu da formação dos clubes sociais e esportivos no final do século passado e início deste. Na exploração deste contexto, verificou-se a organização dos clubes até a formação da Federação Desportiva Paranaense, na década de 40, que auxiliou na sistematização dos eventos esportivos no Paraná e as leis federais que regulamentaram o esporte no país. Mas foi a partir da década de 50, com uma presença mais ativa do Estado, no sistema esportivo, que a estrutura esportiva sofreu alterações significativas.

Portanto, a questão central levantada no trabalho é a mudança da estrutura esportiva que se deu na década de 50 e suas implicações posteriores na sociedade paranaense, considerando-se principalmente as tensões existentes entre as necessidades dos indivíduos que se organizavam nos clubes e os interesses do governo em oferecer à sociedade um modelo de administração mais presente.

Aprofundou-se então neste estudo, as relações entre a ação do Estado e a estrutura esportiva desenvolvida no interior da sociedade. Para tanto, buscou-se o entendimento das propostas governamentais para o esporte, desde a década 50 até os dias atuais, verificando-se a aplicabilidade prática das propostas e suas mudanças no decorrer dos anos. Paralelamente à análise dos projetos governamentais, destacou-se as leis federais e suas possíveis influências no contexto da estrutura esportiva paranaense.

Embora aborde especificamente o caso do sistema esportivo no Paraná, este trabalho pode ajudar a compreender outras realidades, pois o modelo de análise empregado serve de reflexão para compreender a dinâmica esportiva de diversas localidades.

ABSTRACT

This research intends to show the sports structure in the State of Paraná since its early days until the present moment. The starting point of this research was the formation of social and sporting clubs in the end of the last century and beginning of the current one. Exploiting this context, the organization of the clubs was verified until the formation of *Federação Desportiva Paranaense* in the forties, which helped on the systematization of sporting events in the State of Paraná. However, there have been some meaningful changes in that sports system from the fifties on.

Therefore, the principal focus of this research is related to the changes of the sports structure established mainly in the fifth decade of this century, and their subsequent implications in our society, concerning especially the tensions between the necessity of the individuals that were organized in clubs and the interests of the government in offering a more acting model of administration for society.

In this study, the relation between the State action and the sports structure developed in our society was broadened. For so, the understanding of the government proposals for sports was fundamental from the fifties on. The applicability of these proposals and their changes during the years were also verified. In line with the analysis of the government projects, the federal laws and their possible influences in Parana's sports organization context were enlightened.

Although it focus specifically on the case of the sports system in Paraná, this research may also help the understanding of other realities, as the analysis model can be used to comprehend the sports dynamics of different places as well.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Maria Octavia e Libero (*in memoriam*), e aos meus irmãos pelo apoio incessante na construção deste trabalho.

Aos companheiros Constantino, Pilatti, Wanderley (Miquim) pela convivência diária e pelo constante apoio. Aos integrantes do grupo de Grupo de História do Esporte, Lazer e Educação Física Ricardo, Edilson, Kleber, Edmundo, Dagmar, Marcelo, pelas constantes sugestões no desenvolvimento do trabalho.

Agradeço à UFPR, e em especial aos professores e funcionários do Departamento de Educação Física, pela oportunidade que me foi dada para concluir este trabalho. À CAPES/PICDT pela concessão da bolsa de estudos, que viabilizou o desenvolvimento da tese. Aos professores e funcionários da Pós - Graduação da FEF – Unicamp pela sua dedicação, e ainda aos funcionários da Biblioteca Pública do Paraná e da Paraná Esporte que sempre me abriram as portas para que a pesquisa pudesse ser realizada.

Por fim, agradeço ao orientador e amigo Prof. Dr. Ademir Gebara, que sempre esteve presente na condução deste trabalho, dedicando toda a sua atenção para indicar os caminhos a serem percorridos.

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I	17
A formação dos clubes sociais e esportivos no Estado do Paraná	17
A legislação esportiva do país e sua influência no desenvolvimento do esporte no Estado do Paraná	38
A ocupação do território paranaense e o desenvolvimento da estrutura esportiva	50
CAPÍTULO II	62
O esporte no Estado do Paraná e a participação governamental	62
As novas regulamentações para o esporte no Brasil	84
As políticas públicas para o esporte nas décadas de 80 e 90	96
CAPÍTULO III	109
O processo de espetacularização da estrutura esportiva	109
A nova regulamentação do esporte e a relação com a espetacularização esportiva	119
O desenvolvimento do esporte no Paraná: nas décadas de 80 e 90	125
A ação governamental no Paraná e a espetacularização esportiva	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
BIBLIOGRAFIA	160

INTRODUÇÃO

O tema em questão é a estrutura do esporte no Estado do Paraná. A princípio buscou-se contextualizar o início das práticas esportivas no Estado, mas foi enfatizado principalmente o sistema esportivo organizado a partir da década de 50, com o início da participação governamental, até se chegar ao modelo utilizado atualmente pela administração estadual.

Embora aborde especificamente o caso do sistema esportivo paranaense, este trabalho pode ajudar a compreender outras realidades, pois o modelo de análise empregado possibilita refletir sobre a dinâmica esportiva de diversas localidades.

O esporte paranaense começou a ser organizado na década de 20 pelos clubes sociais e esportivos, contando com uma significativa parcela da sociedade. Mas foi com a regulamentação do esporte brasileiro nos anos 40 e com a ocupação territorial na década de 50, e o conseqüente desenvolvimento social e econômico gerado por ela, que a estrutura do esporte no Paraná modificou seu eixo central. Antes da década de 20, a prática esportiva se limitava ao interior dos clubes entre seus associados, sem uma sistematização mais rigorosa.

Dois fatos são de extrema importância para problematizar o trabalho. A legalização do esporte no Brasil, através do Decreto-Lei n. 3.199/41, possibilitou pela primeira vez na história do esporte brasileiro uma regulamentação das diretrizes, objetivando a fiscalização e a instrumentalização das entidades esportivas. O crescente desenvolvimento econômico e social e a ocupação territorial do Estado no final da década de 40 e início da de 50 também interferiram diretamente na organização esportiva.

Tanto o Decreto-Lei n. 3.199/41 quanto o acréscimo populacional do Estado provocaram certas tensões na sociedade, que resultaram na década de 50 em uma reestruturação do esporte no Paraná. Não foi simplesmente o acréscimo populacional que estimulou a mudança na organização esportiva, mas o surgimento de novos clubes esportivos espalhados pelo Estado, o que possibilitou uma tensão positiva na relação entre a sociedade e o Estado. A tensão foi provocada porque, naquele momento, tanto a sociedade quanto o governo estadual buscavam um Estado mais presente nas ações dos indivíduos.

Com o aumento populacional e o conseqüente avanço da organização social em todas as regiões do Estado, o governo do Paraná começou a formular projetos em diversas áreas, como em saúde, educação, habitação, saneamento, infra-estrutura e esporte. A interferência governamental na estrutura esportiva foi acontecendo gradualmente, partindo do auxílio financeiro para os clubes esportivos até chegar a um considerável controle do esporte. As relações entre os clubes esportivos e o governo na década de 50 sofreram alterações e o Estado passou a concentrar em suas mãos a estrutura esportiva.

Do mesmo modo, as relações entre os indivíduos, a sociedade e o Estado passaram a ser mais complexas, gerando uma transformação no direcionamento do sistema esportivo, que era inicialmente controlado pelos clubes. Portanto, a questão central

desenvolvida neste trabalho é a mudança na estrutura esportiva a partir da década de 50 e suas implicações na sociedade paranaense. Considerando-se principalmente as tensões existentes entre as necessidades dos indivíduos que se organizavam nos clubes e os interesses do governo em oferecer à sociedade um modelo de administração mais presente, questiona-se também se na atualidade o esporte deve ser administrado pelo governo estadual ou se as relações de consumo existentes na sociedade é que devem ser as determinantes nesse processo.

A pressão exercida pela sociedade paranaense sobre o governo na década de 50 resultou num Estado mais participativo no cotidiano dos indivíduos. Pela necessidade de atender as demandas sociais, o governo começou a centralizar as ações das políticas públicas. Com isso, o controle da estrutura esportiva, que até a década de 50 era feito pelos clubes esportivos por meio da Federação Desportiva Paranaense, obedecendo principalmente aos dispositivos da Decreto-Lei n. 3.119/41, passou gradualmente para o Estado.

Assim, é possível afirmar, que no controle das práticas esportivas, a ação do Estado vem seguindo uma direção lógica, desde a década de 50 até os dias atuais. Essa hipótese está diretamente relacionada com o equilíbrio das tensões existentes entre a sociedade e o modelo de administração adotado pelo Estado a partir da década de 50.

Desvendar os meandros das organizações esportivas paranaenses, abordando as relações entre as práticas esportivas desenvolvidas pelos indivíduos e as ações governamentais, tornou-se o objetivo central do trabalho. Para que a pesquisa pudesse ser adequadamente desenvolvida, objetivou-se verificar, pela apresentação e discussão das fontes documentais, as práticas esportivas dos imigrantes, no final do século XIX e início do século XX, as organizações esportivas firmadas a partir da década de 20 e, por fim, a

inclusão do esporte enquanto fenômeno econômico, social e cultural. Recorreu-se às fontes documentais, que estão baseadas nas atas e regimentos internos dos clubes, nas atas das federações, em algumas edições do jornal *Gazeta do Povo*, do *Diário Oficial* do Estado, em alguns trabalhos já realizados sobre os clubes, em propostas de governo para o esporte, em relatórios e análises das propostas governamentais e nas leis estaduais e federais sobre o esporte. A delimitação das fontes documentais foi realizada no decorrer da pesquisa empírica, pois cada documento descoberto fazia surgir novas possibilidades de se desenvolver o trabalho.

Dos documentos analisados durante a realização da pesquisa, buscou-se abstrair, dentro das possibilidades que cada um proporcionava, o contexto da estrutura do esporte no Paraná, e a intenção do governo, em suas ações e propostas, ao desenvolvimento da sociedade paranaense.

Apesar das inúmeras possibilidades teóricas para se abordar o tema e de se estabelecer as relações com os documentos utilizados, buscou-se, a partir de algumas categorias definidas por Norbert Elias¹, e outra por Pierre Bourdieu², alternativas que possibilitassem uma melhor articulação com o tema central. As categorias abstraídas da teoria do Processo Civilizador de Elias foram *interdependência*, *interconexão*, *configuração* e *habitus*. Da teoria dos campos defendida por Bourdieu foi utilizada a categoria de *campo esportivo*.

¹ Norbert Elias, sociólogo alemão nascido em 1897, estudou medicina, filosofia e psicologia. Desenvolveu uma abordagem a que chamou "sociologia figuracional", que examina o surgimento das configurações sociais como consequências inesperadas da interação social. Seu trabalho mais conhecido é *O processo civilizador* (2 vols., 1939), em que analisa os efeitos da formação do Estado sobre os costumes e a moral dos indivíduos. Dados retirados da obra *Sociedade dos indivíduos* (Rio de Janeiro: Zahar, 1994).

² Pierre Bourdieu, sociólogo francês nascido em 1930, é diretor de pesquisa na École des Hautes Études en Sciences Sociales e professor no Collège de France. Sua obra constitui atualmente uma das grandes referências das ciências sociais. Entre os seus títulos, destacam-se *Esquisse d'une théorie de la pratique* (1972), *La distinction* (1979), *Le sens pratique* (1980), *Homo academicus* (1984) e *La noblesse d'état*

A primeira categoria a ser discutida é a de interdependência, que retrata as relações entre os indivíduos, entre os indivíduos e o Estado, entre os grupos sociais, e entre os grupos sociais e o Estado. As mais variadas formas de relações da sociedade vão constituindo redes de interdependência entre os segmentos sociais, nas quais o próprio indivíduo está presente. Quanto mais a sociedade se desenvolve no âmbito das relações humanas e no institucional, maior é o grau de complexidade na rede de interdependência. Para o autor, a permanente ligação entre os indivíduos forma uma rede, compreendida da seguinte maneira:

Tal retificação é um encorajamento constante à idéia de que a sociedade é constituída por estruturas que nos são exteriores – os indivíduos – e que os indivíduos são simultaneamente rodeados pela sociedade e separados dela por uma barreira invisível. Como veremos, estas concepções tradicionais serão substituídas por uma visão mais realista das pessoas que, através das suas disposições e inclinações básicas são orientadas umas para as outras e unidas umas às outras das mais diversas maneiras. Estas pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou Estados.³

Na mesma linha de pensamento, Elias ainda salienta que a categoria de interdependência possui quatro níveis de articulações nos grupos sociais (instituições) do Estado: entre Estados, entre os indivíduos, do indivíduo consigo mesmo e do indivíduo com a natureza.⁴

Nas redes de interdependência existentes na sociedade está sempre presente uma relação de poder. O jogo de poder é construído nas relações entre os indivíduos, entre os indivíduos e o Estado e entre os grupos sociais e o Estado. Esse jogo é um processo

(1989). Dados retirados da obra *O poder simbólico* (2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998).

³ ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Edições 70, 1970. p. 15.

⁴ ELIAS, Norbert. *Envolvimento e distanciamento: estudos sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dom Quixote, 1997. p. 71-72.

dinâmico e permanente, cujas correlações de forças dependem de cada processo e de cada situação.

As redes de interdependência analisadas neste trabalho foram constituídas entre as ações dos indivíduos e os clubes esportivos no final do século XIX e início do século XX, entre a formação das entidades esportivas (clubes, federações e ligas) e as ações do Estado e entre as ações do Estado e as práticas esportivas desenvolvidas pelos indivíduos nas últimas décadas. A estrutura esportiva do Paraná foi sendo organizada gradualmente pela relação entre os indivíduos, os grupos sociais e o Estado, formando redes de interdependência.

Essas redes auxiliaram a estruturar uma outra categoria desenvolvida por Elias, a de interconexão, que aproxima as relações humanas ao avanço técnico-científico. Assim, quanto mais a sociedade vai evoluindo, mais as redes de interdependência vão aumentando e se tornando mais complexas; a inclusão das questões técnico-científicas nas relações humanas, denominada de interconexão, é um exemplo da complexidade existente na sociedade. Sobre esse aspecto, Elias argumenta:

Quando nas sociedades científico-técnico-industriais atribuímos o nosso mal-estar às bombas ou às máquinas, aos cientistas ou aos engenheiros, estamos a fugir à difícil e talvez desagradável tarefa de procurar uma interpretação mais clara e mais realista da estrutura das conexões humanas, particularmente dos padrões de conflito que nelas se fundamentam. Esta estrutura é a única responsável pelo desenvolvimento e pela eventual utilização de armas científicas, pela vida atribulada nas fábricas e nas metrópoles modernas. O desenvolvimento tecnológico tem uma influência real no curso que tomam as interconexões humanas. Mas a realidade tecnológica "em si mesma" nunca pode ser a causa da vida atribulada das pessoas e das forças compulsivas; estas são sempre provocadas pela utilização que fazemos da técnica e do seu ajustamento à estrutura social. Devemos temer, não tanto o poder destruidor das bombas nucleares, como o poder dos seres humanos ou mais exatamente das interconexões humanas. O perigo não reside no progresso da ciência e da tecnologia, mas no modo como são usadas as descobertas científicas e as investigações tecnológicas sob a pressão da sua estreita interdependência, reside nas lutas comuns pelas oportunidades de distribuição de toda a espécie de poder. Pouco se dirá destes problemas agudos nas páginas que se seguem desta introdução à sociologia. É preocupação fundamental desta obra promover a

evolução de um pensamento e de uma imaginação sociais relativamente à percepção das interconexões e configurações elaboradas pelas pessoas. Mas poderá ser útil como introdução, lembrar os problemas agudos que afligem as interconexões sociais.⁵

Como se observa, não há processos de construção isolados, mas existe um desenvolvimento permanente nas relações humanas e em suas possíveis abrangências. Fica bem explícito na citação que as descobertas científicas e as investigações tecnológicas podem interferir no desenvolvimento social e que o nível das interferências depende da própria ação dos indivíduos. O elo entre a interdependência e as interconexões é construído no processo de desenvolvimento de cada sociedade.

Quanto à estrutura esportiva do Paraná, percebe-se que houve um processo de organização próprio. Por mais que exista uma rede de ligação do Estado com outros Estados e deste também com a Federação, o desenvolvimento de seu sistema esportivo teve forma e ritmo próprios. A categoria de interconexão está inserida na análise deste trabalho no intuito de verificar os avanços da área técnico-científica nas propostas governamentais para o esporte paranaense, principalmente após a década de 80, quando se implementa, nos projetos governamentais, a questão científica nas práticas esportivas.

No conjunto das relações sociais incluídas na teoria do Processo Civilizador, além das categorias de interdependência e de interconexão, a categoria de configuração torna-se outro elemento - chave. Nas relações entre os indivíduos há uma constante aproximação do “eu” com o “ele”, do “nós” com o “eles”, e esse jogo existente entre os indivíduos é fundamental para se entender a categoria de configuração em uma sociedade. Para Elias, essa categoria é assim:

Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto de jogadores – não só pelos seus intelectos mas pelo que eles são no todo, a totalidade das

⁵ ELIAS, *Introdução à sociologia...*, p. 26.

suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários.

Tomando como exemplo o futebol, podemos ver que uma configuração é uma estrutura de jogo que pode ter uma hierarquia de várias relações de “eu” e “ele”, “nós” ou “eles”. Torna-se evidente que dois grupos de adversários, que têm entre si uma relação de “nós” e de “eles”, formam uma configuração singular. Só podemos compreender o fluxo constante do agrupamento dos jogadores de um dos lados, se virmos que o grupo de jogadores do outro lado também está no fluxo constante. Se se pretende que os espectadores compreendam e gostem de jogo, terão que estar aptos a compreender o modo como estão relacionadas as disposições mutáveis de cada lado – para seguir a configuração fluida de cada uma das equipes. Assim ainda se torna mais evidente o pouco sentido que teria a consideração de cada jogador individual como sendo algo de concreto e a configuração formada pelo conjunto dos jogadores como algo de abstrato; ou encarar cada jogador individual como real e o grupo de jogadores (na configuração fluida que formam quando em campo) como irreal. Mais, torna-se mais claro, porque é que o conceito de poder se transformou de um conceito de substância num conceito de relação. No seio das configurações mutáveis – que constituem o próprio centro do processo de configuração – há um equilíbrio flutuante e elástico e um equilíbrio de poder, que se move para diante e para trás, inclinando-se primeiro para um lado e depois para o outro. Este tipo de equilíbrio flutuante é uma característica estrutural do fluxo de cada configuração.⁶

Como nas redes de interdependência, as configurações também são consolidadas por certos tipos de jogos entre os indivíduos e, segundo o autor, são processos mutáveis e abstratos existentes no interior da sociedade. O jogo, no processo da configuração entre os indivíduos, ocorre a partir das relações de poder que um exerce sobre o outro, havendo uma constante troca de situações entre eles. As mudanças nas disputas de poder invariavelmente servem para alcançar um equilíbrio entre as partes, o que constitui as configurações dos indivíduos.

Na estrutura do esporte paranaense, a categoria de configuração auxiliou na compreensão da formação dos clubes sociais e esportivos no final do século XIX e início do século XX. Nos clubes, as relações entre os imigrantes, os operários e a elite econômica, cultural e política possibilitaram verificar algumas das relações existentes na sociedade paranaense. A disputa por espaços na sociedade pode ser vista através da instituição dos

⁶ ELIAS, *Introdução à sociologia...*, p. 143

clubes esportivos e sociais. Além do mais, o esporte no Paraná teve como base inicial algumas partidas entre os clubes, que representavam as mais diferentes configurações existentes na sociedade paranaense. Após o fortalecimento das configurações existentes nos clubes esportivos e a pressão da sociedade paranaense nas décadas de 40 e 50, foi possível que o Estado marcasse mais presença na organização esportiva.

Para completar a questão teórica fundamentada nas obras de Elias, verificou-se a categoria *habitus*. Para o autor, *habitus* significa a segunda natureza dos indivíduos, que é construída pelo conjunto da sociedade ou por um grupo representativo dela. A ação do indivíduo é entendida como uma reprodução do contexto social:

Nesse caso, não mais fechamos os olhos para o fato, bastante conhecido fora do campo da ciência, de que cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com os outros membros da sociedade. Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é certamente um componente do *habitus* social – um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social. O conceito de *habitus* social permite-nos introduzir os fenômenos sociais no campo da investigação científica, que antes lhes era inacessível. Consideremos, por exemplo, o problema comunicado de maneira pelo conceito de caráter nacional. Trata-se de um problema de *habitus* por excelência. A idéia de que o indivíduo porte em si o *habitus* de um grupo e de que esse *habitus* o que ele individualiza em maior e menor grau pode ser definida com um pouco mais de precisão.⁷

Para o autor, a formação dos indivíduos tem interferências externas, que são reproduzidas e expressadas nas suas próprias ações. Os *habitus* dos indivíduos estão diretamente relacionados à própria composição social, pois, em maior ou menor grau, as ações dos indivíduos são determinadas pela sociedade.

⁷ ELIAS, *Sociedade dos indivíduos...*, p. 150.

A categoria *habitus* é um elemento importante na composição da sociedade e através dos clubes sociais e esportivos do Estado do Paraná percebeu-se uma maneira de compreender a dinâmica dos indivíduos e a influência da sociedade sobre eles. Como os clubes são algumas das instituições mais significativas da sociedade contemporânea, observou-se a composição dos *habitus* esportivos de seus associados.

Os *habitus* esportivos praticados pelos indivíduos no interior dos clubes, representados posteriormente pelas modalidades esportivas, foram sendo incorporados gradualmente pelo Estado e repassados à sociedade por meio dos eventos esportivos organizados pelo governo. A construção do processo dos *habitus* esportivos, a partir da década de 50, deu-se pela permanente relação entre a necessidade da sociedade e os interesses governamentais. O jogo entre o Estado e a sociedade estava constantemente presente, representado pelas modalidades e *habitus* esportivos.

As quatro categorias retiradas das obras de Elias - interdependência, interconexão, configuração e *habitus* - estão intrinsecamente ligadas entre si. Na construção teórica não há separação entre a sociedade, os indivíduos e o Estado, e, por isso, não existe separação entre as categorias aqui apresentadas.

O processo de construção teórico-metodológica desenvolvido no texto articula também a categoria de campo esportivo, fundamentada na teoria dos campos de Bourdieu. Essa articulação torna possível a compreensão do processo de reestruturação do esporte no Paraná, com destaque para a sua atual relação com o consumo e os interesses do governo e da sociedade.

Quando Bourdieu usa a expressão *campo esportivo* para caracterizar a estrutura atual do esporte, fundamenta essa categoria na teoria dos campos. Para o autor, a estrutura de

qualquer campo depende da amplitude, dos espaços construídos e das relações entre os agentes e as instituições.

Os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em partes determinadas por elas).(...)

A estrutura do campo é um estado de relações de força entre os agentes ou instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objetivo o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerável, isto é em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico.⁸

A teoria dos campos foi elaborada no intuito de apresentar uma estrutura que servisse de análise para diversas abordagens sobre a sociedade. Ou seja, a teoria dos campos é estruturada por um processo contínuo de relações de forças dos agentes ou das instituições que representam o conjunto dos indivíduos. Os campos podem ser, por exemplo, o desenvolvimento científico, o ensino superior, a religião, a alta costura ou, neste caso, o esporte.

Como a estrutura do campo depende dos agentes e das instituições inseridos no seu contexto, ocorre em seu interior uma disputa permanente pelo domínio das representações. Como descreve Renato Ortiz, discutindo a teoria dos campos, a busca de espaços pelos agentes e pelas instituições no interior dos campos é contínua:

O campo se particulariza, pois, como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. A estrutura do campo pode ser aprendida tomando-se como referência dois pólos opostos: o dos dominantes e o dos dominados. Os agentes que ocupam o primeiro são justamente aqueles que possuem um máximo de capital social; em contrapartida, aqueles que se situam no pólo dominado se definem pela ausência ou pela raridade do capital social específico que determina o espaço em questão.⁹

⁸ BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-90.

⁹ ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994. p. 21.

As ocupações dos espaços em cada campo são produzidas pelas relações de poder de seus integrantes. A disputa que acontece no interior dos campos pelos agentes e pelas instituições desloca-se também para seu exterior, porque os limites estabelecidos de um campo dependem muito das ações de seus representantes, da pressão que eles recebem, seja na macro ou na microestrutura.

Na prática, veremos que se porá a questão dos limites do campo, questão com aparência positiva a que se pode dar uma resposta teórica (o limite de um campo é o limite de seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que neles os produz), resposta esta que poderá orientar as estratégias de pesquisa que têm em vista estabelecer resposta de facto. Isto terá como consequência que quase sempre nos acharemos expostos à alternativa da análise intensiva de uma fracção do objectivo praticamente apreensível e da análise extensiva do objectivo verdadeiro.¹⁰

Na perspectiva do autor, verifica-se que o limite de cada campo depende das ações de seus agentes e do poder que possuem suas instituições. A teoria dos campos pode ser aplicada amplamente sobre as ações dos indivíduos, mas Bourdieu limitou-se a aprofundá-la na estrutura esportiva. Em uma de suas passagens, ele faz alusão ao desenvolvimento do esporte e insere-o na teoria sobre o campo. A junção entre as instituições esportivas e o campo denominou-se campo esportivo.

De maneira geral, a categoria de campo esportivo representa um objeto definido e com peculiaridades próprias, por isso pode-se estruturá-lo em disputas que se dão nos debates das idéias, nos aspectos sociais, políticos e econômicos dos agentes e das instituições esportivas. As disputas internas, dentro de um campo, destacam-se pelo poder de argumentação dos indivíduos e das próprias instituições.

Seja qual for o estado de disputa interna do campo esportivo, sempre existe em seu contexto uma representação da oferta e da demanda do produto esportivo.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 31.

Temos aqui um encontro entre a oferta, isto é a forma particular que reveste a prática, e o consumo esportivo propostos a um dado momento de tempo, e a demanda, isto é as expectativas, os interesses e os valores dos praticantes potenciais. Sendo a evolução das práticas e dos consumos reais o resultado da confrontação e do ajustamento permanente entre um e outro. É óbvio que cada momento, cada recém-chegado deve contar com um estado determinado das práticas e consumos esportivos e de sua distribuição entre as classes sociais, estado que não lhe compete modificar e que é o resultado de toda a história anterior da concorrência entre os agentes e as instituições engajadas no campo esportivo.¹¹

Desde o início da formação da estrutura do esporte paranaense, houve uma disputa entre os agentes e as instituições, comandada principalmente pelo poder do Estado. Somente nas duas últimas décadas o esporte no Estado passou a ser relacionado ao consumo. Por isso, é importante observar na estrutura do campo esportivo do Paraná a relação entre a ação do Estado e a sociedade de consumo atual.

A relação entre a oferta e a demanda está cada vez mais presente no interior do campo esportivo atual, sendo o consumo da produção esportiva o fator determinante desse campo. Nessa direção, o autor argumenta:

Mencionei apenas que o princípio das transformações das práticas e dos consumos esportivos deve ser buscado na relação entre as transformações da oferta e as transformações da demanda: as transformações da oferta (invenção ou importação de esportes ou ainda de equipamentos novos, reinterpretação dos esportes ou jogos antigos, etc.) são engendradas nas lutas de concorrência pela imposição da prática esportiva legítima e pela conquista da clientela dos praticantes comuns (proselitismo esportivo) lutas entre diferentes esportes e, no interior de cada esporte, entre as diferentes escolas ou tradições (por exemplo. Esqui de pista, fora da pista, de fundo etc.), lutas entre as diferentes categorias de agentes engajados nesta concorrência (esportistas de alto nível, treinadores, professores de ginástica, fabricantes de equipamentos, etc.); as transformações da demanda são uma dimensão da transformação dos estilos de vida e obedecem, portanto, às leis gerais desta transformação. A correspondência que se observa entre as duas séries de transformações se deve sem dúvida, neste e noutros casos, ao fato de que o espaço dos produtores (isto é o campo dos agentes e das instituições que contribuem para a transformação da oferta) tende a reproduzir, em suas divisões, o espaço dos consumidores.¹²

Atualmente, o campo esportivo, na relação entre a oferta e a demanda, tem se direcionado para a comercialização. Em um exemplo prático, pode-se dizer que o atleta de

¹¹ BOURDIEU, *Questões de sociologia...*, p. 148.

uma modalidade esportiva possui ao seu redor um grupo de profissionais auxiliares (técnicos, preparadores físicos, médicos, psicólogos, jornalistas, fisiologistas etc.) para melhorar o seu rendimento atlético. O campo esportivo também envolve o organizador do evento-espetáculo e as vendas dos produtos que cercam o evento, como roupas, jornais, loterias e outros. Completando o conjunto, existem os consumidores do espetáculo, entendidos aqui como os espectadores.

Além das relações de consumo existentes ao redor do esporte, a autonomia das modalidades esportivas é determinada pelo desenvolvimento das estruturas das entidades representativas, como comenta Bourdieu:

Para que uma sociologia do esporte possa se construir, é preciso primeiro perceber que não se pode analisar um esporte particular independentemente do conjunto das práticas esportivas; é preciso pensar o espaço das práticas esportivas como um sistema no qual cada elemento recebe seu valor distintivo. Em outros termos, para compreender um esporte, qualquer que ele seja, é preciso reconhecer a posição que ele ocupa no espaço dos esportes.¹³

A partir disso, pode-se entender que cada modalidade e/ou entidade esportiva possui atualmente um espaço determinado no interior do campo, onde há uma permanente disputa de espaço. Por isso, a inclusão da categoria de campo esportivo auxilia na compreensão e no desenvolvimento da questão central deste trabalho, de como o Estado vem atualmente agindo na estrutura do esporte paranaense.

Para o detalhamento das questões do trabalho, dividiu-se o mesmo em três capítulos que completam.

O primeiro capítulo aborda três tópicos básicos. O primeiro inclui uma rápida contextualização da formação do Estado do Paraná, a constituição dos clubes esportivos e sociais e o início das práticas esportivas no interior dos mesmos e, por fim, a criação da Liga

¹³ BOURDIEU, *Questões de sociologia* ..., p. 152.

Atlética Paranaense. O segundo tópico discute o Decreto-Lei n. 3.199/41, que sistematizou e regulamentou o esporte no Brasil e que de alguma maneira interferiu na estruturação do esporte paranaense. No terceiro tópico, articula-se a ampliação da ocupação territorial no Estado do Paraná até a década de 50, com o aumento da complexidade da estrutura esportiva.

O segundo capítulo retrata o sistema esporte no início das ações governamentais, destacando-se os seguintes pontos: a participação do Estado na estrutura esportiva e o início da mudança de sua organização, o modelo esportivo proposto pelo Estado paranaense, as novas leis esportivas federais e a organização do esporte no Estado e, por fim, o início de uma efetiva política para o esporte nos anos 80. No último item desse capítulo, focaliza-se a questão das práticas administrativas para o esporte a partir da década de 80, quando se presenciou uma transformação significativa na maneira de governar o Estado, propiciada pela abertura democrática. A remodelação das práticas políticas do país também mudou as políticas esportivas no Paraná, onde se passou a dar ênfase à democratização das ações esportivas.

O terceiro capítulo retrata a administração mais recente do poder público e a participação dos clubes esportivos. Inicialmente, aprofunda-se a discussão sobre o esporte na atualidade tendo como pano de fundo a espetacularização e o consumo de massa. Também é feita uma diferenciação entre o poder público e o privado, enfatizando-se a formação de novos clubes esportivos, estruturados sob a ótica da iniciativa privada. Num segundo momento, são analisadas a nova legislação esportiva brasileira, fundamentada na Lei Pelé, e suas possíveis interferências na organização do esporte no Paraná. Por fim, são demonstradas as atuais ações

¹³ BOURDIEU, *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 208.

governamentais para o esporte e são feitas algumas comparações com o modelo esportivo existente até a década de 50.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DOS CLUBES SOCIAIS E ESPORTIVOS NO ESTADO DO PARANÁ

O povoamento do Estado do Paraná começou timidamente a partir do século XVI, ainda que antes disso viajantes e aventureiros já tivessem dado notícias do litoral paranaense. Mas foram os caçadores de ouro, que apareceram no século XVII vindos das vilas paulistas pela baía de São Vicente, que desembarcaram e instalaram-se na baía de Paranaguá. Em busca do ouro, os colonizadores subiram a serra do Mar e chegaram ao planalto de Curitiba (atual capital do Estado do Paraná), dando início ao desenvolvimento da exploração territorial.

A base da economia da província e dos arraiais estava centrada, no século XVII, na exploração do ouro, que era executada pelos escravos sob o comando dos colonizadores, em toda a região litorânea e nas proximidades da capital.

Com o passar dos séculos, o centro do desenvolvimento econômico, social e político da região expandiu-se, passando a ser composto também pela região central do território (chamada de Campos Gerais, composta pelas cidades de Santa Cruz

- hoje Ponta Grossa –, Castro e Jaguariaíva). Começava a ser ocupado, no século XVIII, o meio rural do interior do Estado. O fato ocorreu devido ao novo trajeto, denominado Viamão, pelo qual se transportavam cabeças de gado do Rio Grande do Sul para São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, para abastecer os mercados dessas regiões.

A pecuária passou a ser a atividade produtiva predominante, enquanto as pessoas com recursos os aplicavam na compra de animais, no sul para revendê-los em Sorocaba - SP. Surgiu assim a figura do tropeiro, que era intermediário entre o criador do sul e o comprador da feira. Desenvolveram-se as atividades vinculadas ao tropeirismo, desde as pousadas até a produção de alimentos, alguns dos quais eram exportados junto com as tropas.¹

Simultaneamente à utilização do trajeto pelos tropeiros, deu-se início à formação das primeiras grandes fazendas da região, originando os grandes latifúndios das famílias ricas da classe dominante daquele período. O tropeirismo tornou-se, no decorrer das décadas, uma das primeiras fontes econômicas do Estado.

O desenvolvimento econômico estruturado a partir do tropeirismo, começou a perder força no século XIX, passando a basear-se gradualmente no cultivo da erva-mate na região sul do Estado (formado pelas cidades da Lapa, Palmeira, Porto Amazonas e União da Vitória) e na exploração da madeira. Durante décadas o cultivo da erva-mate foi o carro-chefe de toda a economia paranaense, chegando a exportar o produto para diversos países.

Comparando-se o valor das exportações brasileiras e paranaense de erva-mate, verifica-se que a curva de exportação do Paraná acompanha, de forma simétrica, as flutuações da exportação do Império, provando ser realmente o Paraná o maior exportador de mate no período analisado. A exportação paranaense atinge seu pico, quanto ao valor arrecadado, no período de 1856-57, explicado, pela alta dos preços verificada.²

¹ MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 28, p. 31-52, jan./fev. 1972.

² SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. História da alimentação no Paraná. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. p. 50.

Junto ao cultivo da erva-mate, surgiu o processo de industrialização do Estado, que foi sustentado pelo beneficiamento dessa cultura. Aparece também pela primeira vez a classe burguesa, que controlava o desenvolvimento econômico, e uma mão-de-obra assalariada, representada principalmente pelos imigrantes europeus.

Nesse período, além do aspecto econômico, estruturado no cultivo da erva-mate, que começava a se instalar no território desde as primeiras décadas do século XIX, verificam-se os conluíus políticos implementados no Estado. Desde 1840 tramitavam na Câmara dos Deputados projetos de desmembramento da província de São Paulo, que tentavam transformar o território paranaense em província independente.

Somente com o fortalecimento econômico e político e com o início da ocupação territorial foi possível separar as províncias. Assim, a província do Paraná foi criada em 29 de agosto de 1853, pela Lei Imperial n. 704, tendo como presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos. A recém-criada província do Paraná foi desmembrada da província de São Paulo. A população paranaense da época não ultrapassava 63 mil habitantes em todo o território da província, dos quais aproximadamente 6.500 moravam na capital, Curitiba.

Com a Independência, a organização da província estava centrada segundo os preceitos da Constituição de 1824 e do Ato Adicional de 1834³, que estabeleciam o seguinte regime político:

A província do Paraná elegeria um Senador, um Deputado Geral e 20 deputados à Assembléia Legislativa Provincial. O Senador era vitalício, o

³ WESTPHALEN, Cecília Maria. Política paranaense do século XIX. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 4, p. 81-96, 1969.

deputado geral, depois os deputados gerais, eram eleitos para mandatos de quatro anos enquanto que o mandato dos deputados provinciais era de dois anos.⁴

Mesmo com a emancipação política, a estrutura da província paranaense pouco mudou, pois muitas das definições provinham de decisões oriundas da corte brasileira.

Com a necessidade de construir um Estado mais independente, não apenas no âmbito legal, começou a ser incentivado o processo de imigração, principalmente dos europeus, que ocuparam grande parte do território do Paraná.

Contudo a concessão de terras para os imigrantes somente produziria resultados após a emancipação da província, em 1853. Anteriormente a essa data, apenas três novos núcleos coloniais foram estabelecidos em território paranaense _ a colônia alemã de Rio Negro, fundada em 1829, a colônia Thereza, à margem direita do Rio Ivaí, região sul do território, com imigrantes franceses, fundada em 1847 por iniciativa de João Maurício Faivre, e a colônia de suíços, franceses e alemães, fundada em 1852 no Superagüi, em Guaraqueçaba (litoral), por iniciativa de Carlos Perret Gentil. Esses núcleos estabelecidos em função da política de povoar os vazios demográficos, não tiveram condições de prosperar e quase nem mesmo de sobreviver.

Durante esse período, no entanto, teve início um movimento espontâneo de migrantes alemães de Santa Catarina que foram localizando-se em pequenas chácaras nos arredores de Curitiba, sobretudo na parte norte e nordeste da cidade.⁵

⁴ WESTPHALEN, Política paranaense..., p. 94

⁵ BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná, *Revista Paranaense de Desenvolvimento* n. 3, p. 70 1959.

Ainda durante o período da província, houve uma iniciativa de povoar a região dos Campos Gerais, após uma frustrada tentativa de colonização inglesa, em terras dos municípios de Palmeira e Lapa, entre os anos de 1873 e 1875, iniciando-se com isso o grande projeto de estabelecer, na área, imigrantes procedentes da Rússia, mas de cultura alemã. A intenção era estender até aquela área os benefícios da colonização agrícola.⁶

A passagem de província para Estado ocorreu um dia depois da proclamação da República, em 16 de novembro de 1889⁷. O Paraná foi uma das primeiras províncias a se tornar Estado, a partir de decreto do Presidente da República.

Apenas no final do século passado, com a vinda de mais imigrantes para o Estado, é que ocorreu um novo salto social e econômico, pois, o centro das ações econômicas deslocou-se para a agricultura, principalmente para o cultivo da erva-mate, como já comentado anteriormente. No decorrer de quase um século de colonização, desde a fundação da colônia alemã de Rio Negro, em 1829, até o estabelecimento da colônia holandesa de Carambeí, em 1911, mais de cem núcleos coloniais foram fundados no Paraná, e cerca de 100 mil imigrantes localizaram-se em seu território.⁸

Com o processo imigratório em andamento, as regiões que mais cresceram foram o litoral (com as cidades de Paranaguá, Morretes, Guaraqueçaba e Antonina), os Campos Gerais (envolvendo Ponta Grossa, Castro, Irati, Imbituva e Piraí do Sul), o sul do Estado (Lapa, União da Vitória, Porto Amazonas), o norte pioneiro (Jacarezinho, Cambará, Andirá e Bandeirantes) e a capital Curitiba. Os imigrantes serviam principalmente de mão-de-obra para a agricultura e para a industrialização que

⁶BALANHA, op. cit., p. 76.

⁷ Lei Federal instaurada em 16 de novembro de 1889

começava no Estado, e posteriormente para o trabalho nas grandes obras públicas, que teve início no final do século XIX e início do século XX.

Portanto, interligadas com as ocupações territoriais e os avanços econômicos, estavam as imigrações dos portugueses, poloneses, alemães, italianos, holandeses, russos e mais tarde dos japoneses, judeus, árabes, entre outras etnias, que se instalaram em diversas regiões do Estado.

Na região litorânea concentravam-se os portugueses, primeiros colonizadores do país; os poloneses, holandeses e alemães, em sua maioria, ficaram na região dos Campos Gerais; os italianos permaneceram mais ao sul do Estado, principalmente na região de Porto Amazonas, União da Vitória e Palmeira (formando a primeira colônia anarquista do país, a Colônia Cecília); os alemães ocuparam inúmeras localidades do Estado; por fim, os japoneses, já em meados do século XX, fixaram suas raízes no norte do Paraná. A capital do Estado, Curitiba, concentrou imigrantes de todas as regiões, tornando-se um dos pontos de maior miscigenação étnica do país.

O povoamento no Estado não se limitou a áreas exclusivas, houve uma distribuição equilibrada dos imigrantes nas diversas regiões geográficas que compunham o Paraná.

Além da ocupação territorial estabelecida até o final do século XIX nas regiões de Curitiba, Campos Gerais e Litoral, os imigrantes trouxeram em sua bagagem algumas peculiaridades próprias de organização social e alguns *habitus* que faziam parte do seu cotidiano.

Entre as inúmeras abordagens possíveis no contexto da formação do Estado paranaense, escolheu-se a organização dos clubes sociais e esportivos e as

⁸ BALANHA, op. cit., p. 79.

modalidades esportivas praticadas no interior desses clubes. O conjunto das relações entre clubes constituíram posteriormente a primeira estrutura esportiva do Estado.

O processo de montagem da estrutura esportiva no Estado do Paraná começou com a formação dos clubes sociais e esportivos. O surgimento dos primeiros clubes se dá com o desenvolvimento da sociedade paranaense por meio da imigração, das novas composições econômicas, políticas e culturais do Estado, principalmente no período de 1880 a 1920.

Cada um dos clubes relacionados a seguir tinha uma configuração própria, seja no âmbito da disposição política, cultural e social ou ainda no auxílio da consolidação da sociedade paranaense.

Durante o processo de investigação, mapearam-se quatro grupos diferentes de clubes entre os existentes no Estado do final do século XIX ao início do século XX.

Um primeiro tipo de agrupamento era ligado às entidades culturais, literárias e políticas, nas quais os indivíduos compartilhavam o mesmo posicionamento político, ou estavam representando uma mesma manifestação cultural e literária. Em outra ponta, como segundo grupo, observaram-se as entidades constituídas por pessoas de alto poder aquisitivo, cujo objetivo era perpetuar os comportamentos sociais da elite. O terceiro grupo de clubes foram os organizados pelos imigrantes europeus, que objetivavam a manutenção das tradições de seus países, sob os mais diferentes aspectos. Por fim, o quarto grupo, formado pelos clubes beneficentes operários, entidades criadas para auxiliar nas dificuldades dos operários, classe que estava em processo de consolidação mas que já se encontrava relativamente organizada.

Essa separação em grupos distintos possibilitou visualizar a formação dos clubes não apenas pelo viés das classes econômicas e sociais, mas sim pelas diferentes alternativas organizacionais existentes na sociedade paranaense. Dentro dessa realidade, verificaram-se a seguir as nuances de cada um dos quatro grupos delimitados.

O primeiro grupo é formado pelos clubes constituídos em função de interesses políticos e culturais, que permeavam a sociedade paranaense no final do século XIX. Entre os casos mais específicos encontram-se o Club Litterário de Paranaguá, fundado em 9 de agosto de 1872, e o Clube Republicano, também de Paranaguá, criado em 21 de agosto de 1887. Paranaguá, cidade litorânea e portuária que naquele período era uma das cidades mais desenvolvidas do Estado, tinha grande influência da imigração portuguesa. O domínio da colonização portuguesa influenciou tanto na composição política quanto na consolidação cultural da cidade. Como estes clubes, outros se encontravam em processo de estruturação nas regiões de Curitiba e dos Campos Gerais.

Outro grupo social foi sendo organizado pelas elites tradicionais e conservadoras do final do século XIX e início do XX. O conjunto dessas entidades foi composto pelo Clube Curitibano de Curitiba, fundado em 25 de setembro de 1881, pelo Clube Pontagrossense de Ponta Grossa e pelo Graciosa Country Clube, em 1927 (fusão de dois já tradicionais clubes de Curitiba: o Graciosa Tênis Club e o Curitiba Golf Club). Estas entidades eram constituídas pelos dirigentes das cidades, principalmente de Curitiba, onde se localizava o maior número de integrantes da elite econômica do Estado. Os clubes, como demonstravam os próprios estatutos e regimentos, eram representados por indivíduos de alto poder aquisitivo para a época, pessoas extremamente educadas e com comportamentos refinados.

Na outra ponta de sociedade paranaense, encontravam-se entidades étnicas, constituídas por imigrantes de mesma nacionalidade. A representação das entidades formadas a partir do século XIX procurava auxiliar as necessidades dos imigrantes, seja na colocação ao trabalho, ou na adaptação ao novo território, mas principalmente manter alguns *habitus* trazidos durante o processo de imigração, como por exemplo as práticas esportivas e educacionais.

As influências da imigração eram tantas que, em muitos casos, as atas dos clubes, os convites para as festas e os recibos estavam escritos em língua estrangeira, assim como os diálogos não eram realizados em português, mas na língua de origem dos estrangeiros. Entre os clubes pesquisados, encontraram-se a Sociedade União, de origem polonesa, fundada em 1898, em Curitiba; a Sociedade Thalia, da colônia alemã, fundada em 1882, em Curitiba; a Sociedade Teuto Brasileira, (Club Concórdia) de origem alemã, o clube mais antigo de Curitiba, fundado em 1883; a Sociedade Giuseppe Garibaldi, de origem italiana, fundada em 1º de julho de 1883; e o Clube Recreativo Germânia, também de origem alemã, fundado em 1896, na cidade de Ponta Grossa (atual Clube Guaíra).

Finalmente, nas formações dos clubes, observou-se mais um grupo de entidades constituída a partir das classes mais populares da sociedade. Entre outros, a Sociedade Operária Beneficente Internacional da Água Verde, fundada em 1º de janeiro de 1905 e formada por imigrantes italianos, portugueses, alemães, poloneses e alguns espanhóis; a Sociedade Operária Batel; a Sociedade Operária Beneficente D. Pedro II, fundada em 28 de outubro de 1916; e a Sociedade Beneficente Helvética, fundada em 1915 por imigrantes suíços. Estas entidades estavam localizadas na capital do Estado. Já o Clube Operário Beneficente Germânia, fundado em 13 de dezembro de 1897,

localizava-se em Ponta Grossa (atual Clube Princesa dos Campos). Esse clube foi formado por marceneiros, carpinteiros, pintores e ferreiros entre outros profissionais⁹. As entidades beneficentes tinham entre seus objetivos o auxílio aos indivíduos com dificuldades financeiras e de saúde, e procuravam conseguir trabalho quando seus associados precisavam. No que se refere a esse aspecto, encontrou-se um caso inusitado e propício para entender a separação dos clubes. O Clube Germânia de Ponta Grossa tinha como um dos seus objetivos principais a manutenção das tradições alemãs e dos seus *habitus*; já o Clube Operário Beneficente Germânia tinha entre as intenções de seus representantes o auxílio ao operário tanto alemão quanto os demais que vinham agregando-se a essa entidade.

O agrupamento dos clubes teve como reflexo, entre outros, a prática esportiva. Juntamente com os clubes, os imigrantes trouxeram algumas atividades esportivas, cuja prática, preliminarmente, fazia parte da sociedade civil organizada, vindo a consolidar-se em um processo permanente, pois não houve um ato isolado de um ou outro clube, constituindo-se no conjunto da sociedade que estava em formação.

Partindo da consolidação dos clubes verificam-se as diferentes práticas esportivas realizadas no interior deles. Algumas demonstrações das modalidades esportivas serão apresentadas a partir das entidades sociais relacionadas.

No Clube Germânia de Ponta Grossa, a prática esportiva desenvolvida no começo do século era o boliche. Esse esporte é característico da sociedade alemã do final do século XIX e foi muito praticado pelos representantes daquela entidade. Além

⁹ BATISTA, Maristela Iurk. *Clube Princesa dos Campos - 1897-1997: 100 anos de beneficência, conquistas e realizações na Sociedade Ponta-Grossense*. Ponta Grossa: Inpag, 1998. __

dessa modalidade, o tênis, outra atividade esportiva, só começou a ser desenvolvido no clube na década de 20:

Ainda na década de 1920, o Clube Germânia desenvolveu as condições para que o “esporte branco” pudesse ser praticado em sua sede. Foram construídas duas canchas para o tênis nos fundos da sede. Eram revestidas de saibro e sua conservação era bastante dispendiosa. Mas oferecia excelentes condições para a prática do esporte e muitos associados que jogaram nessas instalações ainda louvam sua qualidade.¹⁰

A prática do tênis representava uma espécie de distinção social, pois o “esporte branco”, como era chamado, estava sendo praticado pela elite econômica dos alemães. A atividade do boliche, que antes predominava entre os imigrantes alemães, começava a perder espaço para outras modalidades esportivas recém-chegadas de outros países e que conferiram prestígio aos praticantes.

Em contrapartida, no Clube Operário Beneficente Germânia, a única atividade esportiva existente era o boliche. A modalidade começou a ser praticada em 1912 e ficou perpetuada até meados da década de 30¹¹. Nessa entidade, além dos alemães, havia outros representantes operários, assim a prática do boliche propagou-se rapidamente no interior do grupo.

Mesmo sendo clubes de conformação divergente, o Clube Operário Beneficente Germânia e o Clube Germânia tinham como prática possível entre as entidades, o boliche, atividade tradicional entre os alemães. A modalidade fazia parte do contexto esportivo dos alemães, e foi sendo incorporada pelos sócios das outras entidades.

¹⁰ LAVALLE, Aida Mansani. *Germânia - Guaíra: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa*. Ponta Grossa: Centro de Publicações, 1996.

¹¹ BATISTA, op. cit., p. 58.

Já no Clube Concórdia de Curitiba, também de origem alemã, observou-se uma atividade fora do âmbito esportivo, mas ligada às práticas desses imigrantes, a ginástica, como descreve Nadalin:

Este crescimento era evidenciado não só pela inclusão de novos sócios, atraídos pelo que a entidade oferecia e pelos filhos de sócios que quando se tornavam maiores eram obrigados a se filiarem como associados contribuintes para poderem participar das atividades do clube, como também pela fusão de uma das atividades do clube, como ocorreu com a Deutscher Turn Verein, no correr do ano de 1887, esta associação havia sido fundada em 1883 e se constituiu na primeira sociedade ginástica de Curitiba. Esta fusão, como não poderia deixar de ser, influenciou o Deutscher Saengerbund no que se refere as suas várias atividades sociais, pois já em 1887 contratavam um professor de ginástica para os sócios interessados e, alguns anos mais tarde (1883), foi instituída uma seção desta atividade especialmente às moças associadas.¹²

De acordo com a análise feita, as atividades físicas praticadas na Alemanha chegaram ao Brasil, auxiliando na formação dos próprios alemães imigrantes do século XIX. Embora a ginástica não fosse uma atividade esportiva, observou-se a manutenção da tradição alemã no Estado paranaense.

Além da ginástica, o boliche, modalidade bastante praticada pelos alemães, estava presente no clube desde 1904. Essa atividade esportiva era acompanhada de chá ou café com doces e outros costumes próprios dos alemães. O que é interessante verificar são as relações construídas ao redor do boliche. As ações existentes em volta das práticas esportivas, como o comer e o beber, alavancavam gradualmente o número de praticantes de boliche e a sua influência no interior da entidade.

Nos clubes estruturados pela elite, a prática do esporte não era uma atividade comum no século XIX. No decorrer do século XX, algumas modalidades

¹² NADALIN, Sérgio Odilon. *Clube Concórdia*. Curitiba, 1972. Monografia de curso realizado no Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

esportivas começaram a se tornar mais freqüentes entre seus associados. Somente com a chegada do tênis ao Estado, um esporte estruturado e praticado pela classe alta da Europa, teve início essa atividade esportiva no Estado. A elite paranaense começou, com essa modalidade, a exercer uma prática esportiva mais constante, construindo ao seu redor um espaço próprio de composição social. Entre os exemplos a serem tomados, citamos do Clube Curitibano. A primeira atividade esportiva no clube foi o tênis, praticado como sendo um esporte aristocrático, como estava escrito no próprio estatuto:

É com verdadeiro orgulho que registramos o notável progresso que vimos de alcançar neste setor importantíssimo da vida de nosso clube, reputamos o esporte notadamente o aristocrático, eugênico e fidalgo, esporte do tênis, um dos fatores mais salutares para o desenvolvimento da raça.¹³

No Graciosa Country Club, outro clube da elite, a preocupação com o comportamento não foi diferente, sendo o golfe e o tênis as atividades esportivas praticadas. Especificamente no tênis, os praticantes deveriam estar uniformizados, com camisa solta e calça comprida ou short, de cor branca ou creme, sendo toleradas as meias de cor branca. Essas recomendações, entre outras, estavam detalhadas no próprio regimento do clube.

Como se pôde verificar, o comportamento e as ações dos indivíduos eram cuidadosamente regulamentados, não só pelos estatutos mas principalmente nas representações desses grupos sociais. A forma das ações, a vestimenta e o comportamento eram cuidadosamente regulamentados pela sociedade, principalmente pelos indivíduos com poder aquisitivo mais elevado.

¹³ CLUBE CURITIBANO, Relatório do exercício 1949. Curitiba, 6 de janeiro de 1950.

As é verificar as práticas esportivas dos clubes operários eram mais ligadas ao futebol. O Clube de Futebol Savóia era o representante oficial da Sociedade Operária Beneficente Internacional da Água Verde. Além dessa entidade, na Sociedade Operária do Batel também se praticava o futebol. Cabe dizer aqui que as ações dos representantes desses clubes estavam centradas em dois eixos: de um lado, os objetivos calcados no auxílio aos sócios (na busca de trabalho e na da saúde); de outro lado, praticava-se o futebol, um esporte até certo ponto popular para o momento. Nesse contexto, o esporte também constituía uma rede de interdependência entre os indivíduos.

Por fim, verificaram-se as práticas esportivas dos clubes de mesma representatividade cultural ou política, e observou-se nestes casos a existência dos jogos de salão nas ações do Club Litterário de Paranaguá. Além do clube oferecer aos seus associados atividades culturais, como teatro, biblioteca e assembléias literárias, ainda proporcionava atividades recreativas como os jogos de salão. Com a reforma ocorrida no clube em 1880, a prática de algumas modalidades esportivas começou a ser freqüente entre seus associados. Para a prática dos jogos de salão, havia uma sala especial, que tinha no bilhar o carro-chefe dos jogos. A modalidade era regulamentada no estatuto, que fixava o número de partidas jogadas, o horário e o pagamento do tempo, bem como as normas de conduta para os associados. Havia na época torneios específicos de bilhar, em que as apostas eram permitidas e quando se contava com a presença de torcida no local do evento.

Além do bilhar, eram praticados o xadrez, o gamão, o manilha e, mais tarde, o jogo de damas, o dominó, a canastra e o buraco, atividades permanentes desde 1882 e regulamentadas pelo regimento interno da entidade.

Outra atividade esportiva que começou a ser praticada nesse clube, na década de 30, foi o tênis. Aqui também essa modalidade esportiva serviu para os jovens manterem seus comportamentos e posturas aristocráticas. Como os associados jovens praticavam constantemente o tênis, foi criado no clube o primeiro departamento esportivo, chamado de Tennis Club, que estava calcado sob o seguinte pensamento:

Tennis é hoje um do esportes mais carinhosamente cultivado nos principais centros do Brasil, não só pelos benefícios que proporcionam aos que praticam, como pela elegância e delicadeza com que êlese reveste. Por isso, a tentativa da criação, em nosso meio, de um grêmio desse gênero, deve ser justamente alentada por todos os membros do “Litterario”, que não desconhecem, por certo, a grande verdade que encerra a célebre máxima de Juvenal: *Mens sana in corpore sano*.¹⁴

Nessa entidade havia uma ligação estreita entre as atividades culturais e artísticas e as esportivas. Cabe destacar, inclusive, que as atividades recreativas realizadas em salões representavam ações típicas de uma entidade literária ou cultural, nas quais o diálogo e a troca de informações devem estar presentes.

A formalidade era outro componente reiterado nas ações dos indivíduos, o que se confirma pela inclusão da prática do tênis nesse clube. Como sugere a citação acima, a prática dessa modalidade esportiva poderia ser compreendida como um elemento da representatividade dos indivíduos, enfatizada pelo comportamento “elegante” nas ações.

Com os dados já expostos, é possível verificar as diferentes composições dos clubes, pelas modalidades esportivas, pelos praticantes dos esportes e pelos grupos sociais. Mesmo que as diferenças estejam postas claramente, torna-se difícil separar completamente os itens no decorrer da análise, até mesmo pelo fato de existir uma

¹⁴ Regimento Interno do Club Litterário Paranaguá

disposição de interdependência, ou seja, diversas possibilidades de ligações no contexto das entidades e das práticas esportivas.

As possíveis relações aconteciam no âmbito dos interesses étnicos, econômicos, políticos, culturais ou sociais. No início da formação dos clubes, cada atividade esportiva representava um grupo social muito bem demarcado no interior dos clubes. Caso específico pode-se acompanhar no contexto dos clubes da elite e do literário.

Os representantes dos clubes da elite exerciam práticas esportivas como o golfe e o tênis, justamente por serem necessários a essas modalidades grandes espaços físicos (terrenos extensos e bem cuidados) e vestimenta própria, onde a formalidade, a postura, a elegância e o alto poder aquisitivo eram fatores determinantes entre os praticantes. Em contrapartida, as primeiras atividades de salão desenvolvidas no Club Litterário de Paranaguá representam muito bem a necessidade de aproximação entre os indivíduos, pois as suas ações estavam centradas no diálogo e nas trocas de idéias sobre a literatura, a arte nacional e regional. Os jogos de salão eram importantes entre os associados porque aproximavam os jogadores, facilitando o diálogo entre eles.

As outras duas representações, dos clubes de imigrantes e dos clubes de operários, também buscavam espaço na sociedade e nas suas atividades específicas. Como se pôde observar no Club Concórdia de Curitiba e no Clube Germânia de Ponta Grossa, o boliche tornou-se uma atividade comum entre os imigrantes daqueles grupos sociais, pois a prática desta modalidade já fazia parte do *habitus* dos alemães. Já no caso dos clubes beneficentes dos operários, o futebol tornou-se a grande atividade esportiva, seja pela fácil adaptação do espaço para o seu desenvolvimento, pela facilidade de aquisição do material utilizado, ou pelo comportamento dos praticantes,

que não eram tão requintados. Talvez esses sejam os fatores que contribuíram para a popularização do esporte.

Com o surgimento dos primeiros clubes na esfera do Estado, começava a brotar a estrutura esportiva paranaense, que foi se consolidando gradualmente após a nascimento de outras entidades esportivas.

Passada essa primeira fase de estruturação dos clubes com algumas modalidades esportivas, verificou-se a proliferação de clubes e entidades esportivas na região de Curitiba, dos Campos Gerais e do Litoral.

Pode-se afirmar que, além dos clubes e das modalidades esportivas inicialmente citados, inúmeras outras entidades estavam se formando no início do século. Entre essas entidades, algumas eram ligadas exclusivamente às atividades esportivas, como o Curitiba Foot Ball Club, fundado em 12 de outubro de 1909; o Clube de Futebol Savóia, de 14 de junho de 1914; o Palestra Itália, fundado em 7 de janeiro de 1921; o Britânia Esporte Clube, de novembro de 1914; o Clube Atlético Ferroviário, criado em 1930; o Clube Água Verde; e o Clube Atlético Paranaense, fundado em 26 de março de 1924, com a fusão do América Foot Ball Club e do Internacional Foot Ball Club.

Na maioria dos clubes, a prática esportiva mais comum já era o futebol, mas gradualmente foram sendo incorporadas outras modalidades como o atletismo, natação, basquetebol (ou bola ao cesto, como era chamado naquele momento), além das modalidades já apresentadas anteriormente (tênis, boliche, bilhar, jogos de salão).

Com o aumento do número dos clubes, principalmente em Curitiba, onde se concentrava a maior parte da população urbana do Estado, começaram a acontecer os primeiros eventos esportivos no Estado. O futebol foi a primeira modalidade a ter uma

partida oficial e uma organização própria, e posteriormente vieram as demais modalidades esportivas.

O aumento gradativo do número de clubes participantes nas competições esportivas e o aumento das modalidades esportivas possibilitaram a criação de uma entidade responsável pela organização do esporte no Estado. Para tanto, foi fundada em 23 de maio de 1932 a Liga Atlética Paranaense, que anos depois se transformou na Federação Desportiva Paranaense. Nessa entidade estavam estruturados, numa primeira fase, os departamentos de Atletismo, Bola ao Cesto, Volley Ball e Hand - Ball e posteriormente vieram os departamentos de Natação, Halterofilismo, Ginástica, Pugilismo e Punhobol¹⁵.

Aos vinte e trez dias do mez de Maio de mil novecentos e trinta e dois, em uma das salas da Sociedade Teuto Brasileiro, sob á Presidencia do Snr. Tenente João Meister Sobrinho, foi aberta a sessão, a qual se achavam presentes os Clubs abaixo representados:

Sociedade Teuto Brasileiro: T^{te} João Meister Sob. e Carlos Bley Krisanowski; Coritiba Foot Ball Club: A. Couto Pereira, Alfredo Kreamer e Mylton Muricy; Club Athletico Paranaense: Horacio Mancini; Club Athletico Ferroviario: Lothar Kruger; Grupo Gymnastica do Handwerker: Alexandre Buchmann, Rodolpho Dombeck e Albano Brandt; Sociedade Sportiva Junak: Teodoro Zubinski, João Sobocinski e Ladislau Gibolski; União Sporte Club: Frederico Doudeque e Grupo Atlético Teuto; Estevam Piekars.

O Snr Presidente expoz aos presentes o objectivo desta reunião, na qual se resolveu em definitivo a fundação da Liga que tomou a denominação de "Liga Athletica Paranaense.

Foram aprovadas as seguintes sugestões apresentadas pelo Snr Presidente; 1º Obedecer as regras e regulamentos da Federação Paranaense de desportos. 2º Que nenhum dos presidentes dos Clubs filiados a Liga poderá ocupar o cargo de Presidente da mesma.

Foi mandado officiar a F.P.D., communicando a fundação da liga, eleição de sua primeira directoria e remeter uma cópia da acta, bem como a sua sede provisória está instalada em uma das salas da Sociedade Teuto Brasileiro.

Ficou resolvido que até o dia anterior ao Campeonato início de bola ao cesto, os Clubs que se filiarem serão considerados "Fundadores".

Marcar para o próximo sabbado dia vinte e oito do corrente a primeira reunião da directoria.

¹⁵ Modalidade esportiva de origem alemã praticada num campo dividido por uma rede (similar ao voleibol). Os toques são executados com os punhos e é permitido que se deixe a bola quicar uma vez no chão.

Foram declarados empossados todos os directores presentes. O Snr. Director Presidente do Coritiba F.C. ofereceu a L. A. P. a sua nova Praça de Desportos para os jogos oficiais da mesma, logo que esteja pronta.¹⁶

Observa-se que na constituição da Liga Atlética Paranaense - LAP havia representantes de inúmeros clubes da capital, tanto de entidades formadas pelos imigrantes, como Sociedade Teuto Brasileiro e a Sociedade Sportiva Junak, quanto por associações fundamentalmente esportivas, como o Club Atlético Ferroviário, o Club Atlético Paranaense e o Coritiba Foot Ball Club. A formalização da Liga Atletica Paranaense demonstra o início das possíveis redes de interconexões existentes entre os imigrantes e os demais grupos organizados da sociedade civil.

Gradualmente outros clubes foram se incorporando à LAP, que tinha o objetivo de promover o esporte no Estado, principalmente o voleibol; o basquetebol o atletismo, o handebol, o tênis e o ciclismo.

Após a Liga Atlética Paranaense ser criada, os clubes continuaram a exercer o principal papel na estrutura dos eventos esportivos, mas deixaram de ser os únicos organizadores de eventos e passaram a exercer seus papéis de competidores. Assim projetaram-se novas dinâmicas entre os clubes a partir da década de 30, com maior integração entre eles, maior participação da sociedade nas práticas esportivas e maior complexidade na estruturação do esporte.

A complexidade da rede de interdependência é dada pelo aumento do número de clubes e das modalidades esportivas e pelo acréscimo de praticantes. Para exemplificar a contextualização, destacaram-se os clubes: Coritiba, Ferroviário e Atlético.

¹⁶ Ata da primeira reunião da Liga Atlética Paranaense, ocorrida em 23 de maio de 1932.

Entre as décadas de 30 e 50, o Coritiba possuía em sua estrutura esportiva mais de onze departamentos, como o de Atletismo, Basquetebol, Voleibol, Educação Física, Instrução Militar, Futebol, Tênis, Tiro ao Alvo, Ciclismo, Pingue-Pongue e Natação. O número de departamentos esportivos do clube refletia, sem dúvida nenhuma, o próprio anseio de seus associados e da sociedade civil organizada da capital do Estado.

Além do Coritiba, o Club Atlético Ferroviário, o Club Atlético Paranaense, o Clube Água Verde, o Esporte Club Britânia e a Sociedade Esportiva Junak também consolidaram seus departamentos esportivos. Até a década de 50, eram eles, no interior da LAP, que controlavam a estrutura esportiva no Estado.

A forma embrionária como foi sendo estruturado o esporte, reproduziu o próprio desenvolvimento econômico, político e social do Estado, pois até a década de 50 a maior concentração populacional estava localizada nas regiões de Curitiba, Campos Gerais e Litoral, onde as ações esportivas também se concentravam com mais intensidade, principalmente em Curitiba, pois era na capital que estava o maior volume urbano do Estado.

A estruturação esportiva do Estado do Paraná, concebida pela sociedade com a criação dos clubes esportivos, e mais tarde organizada pela Liga Atlética Paranaense, foi seguindo seu curso até o surgimento de dois fatores marcantes, que a princípio eram independentes. O primeiro foi a regulamentação da Lei Federal 3.199/41, e o segundo, a ocupação territorial, com o posterior o avanço econômico, social, político e cultural ocorrido após a década de 50 no Paraná.

Mesmo que os dois fatos tenham ocorrido de maneira isolada, a ligação entre eles muda por completo a estrutura do esporte, após a década de 50. A seguir,

ambos serão tratados detalhadamente. A primeira questão que merecerá algumas abordagens diz respeito à legalização do esporte no Brasil, a partir da Lei 3.199/41.

A LEGISLAÇÃO ESPORTIVA DO PAÍS E SUAS INFLUÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO ESTADO DO PARANÁ

A aprovação da Lei 3.199/41 interferiu diretamente na estruturação do esporte no Brasil, e particularmente no Estado do Paraná. Essa lei contribuiu em três pontos básicos da estruturação do esporte: a regulamentação das entidades esportivas, a definição da função do Estado brasileiro frente ao esporte e a indicação de como administrar as práticas esportivas. Até a elaboração da lei, a presença do Estado era insignificante na área, pois o esporte não possuía uma regulamentação única, sendo desenvolvido sem sistematização apropriada.

A regulamentação esportiva por parte do governo federal estabelece uma relação em duas direções. A primeira delas referiu-se à maneira como o governo de Getúlio Vargas constituía sua administração e a segunda questão à influência da regulamentação nas ações do governo estadual, bem como as possíveis interlocuções com a sociedade e os indivíduos.

A discussão do processo de desenvolvimento do Estado brasileiro, em geral, e do esporte em particular, passa pela forma como o governo de Getúlio Vargas vinha administrando o país. O poder da burocracia no Estado Novo estava concentrado nas mãos dos políticos, que buscavam regulamentar a grande maioria das áreas de alcance da sociedade, delimitando, a identidade nacional a partir dos padrões

estabelecidos pelo governo do Estado Novo; até aquele momento essa identidade achava-se pulverizada na sociedade brasileira. Essa posição foi verificada pelos discursos e propostas do governo. Cabe destacar que as ações políticas representavam a centralização das relações entre a sociedade, os indivíduos e o Estado. A regulamentação da burocracia, por parte do governo, delimitou as áreas de participação da sociedade, atingindo diretamente a vida cotidiana dos indivíduos.

Sobre a questão, Lenharo argumenta:

Vem do Estado a única voz que fala em nome de todos os brasileiros. O homem comum, o cavaleiro dos salões, o homem e a mulher do campo, o operário, o comerciante, são descaracterizados socialmente para serem recuperados na perspectiva de uma identidade que a organicidade na Nação engendrara através da harmonia social já alcançada. O Estado oferece a certeza de uma socialização depositária do imbricamento da vida política à social.¹⁷

A transferência do modelo liberal de administração, constituído até o final da década de 20, para o modelo centralizador interferiu diretamente na vida cotidiana dos indivíduos. O Estado tornou-se um agente ativo na organização política, social e econômica da sociedade. Em muitos casos, os indivíduos se comportavam meramente como reprodutores da nova organização burocrática. Como o próprio Getúlio Vargas diria, em um de seus discursos contra o modelo liberal:

O Estado não conhece direitos de indivíduos contra a coletividade. O indivíduos não têm direito, têm deveres! Os direitos pertencem à coletividade! O Estado, sobrepondo-se à luta de interesses, garante só os direitos da coletividade e faz cumprir os deveres para com ela. O Estado não quer reconhecer a luta de classes. As leis trabalhistas são as leis de harmonia social.¹⁸

Percebe-se com essa posição a intenção do governo em promover ações para a coletividade, ou seja, nas suas propostas políticas pretendia-se abranger o maior

¹⁷ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2ª. ed. Campinas: Papirus, 1986. p. 35

¹⁸ Discurso de Getúlio Vargas aos trabalhadores de São Paulo, em 27 de julho de 1938.

número possível de indivíduos. Com isso projetava-se a criação de uma identidade nacional, até então pulverizada pelo interior do país.

O governo naquele momento estava se cercado de projetos em todas as áreas, como na saúde, lei trabalhista, educação e, particularmente neste caso, no esporte.

Nas linhas das regulamentações institucionais, destacavam-se as sistematizações e os planejamentos das práticas do esporte. Como o país estava passando pela construção da identidade nacional, ocorreu pela da regulamentação do esporte uma possibilidade nas alterações da vida cotidiana dos indivíduos e da sociedade brasileira.

A utilização das práticas esportivas, por parte do governo, contribuiu para que ele pudesse alcançar alguns dos objetivos propostos, principalmente na centralização do poder e na formação da identidade nacional. É nessa perspectiva que Mendes enfocou a relação entre a legalização esportiva e a construção da sociedade brasileira:

Estamos agora na década de 30 em pleno Estado Novo. Governa o país Getúlio Vargas, sustentado por um golpe de Estado. O Governo (não o Estado) percebe no esporte um instrumento de projeção externa, capaz de identificá-lo hegemonicamente no Cenário Internacional. Desta forma, e sob o pretexto de adequá-lo aos padrões e às exigências internacionais, lança suas garras sobre o esporte estabelecendo uma esdrúxula normatização sobre o esporte estatizante, cujo demérito é ter sufocado a liberdade e a criatividade até então reinantes.¹⁹

Na posição do autor, existiu aproximação analógica entre o poder nacional e a política administrativa para o esporte, reproduzindo-se na relação o

¹⁹ MENDES, Renato. A reformulação do esporte brasileiro. *Revista da FESTUR*, ano 2, v. 2, p. 35, 1990.

discurso autoritário e a ação administrativa centralizadora, efetivada por meio da regulamentação e de projetos para a área do esporte.

Aparece, também, no posicionamento do autor, a passagem do modelo liberal, em que o esporte era organizado e desenvolvido de forma independente, sem uma interferência mais direta do poder público, para o modelo centralizador, com o governo administrando e regulamentando de forma burocrática as ações dos indivíduos.

Na posição tomada em relação à institucionalização do esporte, aparentemente existiu uma característica administrativa comandada pelos burocratas e pelos políticos, com uma participação restrita da sociedade e dos indivíduos nas tomadas de decisões, um modelo tradicional de administração. Para Spink²⁰, uma administração tradicional constitui-se por uma forma autoritária, ou seja, a administração aconteceu a partir da centralização do poder, governado pelos burocratas, que interpretam as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da população. A representação dos cidadãos nas tomadas de decisões do governo não ocorre diretamente, pois há que se considerar que a sociedade nem sempre tem condições ou acesso ao confronto político de forma democrática com oportunidades iguais.

A administração centralizadora e nacionalista do Brasil a partir do Estado Novo leva, inicialmente, a se focalizar o esporte na direção da organização legislativa brasileira.

Na construção das redes de interdependência entre a sociedade, os indivíduos e o Estado foi observada a posição de cima para baixo, ou seja, a posição

²⁰ SPINK, Peter. Descentralização: luto ou luta? In: FISCHER, Tânia. *Poder local governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

tomada pelo governo federal na perspectiva da construção da identidade nacional projetada a partir dos interesses do governo.

A primeira ação reguladora do esporte surgiu com o Decreto Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941²¹. Antes de descrever os principais pontos da lei, relacionam-se alguns questionamentos sobre a intencionalidade dela, para que se possa extrair alguns posicionamentos importantes nas análises futuras.

Por que somente naquele momento ocorre a normatização do esporte no Brasil? Qual a visão do esporte naquele momento? Tais questionamentos vão balizar a análise do Decreto-Lei. Inicialmente, supõe-se que a regulamentação da lei auxiliou na construção da identidade nacional, pois a bandeira do Estado Novo era a de consolidar a base nacionalista, seja no âmbito geral, seja no âmbito esportivo especificamente. Possivelmente, nesse caso, a identidade da sociedade, representada pelo Estado, tornou-se bastante presente nas configurações dos indivíduos, e o esporte cumpriu seu papel no processo de fortalecimento do Estado.

Com base na própria lei, entendem-se os aspectos conceituais preestabelecidos, os valores morais ditados pelo governo e a posição autoritária, forjando uma nova organização social. A partir daí, delimita-se o espaço para a criação da identidade nacional, vinculada à prática esportiva.

Art. 3 - Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Desportos:

- a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e das energias nacionais;
- b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo exercer

²¹BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país.

rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade;
 c) decidir quanto à participação de delegações dos desportos nacionais em jogos internacionais, ouvidas as competentes entidades de alta direção, e bem assim fiscalizar a constituição das mesmas;
 d) estudar a situação das entidades desportivas existentes no país para fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal e ainda fiscalizar a aplicação dessas subvenções.²²

Nesse documento encontraram-se algumas questões que aproximam o esporte das delimitações da identidade nacional; como a disciplina exigida na prática do esporte, a interferência dessa disciplina na cultura e nas energias da juventude brasileira, a formação dos indivíduos através dos princípios amadores da dignidade, da lealdade e da educação, e o esporte como meio de defesa da identidade da nação, quando dos confrontos internacionais. Esses são pontos da lei, que provocaram, sem dúvida alguma, certa identificação com a busca do caráter nacional e do civismo na sociedade. Percebe-se uma nítida intenção do governo, que vinha imposta na legislação e que auxiliou na construção da identidade nacional, o que não ocorreu somente no Brasil, e que foi consequência das delimitações governamentais pelo mundo afora. A grande questão que permanece é sobre a forma centralizadora utilizada para alcançar os objetivos propostos e suas possíveis inserções nos *habitus* dos indivíduos.

Outro ponto destacado nesse decreto-lei foi a questão da centralização do poder político e administrativo. A dimensão da centralização do poder foi verificada em diversas passagens, com destaque para a formação do Conselho Nacional e dos Conselhos Regionais. Todas as estruturas das entidades esportivas passavam pelas mãos do governo federal, que autorizava ou não o funcionamento das mesmas. Até nas administrações regionais a centralização estava contemplada, como se detecta a seguir:

Do Conselho Nacional de Desportos e dos Conselhos Regionais de Desportos
Art. 1º - Fica instituído, no Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos, destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país.

Art. 2º - O Conselho Nacional de Desportos compor-se-á de cinco membros, a serem nomeados pelo Presidente da República, dentre pessoas de elevada expressão cívica, e que representem, em seus vários aspectos, o movimento desportivo nacional.

Parágrafo único. A nomeação, de que trata este artigo, será feita por um ano, não sendo vedada a recondução²³.

Estes artigos evidenciam o poder do Estado Novo frente à organização e delimitação dos objetivos para o esporte. O Conselho Nacional de Desportos (CND) era o encarregado da fiscalização das práticas e das entidades esportivas, cabendo ainda ao governo indicar o presidente e os conselheiros, atitude própria da centralização do poder governamental. O CND, durante as décadas de 40 a 70, estruturou e comandou o esporte nacional, fiscalizando as atividades esportivas desenvolvidas nos Estados. Os estatutos das federações e confederações nacionais e regionais deveriam ser aprovados pelo CND e regulamentados posteriormente pelo Ministério da Educação e Saúde.

Como os pressupostos básicos da legislação do CND eram a fiscalização e a orientação das atividades esportivas por intermédio de pessoas de elevada expressão cívica, passava-se a idéia da construção da identidade nacional através do esporte²⁴. Este é mais um ponto em que se pode observar a tentativa de interferência governamental na sociedade brasileira. Buscavam-se, ainda, com a implantação da estrutura esportiva, alternativas para controlar os indivíduos.

Para que o desenvolvimento do esporte, como foi planejado pelo governo federal, pudesse ser levado à frente, as atividades esportivas estavam basicamente estruturadas na organização, na fiscalização e no incentivo ao esporte amador,

²² BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199 de abril de 1941.

²³ BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199 de abril de 1941.

universitário, da juventude, da Marinha, do Exército e das Forças Policiais. Todos os segmentos encontravam-se atrelados ao poder do Estado:

Art. 11º - Terão organização à parte, relacionados, entretanto, com o Conselho Nacional de Desportos, e com as confederações e com as entidades especiais de que trata o artigo anterior, os desportos universitários e os da Juventude Brasileira, bem como os da Marinha, os do Exército e os das Forças Policiais.²⁵

Normalmente, as atividades realizadas a partir da regulamentação eram desenvolvidas por meio de competições esportivas, mas nem sempre tinham características de aproximação do contexto da sociedade. As ações propostas pelo governo, possivelmente, nem sempre alcançavam um equilíbrio entre o poder público e o desenvolvimento da sociedade.

Um grande exemplo para se compreender melhor a afirmação foi o discurso do próprio Getúlio Vargas na inauguração do Pacaembu:²⁶

Ao declarar inaugurado este Estádio, sob impressão das entusiásticas e vibrantes aclamações com que fui recebido, não posso deixar de dirigir-vos algumas palavras de vivo e sincero louvor.

Este monumento consagrado à cultura física da mocidade, em pleno coração da capital paulista, é motivo de justo orgulho para todos os brasileiros e autoriza a aplaudir merecidamente a administração que o construiu.

As linhas sombrias e belas de sua imponente massa de cimento e ferro, não valem, apenas, como expressão arquitetônica, valem como uma afirmação da nossa capacidade e do esforço criador do novo regime na execução do seu programa de realizações.

É ainda e sobretudo este monumental campo de jogos desportivos uma obra de sadio patriotismo, pela sua finalidade de cultura física e educação física.

Agora mesmo assistimos ao desfile de dez mil atletas, em cujas evoluções havia a precisão e a disciplina, conjugadas no simbolismo das cores nacionais.

Diante dessa demonstração da mocidade forte e vibrante, índice eugênico da raça, _ mocidade em que confio e que me faz-orgulhoso de ser brasileiro – quero dizer-vos:

Povo de São Paulo

Compreendestes perfeitamente que o Estádio do Pacaembu é obra vossa e para ela contribuístes com o vosso esforço e a vossa solidariedade. E

²⁴ MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

²⁵ BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199 de abril de 1941.

²⁶ Estádio de Futebol na cidade de São Paulo, inaugurado em 28 de abril de 1940.

compreendestes ainda que este momento é como um marco da grandeza de São Paulo a serviço do Brasil.
Declaro, assim, inaugurado o Estádio do Pacaembu.²⁷

O exemplo é usado para demonstrar que a utilização do esporte, por parte do governo federal na década de 40, não foi apenas no âmbito da legislação, mas também no dia-a-dia da sociedade. Fica evidente, no discurso de Getúlio Vargas, a estreita ligação entre o Estado e o esporte – principalmente o futebol, pela sua própria inserção na sociedade brasileira, constituindo-se na modalidade esportiva mais praticada e prestigiada no país.

Outro exemplo da utilização do esporte como meio da formação social, pode ser visto na obra de Sônia Bercito, que entre muitos detalhes sobre a importância da Educação Física e do esporte no contexto das décadas de 30 e 40, comenta:

Um indivíduo voltado para a ação, para a vitória, longe da indolência trazida pela nossa herança racial, capaz de levar adiante a tarefa de construir a grande nação brasileira. Começamos aqui a esboçar o perfil moral do brasileiro. A Educação Física, através de sua força moralizadora, seria capaz de criar, também, indivíduos acostumados à disciplina e à hierarquia. Não através da coação, apontada como pouco eficaz. Mas construindo a “real disciplina (a que) emana do espírito.” O estádio, assim como o coral seriam “disciplinas espontâneas(...) capazes, por si sós, de criar o hábito consciente da disciplina”. O respeito à hierarquia, expresso na obediência coletiva às ordens do “chefe”, seria alcançado através da experiência dos esportes competitivos, na aceitação das regras aplicadas pelo juiz e nas decisões dos líderes.²⁸

Encontrava-se embutido, na proposta do governo e demonstrado pela autora, o conceito de esporte empregado na época. Ele estava embasado na perspectiva

²⁷ NEGREIROS, Plínio José Labriola de C. *O Estádio do Pacaembu*. Coletânea do V Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Maceió, 1997. p. 42.

²⁸ BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. *Ser forte para fazer a nação forte a educação física no Brasil (1932-1945)*. São Paulo, 1991. Dissertação (mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

da disciplina, da moral, da higiene. Assim, as atividades esportivas tornavam-se um mecanismo importante para a formação de um Estado forte.

Portanto, como já se afirmou anteriormente ao se abordar a legislação esportiva, o eixo da administração governamental está centrado no fortalecimento do Estado e da identidade nacional. Cabe destacar que o modelo utilizado pelo governo poderia estar servindo aos interesses da sociedade, pois a centralização das ações políticas era aparentemente necessária para organizar minimamente o país.

Ainda no sentido de regulamentar a própria lei, o governo federal designou o Conselho Nacional de Desportos (CND) para instrumentalizar as novas federações, ligas e clubes esportivos. Portanto, o CND, através de suas atribuições legais, atendia ao disposto no artigo 4 do Decreto-Lei n. 5.342:

... considerando que lhe cumpre expedir instruções para o funcionamento das entidades desportivas as quais se fazem necessárias, em virtude da delegação que concedeu, a título precário, aos conselhos regionais de desportos, na forma do número cinco, da deliberação número três, do corrente ano, publicada no Diário Oficial de 13 de abril, delegação por esse ato definitivamente ratificada, e em virtude, também de ser indispensável o cumprimento da lei invocada, a partir do ano a iniciar-se.²⁹

Desse modo, para que uma associação desportiva (clube) pudesse funcionar, era necessário que tivesse obtido licença, por meio de alvará expedido pelo Conselho Nacional de Desportos (CND), diretamente, ou pelo Conselho Regional de Desportos (CRD) da respectiva unidade territorial.

Após a normatização do esporte, executada pelo governo brasileiro em âmbito federal, realçaram-se as mudanças nas práticas esportivas e em suas regionalizações. Ou seja, a real interferência do sistema adotado pelo governo ocorreu com a Lei n. 3.199/41 na organização do esporte do Estado do Paraná.

Se as leis aprovadas em âmbito nacional não tiveram inicialmente grandes interferências na estrutura do esporte no Paraná, ao menos auxiliaram nas regulamentações das federações e dos clubes no Estado do Paraná.

O que antes era comandado pelos clubes através da Liga Atlética Paranaense, com a regulamentação do Decreto-Lei n. 3.199/41 e de n. 5.342, de 25 de março de 1943 propiciou a fundação, em 9 de junho de 1943 da Federação Paranaense Desportiva, que manteve os mesmos departamentos: Atletismo, Natação, Halterofilismo, Ginástica, Pugilismo, Punhobol, Bola ao Cesto, Volley Ball, e Hand Ball. A diferença era a de estar agora sob a fiscalização e instrumentalização do poder governamental federal.

A mudança de estruturação no eixo esportivo não ocorreu imediatamente após a criação da Federação Desportiva Paranaense – FDP, pois o controle e a fiscalização que deveriam ser exercidos pela FDP, como previa a Lei federal n. 3.199/41, ainda dependia das ações dos clubes e das ligas esportivas, que até a década de 50 eram as controladoras do sistema esportivo paranaense.

Mesmo com a regulamentação da Federação Desportiva Paranaense, os clubes, principalmente os da capital, foram os principais beneficiados, pois as competições eram organizadas somente para eles.

Para se ter uma idéia, apenas em 28 de novembro de 1948 foi realizado o primeiro “Campeonato de Bola ao Cesto Estadual”, envolvendo três cidades, Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa³⁰. Ou seja, até o final da década de 40 e início da de 50, a

²⁹ BRASIL. Decreto-Lei n. 5.342, de 25 de março de 1943.

³⁰ Informação obtida através de ata da Federação Desportiva Paranaense de 1948.

participação do interior na estrutura esportiva do Estado ficou relegada a um segundo plano, até porque, a ocupação territorial do Estado se limitava à região envolvida.

A complexidade entre as relações que compunham a estrutura esportiva foi aumentando paralelamente com o próprio desenvolvimento do Estado, pois com a sua ocupação territorial surgiram novas entidades esportivas que representavam não só um clube isoladamente, mas as cidades recém-criadas.

Portanto, com o passar do tempo, a Federação deixou de ser um espaço exclusivo dos clubes e da capital, abrindo espaços para entidades que vinham do interior do Estado. Entre elas podem ser citadas a Liga de Esportes Atlético de Londrina, a Liga Desportiva Norte Paranaense, a Liga Atlético de Paranaguá, a Liga Pontagrossense de Bola ao Cesto, a Liga Atlético Londrinense e a Liga Desportiva de Ponta Grossa, entre outras.³¹

³¹ Dados retirados das atas da Federação Desportiva Paranaense.

A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE E O DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA ESPORTIVA

O segundo fator determinante na mudança de eixo da estrutura esportiva no Estado foi o avanço da ocupação territorial e o desenvolvimento da sociedade paranaense. O desenvolvimento do Paraná seguiu uma lógica estruturada a partir do processo administrativo implantado no início da década de 50 pelo governo de Bento Munhoz da Rocha³². O governador do Estado passou a estimular a ocupação territorial das diversas regiões ainda não habitadas. A implementação de políticas públicas para os diferentes setores da sociedade foi, sem dúvida, outra obra iniciada naquele período.

Em conjunto com a ocupação territorial do Estado, destacam-se também as formações dos clubes sociais do Paraná, a partir da década de 50; esses são dados importantes no sentido de compreender a pressão exercida pela sociedade na administração governamental. A nova organização social e o aumento populacional das zonas urbanas produziram, sem dúvida alguma, outros mecanismos nas relações entre o governo, o indivíduo e a sociedade.

Até os anos 50, o Estado estava centrado basicamente nas regiões de Curitiba, litoral, centro-sul e o chamado Norte Pioneiro e o desenvolvimento social se restringiu, desse modo, a essas localidades. Com o significativo crescimento de outras

³² Governador do Estado do Paraná de 31-1-1951 a 3-4-1955

regiões, começavam a expandir as redes de interdependências no interior da sociedade. Um dos elementos que consolidaram as novas organizações sociais foram, indubitavelmente, os clubes sociais e esportivos. Da mesma maneira que no começo do século, esses clubes que vinham se constituindo até a década de 50, buscavam inicialmente manter as origens da imigração ou da posição cultural e econômica. Nesse processo da ocupação territorial, houve um acréscimo significativo do número de clubes, ligas e federações espalhados pelo Estado.

Subseqüentemente à década de 50, com as instalações dos imigrantes já definidas em diferentes posições geográficas do Estado, ampliaram-se a ocupação territorial e a participação dos indivíduos em diversas questões da sociedade. Além da ocupação territorial, que se manteve no decorrer das décadas seguintes, é observado o crescimento significativo das redes de interdependências e interconexões no Estado.

O exame da conjuntura até a década 50 faz entender que o Estado paranaense foi sendo construído por etapas contínuas e com ritmos alternados. Nesta perspectiva, o aumento da produção agrícola e industrial auxiliou na maior ocupação do território paranaense, mas não desvinculou-se obrigatoriamente das relações existentes com outros Estados da Federação. Nessa direção, Padis argumenta:

O norte do Estado que, qual prolongamento da economia paulista, a ela se vincula quase que totalmente. A região sudoeste, ocupada em consequência de problemas que atingiram o Rio Grande do Sul, com esses estados mantinham seu vínculos. Quanto ao chamado "Paraná Velho", cuja formação datava de época bem mais antiga, era a única parte do estado que podia ser considerada "paranaense".³³

O Paraná, que cresceu economicamente e em população, até a década de 50, também sofreu muitas interferências de ordem externa. A própria integração

³³ PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec.

econômica, até aquele período, teve uma relação de dependência muito significativa com São Paulo. Por exemplo, grande parcela do café, base econômica do Estado, era comercializada a partir de São Paulo e não de Curitiba, a capital do Estado, porque as redes de ligação estavam mais direcionadas para o comércio e a indústria paulistas, onde já existia uma grande rede de transporte, principalmente a ferroviária, e o comércio era bastante forte.

Até o início da década de 50, o Paraná só detinha 3% da população brasileira e grande parte da economia paranaense escoava pelo Estado vizinho. Como o governo federal tinha a intenção de incentivar a industrialização no país, verificou-se a necessidade de ampliar os horizontes do Estado do Paraná, o que propiciou uma independência sociopolítica e econômica mais sólida. O intuito era o de consolidar uma identidade paranaense que reunisse os imigrantes já instaurados e os novos colonizadores vindos de todas as regiões do país.

A base econômica do Estado do Paraná, até a década de 50, era basicamente agrícola, estruturada no cultivo da erva-mate nas regiões sudeste e central, no cultivo do café e na extração da madeira, na região norte. Outras culturas desenvolvidas pelos imigrantes, como o cultivo da uva, do linho, da aveia, do centeio, do trigo e da batata inglesa também faziam parte da economia paranaense, mas essa diversidade pouco alterava a base econômica do Estado.³⁴

Sobre o desenvolvimento industrial do Estado, pode-se afirmar que a estrutura ainda era pouco desenvolvida, significando 2,4% da economia nacional em 1942. Mas, na década de 50, já representava algo em torno de 5% da economia

Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981. p. 4.

³⁴ MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. *Revista Paranaense de*

nacional, dobrando seu percentual em apenas dez anos e constituindo-se como uma das economias de maior crescimento no país.

Passados alguns anos, a ocupação territorial avançou em todas as direções, com indivíduos das mais variadas regiões do país. Aos poucos, os governadores que sucederam Bento Munhoz da Rocha começavam a ser mais ativos no processo administrativo do Estado.

O posicionamento se torna evidente por alguns discursos de governadores na década de 50, cujo principal objetivo, ainda, era de o povoar o território, consolidando uma identidade própria e possibilitando uma ação governamental mais abrangente. Eis o discurso do governador da época, Bento Munhoz da Rocha Netto³⁵:

Ouçõ passos dos brasileiros que convergem para o Paraná, através de caminhos da Pátria Grande. Vêm de Minas e de São Paulo, empurrados pela onda verde dos cafeeiros, que descera para o Sul, vivendo seu ciclo e revolucionando a tradicional economia paranaense, vêm do Nordeste, ressequido e superpovoado, com a intrepidez e a coragem dos que lutam sempre e se habituaram a luta sem esmorecer, para abrir sertão e fazer o cafezal avançar. Vêm do Sul, transbordando do minifúndio colonial e fazendo sobreviver, aqui, os traços humanos que nos são característicos depois de mais de um século de imigração. Vêm de todas as angústias, de todos os desencontros, de todas as coragens nacionais. O Brasil marcou encontro no Paraná...³⁶

A iniciativa governamental de ocupar o Estado resultou um aumento significativo nos números populacionais, saltando de 3% para 6,03% da população brasileira. De 1.236.276 habitantes na década 40, para 4.277.763 na década de 60³⁷, em apenas vinte anos triplicou o número de habitantes no Estado.

Desenvolvimento, Curitiba, n. 28, p. 31-52, 1972.

³⁵ Governador do Estado do Paraná entre os anos de 1951 e 1955. Foi um dos maiores incentivadores do desenvolvimento do Estado na sua amplitude territorial.

³⁶ VIEIRA Édison. O Paraná reinventando: política e governo. *Revista do Iparides*, Curitiba, 1989.

³⁷ PADIS, *op. cit.* p. 183.

A pressão da sociedade começava a ecoar na administração governamental, visto que várias eram as entidades que estavam se formando e se fortalecendo naquele momento. Representantes de quase todas as camadas sociais estavam presentes nas discussões políticas do governo.

O aumento populacional trouxe consigo uma rede maior nas interdependências e nas interconexões existentes no interior da sociedade, saindo do estágio embrionário em que se encontrava para tornar-se uma sociedade com relações mais complexas. Outro fator decorrente do crescimento foi a elevação do número de municípios, passando de 56, na década de 30, para aproximadamente 160 no final da década de 50. Sobre a ocupação territorial do Estado, Vieira acrescenta que a necessidade de povoar encontrava-se em consonância com a política governamental na década de 50:

Fica, pois, evidente o caráter político das diferentes práticas de governo que, ao serem analisadas sob determinado ângulo, evidenciam suas íntimas e múltiplas relações. A um território considerado populacionalmente deficitário, torna-se imprescindível que a gestão da “coisa pública” esteja pautada pelos princípios de superação de tal déficit. Por outro lado, para estimular a migração, faz-se necessária uma política de integração e “saneamento”. Integração diante da possibilidade de desvinculação das novas áreas ocupadas da administração estadual. “Saneamento”, face à entrada daqueles considerados física e/ou moralmente desajustados, devendo o governo discipliná-los ou afastá-los do convívio dos demais.

Tem-se, aqui, a explicitação de práticas administrativas orientadas pelos propósitos de atrair o imigrante apesar dos problemas que este “outro” pode resultar. Elas se apóiam, portanto, na noção de um governo científico e racional, quer na construção de uma praça, quer na materialização de um “espaço de poder”. O olhar do governante dirige-se inexoravelmente para o detalhe, tecendo em seu percurso múltiplas “considerações”, que têm como alvo a população. Pensar os Governos Bento e Lupion é também – e principalmente – pensá-los a partir desta lógica: suas práticas administrativas dirigem-se para esse alvo, construindo-o no detalhe. Povoar o Paraná, mais que um mero ato de executivo, constitui a verdadeira arte de governar.³⁸

³⁸ VIEIRA, *op. cit.* p. 55

Com o aumento da ocupação territorial e populacional, começava um grande problema para o governo estadual. A sociedade paranaense começava a exercer uma significativa pressão sobre o governo, para que a administração fosse para todos os paranaenses e não somente para os habitantes da capital e das regiões dos Campos Gerais e do litoral. Não adiantava apenas povoar o Estado, como foi colocado pelo autor, a questão era como a sociedade estava integrada nas propostas governamentais e como o governo estadual organizava seus projetos a fim de atingir o maior número possível de habitantes.

Essa posição foi levantada no Relatório de *análise da economia paranaense* de 1948 a 1958. O referido relatório, entre inúmeros dados sobre o desenvolvimento econômico e social do Estado, destacou a seguinte questão:

Pela estrutura de uma economia, principalmente em razão do influxo migratório, o Paraná é um dos Estados em que o problema assistencial se apresenta mais intenso. O setor público tem duas alternativas a seguir: ou continua como até agora dando assistência apenas na capital, e com características superficiais, sem solucionar os problemas de ajustamento dos atendidos, ou se lança a uma assistência positiva...³⁹

A evidência posta no documento sinalizava a necessidade do governo estadual implantar projetos políticos que tivessem uma ação mais direta e com a maior amplitude possível na sociedade paranaense.

Não adiantava somente pôr em prática o discurso da ocupação territorial, já estava no momento do governo ter projetos políticos mais concretos no âmbito social, cultural, econômico e até esportivo, pois a sociedade estava solicitando ações mais dinâmicas para essas áreas.

³⁹ COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO

Mesmo com o crescimento populacional e de ocupação territorial, a organização esportiva do Estado mantinha sua estrutura, trazendo consigo a formação de novos clubes sociais e esportivos. Portanto, a mesma estrutura esportiva permaneceu até o final da década de 50.

Entre os inúmeros exemplos possíveis, verificou-se a ocupação territorial e populacional da região de Maringá. Cidade situada no norte do Estado, com uma população formada a princípio por colonizadores paulistas, italianos, alemães e principalmente japoneses, que ocuparam uma grande área do município, foi fundada em 1951. Já em 25 de junho de 1956 surge o Clube Hípico de Maringá⁴⁰ e em 1º de janeiro de 1958 é formado o Country Club de Maringá.⁴¹

Os clubes inicialmente constituídos estavam ligados à elite maringaense. Como em outras cidades, a formação dos clubes da elite vem mapear uma configuração estabelecida pelos donos do poder. Com a organização dos clubes, fica evidente a reprodução do sistema da sociedade, em que cada uma das classes sociais buscava seu espaço e perpetuava suas ações em seu interior.

A regulamentação imposta pelas leis governamentais na organização dos clubes não impediu o surgimento de inúmeras entidades em todas as regiões do Estado. Os clubes dos imigrantes ainda tinham, num primeiro momento, o objetivo de manter suas tradições e *habitus* trazidos de seus países de origem.

Essa posição pode-se exemplificar com o Clube Cultural Recreativo Teuto Brasileiro de Maringá, fundado em 22 de maio de 1960. O objetivo principal desse clube era promover o intercâmbio teuto-brasileiro e a divulgação dos costumes, da

ESTADO. *Relatório de análise da economia paranaense*. 1948-1958. PLADEP, Curitiba, 1961.

⁴⁰ Registro adquirido junto ao Estatuto do Clube Hípico de Maringá.

história, das tradições e da cultura alemã. Quase um século depois da formação do primeiro clube de origem alemã no Estado (Clube Concórdia de Curitiba), verificou-se ainda a perpetuação da organização social dos imigrantes, fator que posteriormente tornou-se importante na reestruturação da sociedade paranaense em todos os seus aspectos.

Outra cidade localizada no norte do Estado, Rolândia, foi formada principalmente por alemães. Entre outras entidades sociais, destaca-se a Sociedade Recreativa Rolandense, instituída em 30 de dezembro de 1950⁴². A finalidade básica do clube era proporcionar aos associados toda a sorte de divertimentos e auxílios. O mais interessante era que, para ser admitido como sócio, exigia-se “ter bom comportamento, gozar de perfeita saúde e ter mais de quinze e menos de cinquenta anos de idade, sem distinção de nacionalidade ou profissão, desde que honesta”⁴³. Mesmo na década de 50 o estatuto do clube buscava interferir nas ações dos indivíduos, definindo quem poderia ou não participar das atividades sociais ou esportivas. Esse processo de exclusão é muito comum nas entidades sociais, em que o poder da elite determinava as ações dos indivíduos.

No outro extremo do Estado, mais propriamente na região oeste, situa-se a cidade de Cascavel, uma das mais antigas da região. Cascavel foi fundada em 14 de novembro de 1951, pela Lei n. 790, e antes mesmo de sua emancipação foi criado o primeiro clube da elite do então distrito, o Tuiuti Esporte Clube, instituído em 25 de agosto de 1949⁴⁴. Portanto, antes da própria institucionalização da cidade, a sociedade já

⁴¹ Estatuto do Country Clube de Maringá.

⁴² Extrato do Estatuto da Sociedade Recreativa Rolandense, instituída em 30 de dezembro de 1950.

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Estatuto do Tuiuti Esporte Clube, entidade social e esportiva localizada em Cascavel.

se estruturava através das entidades sociais e esportivas. Além dos clubes demonstrados, outras entidades sociais e esportivas foram criadas e se fortaleceram em todas as regiões do Estado.

Também na década de 50 observou-se que começaram a ser criados clubes com a finalidade única de desenvolvimento da prática esportiva. A ligação entre os clubes e o esporte teve um impulso bastante forte no final da década de 30 até a de 50. Inúmeros clubes esportivos surgiram no interior do Estado, aumentando a rede de interconexão entre as instituições. O esporte começava a tomar uma nova dimensão no Estado, passando a ser praticado com mais intensidade pelos indivíduos no interior dos clubes, independentemente das condições financeiras dos praticantes.

A maioria das competições esportivas daquele momento ocorriam no interior dos clubes ou entre os associados. As competições esportivas, nas modalidades basquetebol, voleibol, atletismo, natação, tiro, beisebol e futebol, entre outras, eram realizadas independentemente das ações governamentais do Estado.

Pode-se constatar a assertiva na formação de alguns clubes esportivos e sociais a partir de alguns exemplos de clubes espalhados pelo Estado. É o caso do Guarany Atlético Clube⁴⁵, fundado em 2 de junho de 1953 em Ribeirão Claro, cidade localizada no norte pioneiro do Estado. A proposta do clube baseava-se fundamentalmente na prática e no desenvolvimento do esporte. Para tanto, as principais finalidades do Guarany Atlético Clube eram:

- a) Cultivar toda e qualquer modalidade de Desportos, dentro de suas possibilidades financeiras;

⁴⁵ Extrato do Estatuto do Guarany Esporte Clube, localizado em Ribeirão Claro.

- b) Participar de festas desportivas, torneios ou competições com sociedades congêneres;
- c) Filiar-se a qualquer liga Desportiva ou Federação, a critério de sua Diretoria;
- d) Manter uma sede social com espaço necessário para jogos de salão;
- e) Organizar festas recreativas ou culturais.⁴⁶

Caso semelhante ocorreu com o Clube Atlético Rozenau, de 24 de junho de 1950⁴⁷, em Curitiba, que tinha como objetivo central o desenvolvimento físico e a prática de todos os esportes entre os associados, mantendo relações esportivas com as demais associações congêneres do país e outras instituições estrangeiras. A própria instituição era quem organizava as competições, buscando um maior intercâmbio junto às outras instituições esportivas. Outra vez, a iniciativa da organização era independente das ações governamentais.

Em Londrina, além dos tradicionais clubes da elite, dos imigrantes, dos trabalhadores, houve a formação de um clube mais específico, o Clube de Xadrez, fundado em 3 de fevereiro de 1951⁴⁸. O Clube de Xadrez de Londrina era uma associação de número ilimitado de pessoas, com a finalidade de cultivar e difundir o jogo de xadrez e outros congêneres, com sede na cidade de Londrina. A instauração do clube veio logo após a fundação da cidade de Londrina e se caracteriza por ser uma das primeiras entidades esportivas mais específicas do Estado.

É possível perceber a identidade entre a modalidade esportiva praticada e a origem econômica e social dos associados. A influência do xadrez, nesse caso, pode ter ocorrido pela sua própria formação urbana, pois a cidade sofreu influência bastante significativa de outras cidades no interior do Estado de São Paulo com intercâmbios entre os agentes praticantes dessa modalidade.

⁴⁶ Proposta inicial do Guarany Esporte Clube, de Ribeirão Claro.

Nessa fase da pesquisa, observou-se que o espaço das práticas esportivas no interior da sociedade passou a ser cada vez mais significativo. Isso gerou uma nova tensão positiva entre os indivíduos, a sociedade e as ações do Estado.

A partir das diversas configurações existentes na sociedade e apresentadas pelos clubes sociais e esportivos, o poder governamental mobilizou-se e posteriormente passou a agir diretamente nas ações dos clubes e dos indivíduos.

Considerando que as relações entre as partes são processos da construção de uma sociedade, destaca-se, a partir de então, como e por que o governo estadual agiu na estrutura do esporte no Estado do Paraná. Discutiram-se aqui dois fatores de extrema relevância na compreensão do processo da estruturação do esporte. O primeiro, a legalização do esporte no país. O segundo, o aumento significativo das redes de interdependência no interior do Estado, seja no âmbito do acréscimo de clubes ou no da ocupação territorial, ou ainda no dos eventos esportivos.

O aumento da demanda dos praticantes e das entidades esportivas na década de 50 e a legalização do esporte no país geraram um conflito na estrutura do esporte no Paraná.

Portanto, a questão central trata-se de entender como o desenvolvimento do Paraná, que modificou-se consideravelmente nos anos 50, relacionou-se com a estruturação do esporte no Paraná.

A partir das evidências apresentadas e discutidas sobre a formação dos clubes e das modalidades esportivas, busca-se, no próximo item do trabalho, entender a

⁴⁷ Dados obtidos junto ao Clube Atlético Rozenau, fundado em 24 de junho de 1950.

⁴⁸ Estatuto do Clube de Xadrez de Londrina, fundado em 3 de fevereiro de 1951.

estruturação dos clubes sociais e esportivos e a forma utilizada inicialmente pelo governo na reestruturação do esporte e nas décadas subseqüentes.

CAPÍTULO II

O ESPORTE NO ESTADO DO PARANÁ E A PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL

A década de 50 foi particularmente muito importante para o desenvolvimento do esporte no Paraná, porque, entre outros motivos, o governo estadual começou a agir no desenvolvimento da estrutura esportiva. Serão discutidas neste capítulo as relações entre as ações do poder público na estruturação do esporte paranaense e a participação da sociedade nesse contexto.

A política adotada pelo governo estadual na década de 50, de expandir a ocupação territorial e acelerar o desenvolvimento econômico, político e social, no intuito de garantir uma melhora no padrão de vida dos indivíduos, atingiu também a estrutura esportiva.

O início da ação governamental nas estruturas esportivas foi marcado por três acontecimentos. Primeiro, a criação da Divisão de Educação Física e Esporte da Secretaria Estadual de Educação; segundo, a criação do Conselho Regional de Esportes; e terceiro, a utilização de verbas públicas para financiar a organização e construção dos

clubes sociais e esportivos. Paralelamente ao movimento estatal, a sociedade, por intermédio dos clubes sociais e das instituições esportivas, continuava influenciando sobre o principal eixo da estrutura esportiva do Estado, a Federação Desportiva Paranaense.

Nesse período, dois fatores amplamente discutidos no primeiro capítulo começaram a se imbricar, mudando o eixo da estrutura esportiva, inicialmente com a gradual operacionalização, pelas entidades representativas, do Decreto-Lei n. 3.199/41.

A relação de interdependência entre o governo federal por intermédio do referido Decreto-Lei e as entidades esportivas e também do governo estadual com a sociedade paranaense, foi se tornando cada vez mais complexa.

O percurso realizado pelo governo estadual toma duas direções na rede de interdependência entre governo e sociedade. De um lado, a sociedade vinha se organizando com a formação de clubes sociais e esportivos e de outras entidades. Essa organização estava sendo estruturada, a princípio, independentemente da participação do governo, mas foi encontrada durante a pesquisa uma questão inusitada, a maneira utilizada pelo governo para auxiliar na estruturação da sociedade.

Por outro lado, o governo lançava mão, pela primeira vez, de um projeto que visava auxiliar na formação esportiva dos indivíduos. Como a sociedade já vinha se organizando, desde o século passado através dos clubes, os governantes encontraram no financiamento dos clubes sociais e esportivos um meio de contribuir com a construção social. A finalidade inicial com essa ação era agregar os indivíduos nos clubes e dar continuidade à própria estrutura esportiva e social que já vinha sendo realizada.

O financiamento para a manutenção das instalações dos clubes ocorreu em todo o Estado. Verificou-se que inúmeras entidades espalhadas nas diversas regiões

do Estado receberam valores significativos para a época, o que demonstra a dinâmica utilizada pelo governo estadual para destacar-se na construção social.¹

Na região norte, a Associação Atlética Pindorama Siqueirense, de Siqueira Campos, recebeu 50 mil cruzeiros, o Aero Clube de Porecatú, 30 mil cruzeiros, e o Club recreativo de Bela Vista do Paraíso, 12 mil cruzeiros. Na região sudoeste, à Sociedade Operária Recreativa Beneficente de Guarapuava coube 12 mil cruzeiros. Na região centro-sul, em 4 de novembro de 1952, foi concedido auxílio de \$ 30 mil cruzeiros à Sociedade Beneficente Recreativa Palmeirense, de Palmeira, para remodelação da sede. A Secretaria da Educação e Cultura doou ao Clube Operário de Rio Azul 6 mil cruzeiros; ao Club Recreativo 15 de Julho, em Rebouças, 6 mil cruzeiros; ao Clube Recreativo e Literário Maletense, de Malet, 12 mil cruzeiros; ao Clube Operário de Malet, 12 mil cruzeiros; à União Esporte Clube de Irati, 12 mil cruzeiros; ao Clube Atlético Rebouças, em Rebouças, 12 mil cruzeiros; ao Clube Atlético Reboucense, de Rebouças, 50 mil cruzeiros; ao Congresso Recreativo da Lapa, para auxílio à conclusão dos melhoramentos na sede, 100 mil cruzeiros. Na região central do Estado, a Sociedade Operária Beneficente Cerroazulense, de Cerro Azul, recebeu 12 mil cruzeiros; ao Ponta Grossa Iate Clube, para conclusão da sede própria, coube 100 mil cruzeiros; ao Dante Alighieri de Ponta Grossa, 150 cruzeiros. Na capital, o orçamento estadual destinou 6 mil cruzeiros à Sociedade Beneficente de Uberaba, em 27 de janeiro de 1951; ao Trieste Futebol Clube, de Santa Felicidade, 12 mil cruzeiros; ao Esporte Clube Iguaçu, também de Santa Felicidade, 12 mil cruzeiros. Em 27 de

¹ Todos esses dados foram tirados de diversas edições do Diário Oficial do Estado do Paraná, os quais se acham relacionados nas referências bibliográficas.

janeiro de 1951 também é concedido um auxílio de 126 mil cruzeiros, ao clube Atlético Ferroviário, de Curitiba, para pagamento das despesas com a realização da Copa do Mundo. Em 24 de fevereiro de 1954 são concedidos 12 mil cruzeiros à Sociedade Operária Beneficente São José, em Curitiba. Em 25 de fevereiro de 1954 foram destinados 3 milhões e quinhentos mil cruzeiros ao Curitiba Foot Ball Club, para auxiliar na conclusão das obras da sede social e para melhoramentos no Estádio Belfort Duarte; e foram concedidos 20 mil cruzeiros à Associação Campo Novo Esporte Clube, de Curitiba.

Além dos clubes mencionados, inúmeros outros receberam ajuda financeira, como se pôde verificar durante a pesquisa. Aparentemente, receberam auxílio as agremiações esportivas de todas as classes sociais, de cidades pequenas do interior até os clubes mais organizados da capital. Os repasses de recursos financeiros do Estado aos clubes se efetivaram pela pressão exercida por eles sobre o governo.

Ao mesmo tempo que recebiam auxílio financeiro do governo, a estrutura esportiva organizada pelos clubes mantinha-se independentemente da interferência do Estado. Desde a formação das primeiras entidades esportivas até aquele momento, o governo não agiu, a princípio, diretamente no interior dos clubes, apenas auxiliou financeiramente e na regulamentação dos mesmos. Por outro lado, a amplitude dos favorecimentos através de verbas públicas faz refletir sobre a pressão exercida pela sociedade sobre o governo do Estado.

Ao financiar clubes e demais entidades esportivas, o governo respondia aos anseios da sociedade e dos indivíduos, ajudando assim na organização social. A iniciativa governamental começou a produzir uma mudança no eixo do

desenvolvimento da estrutura esportiva no Paraná, marcada pelo aumento da rede de interdependência entre o Estado e a sociedade. Embora a pressão viesse de baixo para cima, ele lança mão de verbas públicas, tentando suprir, em parte, as necessidades dos clubes.

A nova forma de administrar o Estado do Paraná, proposta pelo governo na década de 50, fez sugerir um projeto mais específico de desenvolvimento estatal, que incluía uma política para o esporte.

Justamente aí está a tensão entre as necessidades dos indivíduos que se organizavam nos clubes e os interesses do governo em oferecer à sociedade um modelo de administração mais presente.

O processo de formação educacional dos indivíduos tomou impulso na década de 50, no governo de Bento Munhoz da Rocha Netto. O Paraná iniciava uma administração mais direcionada aos interesses da coletividade, ocupando o território e deixando, mesmo que timidamente, de ser uma das colônias de São Paulo. A capital tornava-se mais representativa para os paranaenses e os imigrantes já tomavam conta de boa parte do Estado.

Com o impulso na ocupação territorial, um novo modelo administrativo estava sendo posto em prática. O governo injetava também seus projetos políticos na estrutura esportiva.

Uma das primeiras leis sobre a questão é de 9 de janeiro de 1951, Lei n. 549, que criava a Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento do Ensino, da Secretaria da Educação e Cultura, e à qual cabia, dentre outras funções:

Art. 1 Fica criada a divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura, para superintender, em todo o território paranaense, a educação física e prática dos desportos nos estabelecimentos de ensino.

Art. 2 A divisão de Educação Física terá como finalidade orientar, dirigir e fiscalizar a educação física nos estabelecimentos de ensino público do Estado, difundir e incentivar a prática dos desportos educativos, prestando-lhes assistência técnica.²

A partir da criação do referido departamento, começaram a ser desenvolvidos os Jogos Colegiais, que posteriormente vieram a ser chamados de Jogos Escolares do Paraná, e instituiu-se a prática de atividades esportivas nas escolas. A prática esportiva, que antes se restringia aos clubes, começava a ser inserida pelo governo nos estabelecimentos de ensino, constituindo-se um dado significativo na formação dos alunos e passando a ser prioridade do governo. Pode-se supor que essa era uma ação comandada e administrada pelos governantes estaduais.

Na legislação proposta, a educação física e o esporte andavam juntos, sempre na direção das práticas desenvolvidas pela sociedade e dos interesses do governo. O esporte na escola tornou-se um componente importante no desenvolvimento dos indivíduos, na padronização requerida para alcançar os objetivos predeterminados pelo governo estadual.

Além de regulamentar o esporte na escola, o governo também começou a legalizar as práticas esportivas no Estado. Foi criado, para tanto, o Conselho Regional de Esporte, - CRE³-, entidade que tinha como objetivo central fiscalizar, orientar e estimular as ligas e federações paranaenses. O Conselho veio na esteira da Decreto-Lei

² BRASIL. Lei n. 549 de 9 de janeiro de 1951. Cria a Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura.

³ Referência tirada do *Diário Oficial* do Estado do Paraná de 1950

n. 3.199/41, constituindo assim um órgão regulador das ações da Federação Desportiva Paranaense e de outras entidades que estruturavam o esporte no Estado.

Já o Conselho, como o próprio Decreto-Lei determinava, serviu para aumentar a complexidade das relações entre a sociedade e o Estado. Com o poder de fiscalizar e orientar os clubes, as ligas e as federações esportivas, a relação de forças começava a se modificar. O que antes era exclusivamente função dos representantes dos clubes deslocava-se gradualmente para uma participação cada vez mais ativa do governo estadual.

A disposição legal estabelecida no país para o esporte, embora tardiamente, trouxe nova disposição orçamentária no Paraná. Exemplifica-se essa posição através do auxílio de 1 milhão e 600 mil cruzeiros em 31 de outubro de 1952, ao Conselho Regional de Desportos, e, em 24 de dezembro 1953, ao Conselho Regional de Desportos, 1 milhão de cruzeiros para a organização, fiscalização e estruturação das práticas esportivas no Estado.

Logo após a implementação do Conselho Regional de Esporte, começou o desmembramento da Federação Desportiva Paranaense, pois os departamentos começaram a se transformar em outras entidades. A primeira delas foi a Federação Paranaense de Basquetebol, fundada em 8 de janeiro de 1951⁴, que tinha por finalidade desenvolver, orientar, fiscalizar e difundir o basquetebol no Estado do Paraná, representá-lo oficialmente na zona de sua jurisdição, conceder filiações às entidades desportivas da capital e às ligas municipais. Somente com o aval da Confederação

⁴ Dados retirados do estatuto da Federação Paranaense de Basquetebol.

Brasileira de Basquetebol foi possível o surgimento da entidade paranaense. O controle previsto pelo Decreto-Lei⁵ impunha mecanismos de centralização do poder.

Após a transformação do Departamento de Basquetebol em federação, outras modalidades esportivas como o voleibol, handebol e o atletismo também seguiram o mesmo caminho, em tempos e formas diferentes. Como no caso dos clubes esportivos, havia também recursos do orçamento direcionados para a manutenção e criação de federações e ligas esportivas. Entre as verbas destinadas a essas entidades, verificou-se que, em 11 de novembro de 1952, o governo repassou 100 mil cruzeiros à Liga Regional de Futebol de Ponta Grossa para a construção da sede própria.

Esse foi um momento muito importante da história paranaense, pois de um lado convergiam dois pólos estruturais: começava a administração mais centralizada do governo, colocando suas ações em prática, enquanto a sociedade continuava no mesmo sistema organizacional, procurando manter os princípios dos *habitus* e configurações. O jogo de forças existente entre os dois lados contribuiu para a construção da rede instaurada no interior da sociedade.

Os clubes e a administração governamental caminharam paralelamente para estabelecer situações de dependência entre si, visto que tanto o governo precisava das instituições sociais quanto os clubes, na época, necessitavam de auxílio financeiro.

⁵ Cabe destacar aqui que o Decreto-Lei n. 3.199/41 considerou a existência das seguintes confederações: Confederação Nacional de Desportos - CND; Confederação Brasileira de Basquetebol, Confederação Brasileira de Pugilismo, Confederação Brasileira de Vela e Motor, Confederação Brasileira de Esgrima, Confederação Brasileira de Xadrez. Todas as demais modalidades esportivas deveriam ser incluídas em uma destas confederações, inclusive o futebol, subordinado à CND. Além do mais, todas as federações e ligas deveriam ter o aval de uma das confederações.

A tensão positiva estabelecida entre os dois pólos, a organização social através dos clubes e o novo modelo administrativo do governo, proporcionou uma ação mais ativa do Estado, principalmente depois da criação do Conselho Regional de Esporte e do Departamento de Educação Física e Desportos da Secretaria de Educação. A formação dessas instituições, possivelmente auxiliou na organização das primeiras ações concretas de uma política pública para a estrutura esportiva no Estado.

A criação da Divisão de Educação Física e Esporte, do Conselho Regional de Desporto e da Federação Desportiva Paranaense proporcionou uma maior da complexidade nas relações de poder existentes na estrutura esportiva do Estado.

A partir das novas relações entre a sociedade e o governo, pode-se refletir sobre três aspectos da estruturação esportiva. Primeiro, os fatores existentes entre as práticas esportivas desenvolvidas nos clubes sociais e as propostas das ações governamentais. Segundo, a inserção direta do governo na formação dos indivíduos. Terceiro, a forma administrativa utilizada pelo governo a fim de implantar propostas para o esporte.

Inicialmente, a questão a ser discutida trata da relação entre as práticas esportivas e a ação política do governo, evidenciando dessa forma a existência de interdependência entre os clubes sociais e esportivos e o Estado.

As atividades mais praticadas nos clubes eram o tênis, a natação, o futebol, o beisebol, o punhobol, o boliche, a bocha, o bolão, os jogos de salão e outras, representando os *habitus* dos indivíduos que freqüentavam os clubes e as modalidades esportivas como o basquetebol, o voleibol, o handebol e o atletismo vinham inicialmente sendo praticadas nas escolas.

A relação entre as práticas esportivas executadas pelos indivíduos e a intenção governamental foi gradualmente se modificando.

No que tange à posição governamental, além da criação do Conselho Regional de Desportos e da inserção do esporte nas escolas, havia a necessidade de proporcionar uma ação mais concreta para a formação dos indivíduos.

A constante relação estabelecida na década de 50 entre o poder público e a ação dos clubes foi sendo sentida na própria Federação Desportiva Paranaense, que no ano de 1957 sofreu intervenção do governo estadual, com a posse do professor Hamilton Saporski Dal'lin⁶. O relato feito pelo próprio Prof. Hamilton Saporski Dal'lin demonstrou que as dificuldades de organização da Federação Desportiva Paranaense eram enormes, por motivos como a falta de recursos financeiros, o crescimento da ocupação do território paranaense em relação às décadas anteriores e a diminuição da participação dos clubes em eventos esportivos organizados pela FDP.

Outra retração dos eventos esportivos organizados pelos clubes e pela FDP foi descrito na *Revista Panorama*:

Depois, a falta de apoio dos clubes aos esportes, a ausência da prática de natação em nossa capital, enfim, as falhas inúmeras em todos os setores esportivos, deixaram os desportos em nossa terra completamente eclipsados por outras formas de diversão.

Os desportos, em 1957, salvo algumas exceções, estiveram, dentro do panorama estadual abaixo de quase todas as outras recreações e atividades.⁷

Um dos exemplos mais específicos foi a natação, até o começo da década de 50 fazia parte das competições oficiais da Federação com a participação dos

⁶ DAL'LIN Hamilton Saporski. *Hamilton Saporski Dal'lin*. Texto mimeografado sobre sua história de vida. Curitiba, 1992.

⁷ *Revista Panorama*, Curitiba, v. 8, n. 69, p. 46-49, 1958.

seguintes clubes: Coritiba Foot Ball Club, Graciosa Country Club, União Juventos, Club Curitibano, Círculo Militar do Paraná, Clube Atlético Paranaense, Clube Atlético Ferroviário e Clube Água Verde. Nos anos subseqüentes, apenas o Club Curitibano e o Círculo Militar continuavam a desenvolver essa modalidade esportiva.

Com o processo de afastamento dos principais clubes esportivos, principalmente da capital do Estado, nos eventos promovidos pelas federações em curso, coube ao governo incentivar a prática esportiva no Estado inteiro.

Por conseguinte, após o enfraquecimento dos clubes esportivos e a criação do Conselho, surgiram por intermédio do governo estadual, os Jogos Abertos do Paraná - JAP, os Jogos Escolares do Paraná, os Jogos Universitários, e os Jogos Militares e Classistas⁸. Algumas dessas competições são praticadas até os dias atuais. Os eventos esportivos organizados pelo governo buscavam uma convergência entre as modalidades praticadas pela sociedade e os interesses governamentais. Como exemplo, no caso dos clubes, observa-se o beisebol e o judô (de influência japonesa), o punhobol, o boliche e o bolão (de influência alemã), sempre presentes nesses eventos esportivos. No caso das modalidades escolares, destacamos o basquetebol, o voleibol, o handebol e o futebol de salão. Coincidência ou não, todas eram modalidades coletivas.

O governo do Estado não interferia diretamente nos clubes esportivos e muito menos nas modalidades praticadas no interior deles, mas interferiu de maneira mais direta na estrutura esportiva do Paraná e na diversificação da rede de interdependência entre o Estado e a sociedade com a organização dos eventos

⁸ De acordo com o próprio Decreto-Lei n. 3.199/41, os esportes deveriam ser organizados a partir da seguinte divisão: militar classista, comunitário e escolar. Portanto, a maneira de organização do esporte

esportivos. A participação mais direta do governo ocorreu após a criação dos Jogos Abertos do Paraná.

Exatamente no ano em que a crise atingira o ponto mais elevado nos clubes, em 1957, surgiu a primeira edição dos Jogos Abertos do Paraná, na cidade de Londrina. As cidades do norte do Paraná, região que estava começando a surgir e a desenvolver-se, foram as pioneiras na organização do evento. Das quinze primeiras edições dos Jogos Abertos, Londrina sediou quatro, Maringá, Arapongas e Cornélio Procopio, duas, e Apucarana, Bandeirantes, Jacarezinho, Ponta Grossa e Curitiba, uma. Das cidades sedes das primeiras edições dos jogos, apenas Curitiba e Ponta Grossa não eram da região norte.⁹

Pode-se perceber que a ocupação territorial do Estado significou para o governo novos desafios econômicos, políticos, sociais e culturais, inclusive maior ação na relação entre o Estado e a sociedade. O controle na estrutura esportiva não impossibilitou a sociedade de estar ativamente representada na organização dos eventos, aqui incluindo as modalidades esportivas que melhor representassem os indivíduos das cidades sedes.

Com o passar dos anos, cresceu o interesse das cidades em participar dos Jogos Abertos, o que fez aumentar o número de participantes dos sexos feminino e masculino chegando a ponto de haver em 1975 uma regionalização do evento.

no Estado do Paraná apenas reproduz um modelo apresentado pelo governo federal.

⁹ As fontes sobre os Jogos Abertos foram os relatórios finais das competições, obtidos junto à Secretaria Estadual de Esporte e Turismo. Esses relatórios continham o número de cidades participantes, o número de atletas e as modalidades esportivas, entre outras informações.

Como os Jogos Abertos do Paraná atendiam a uma pequena parcela da população, o Departamento Educação Física, da Secretaria Estadual de Educação, resolveu criar, a partir de 1961, os Jogos Colegiais¹⁰, disputas esportivas entre as escolas do Estado. O modelo utilizado nos Jogos Colegiais era o mesmo dos demais eventos. As modalidades, inicialmente praticadas, eram o basquetebol, o voleibol, o atletismo, a natação, o handebol e o futebol, atividades executadas nas aulas de Educação Física. Os Jogos Colegiais também se tornaram regionais e permaneceram até 1975, quando receberam a denominação de Jogos Escolares.

No final da década de 60, as práticas dos eventos esportivos organizados pelo governo estavam sendo incorporadas no interior da sociedade, criando os mais variados eventos como os Jogos Universitários, os Jogos Militares e os Jogos Infantis. Também em várias nas cidades do Estado inúmeros eventos vinham surgindo e utilizando o mesmo modelo do governo estadual e federal.

Naquele momento histórico, a estrutura esportiva, que inicialmente foi desenvolvida exclusivamente pelos clubes ou por entidades autônomas, era comandada basicamente pelo governo estadual. As práticas nos clubes continuavam, mas apenas para manter as configurações estabelecidas durante décadas, agora sem a força inicial que exerciam na estruturação esportiva.

O equilíbrio de poder existente nas relações entre os clubes esportivos e o governo na década de 50 alterou-se e o Estado passou a concentrar em sua mãos a estrutura esportiva.

¹⁰ Dados coletados junto à Secretaria Estadual de Esporte e Turismo.

O governo, com a criação dos Jogos Abertos, dos Jogos Escolares e dos demais eventos, e também com o poder que exercia sobre as ligas e federações, por intermédio da fiscalização, instrumentalização e financiamento destas entidades, cerceava certos limites do desenvolvimento esportivo.

Com esse domínio da organização do esporte, poucos foram os espaços ocupados por outros setores da sociedade, pois até mesmo as federações e ligas esportivas se retraíram sob a projeção que o governo estava impondo na estruturação da área.

Com esse controle, nas décadas de 50 e 60, a opção feita pela administração foi centrar para si a construção de espaços públicos, como ginásios, quadras e praças de esporte. Nesse período, os recursos financeiros, que antes eram destinados aos clubes esportivos, passaram a ser direcionados à própria Secretaria Estadual de Educação.

A criação de espaços públicos para o esporte foi regulamentada na Constituição do Estado do Paraná, de 1967, na qual se destacava o artigo 135, “O Estado incentivará a educação esportiva, auxiliando ou promovendo a construção de praças de esporte principalmente nas cidades onde funcionam estabelecimentos de ensino fundamental, colegial e superior.”¹¹

Reafirmando as ações anteriores, a aproximação do esporte com a escola aparece formalmente na legislação. Quanto mais o governo criava propostas esportivas, mais ligações apareciam entre o esporte, o Estado e a escola, formando uma abrangente e complexa rede de interdependência na sociedade paranaense.

A ação política do governo estadual na organização do esporte, até a década de 60, era proporcionar à população novas opções competitivas e educacionais. No decorrer das décadas, o governo utilizou uma sequência aparentemente lógica no controle da estrutura esportiva. A sequência era constituída pela regulamentação do esporte, pelo financiamento dos clubes sociais e esportivos, pelo financiamento aos conselhos e entidades esportivas, pela introdução e incentivo ao esporte na escola, pela organização de competições esportivas para os atletas e pela construção de espaços públicos.

A interferência do Estado na regulamentação e fiscalização das entidades esportivas, entre as décadas de 50 a 70, foi ainda maior devido ao regime militar estabelecido no país. A prática esportiva tornou-se um elemento importante para esse regime, que estimulava os indivíduos à prática esportiva. Nessa perspectiva, faltava apenas uma interferência para controlar definitivamente o esporte no Estado: os projetos para a popularização das atividades. Com essa lacuna aberta, o governo sentiu-se na obrigação de atender a outra parcela da sociedade, que não praticava o esporte como meio competitivo mas como diversão. Subjacente às propostas de competições, fazia parte da intenção do governo um processo de propagação das práticas esportivas¹²:

Quando todas as atenções estão voltadas para o desenvolvimento do esporte no seio estudantil e competitivo, a SECRETARIA DE ESTADO E CULTURA E DO ESPORTE e a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ, numa ação conjunta, elaboram este trabalho como um meio auxiliar a todos os professores de Educação Física, visando uma maior divulgação destas modalidades esportivas, procurando dar ênfase aos objetivos e prioridades estabelecidas pela política Estadual e Nacional da Educação Física e Desportos.¹³

¹¹ PARANÁ. Constituição do Estado 1967, art. 135.

¹² Proposta do governo estadual para o esporte no governo de Ney Braga.

¹³ Ibid, p. 4

A proposta governamental de divulgar as modalidades esportivas na sociedade não passava de estruturação das regras de atletismo, basquetebol, futebol de salão, ginástica olímpica, ginástica rítmica desportiva, handebol, judô, voleibol e xadrez. Embora aparentemente a proposta era dirigida à divulgação do esporte, não parecia haver uma ligação mais significativa com o desenvolvimento da sociedade.

A ação política dos governantes paranaenses, até o final da década de 60, propunha à população um modelo esportivo calcado na formalidade, nas regras e nas técnicas específicas. A proposta não garantia uma participação mais ativa da sociedade, como ocorria nos clubes das décadas anteriores.

Com os objetivos definidos, a proposta destinava-se a atingir três categorias esportivas: o esporte na escola, o esporte como lazer e o esporte mais competitivo. Dessa forma, os atos governamentais, além de controlar a estrutura esportiva, reproduziam em muito as propostas elaboradas pelo governo federal, sob o regime militar.

As propostas estabelecidas naquele momento histórico estavam calcadas na competição, no rendimento, na *performance* e na técnica. Pela centralização administrativa foi se estabelecendo a estruturação do esporte.

Já no decorrer da década de 70, as propostas para o esporte foram se tornando cada vez mais abrangentes e o Estado cada vez mais presente na vida cotidiana dos indivíduos, pois essa era a intenção do governo. No final da década de 70, a proposta governamental estava bem delineada, abrangendo teoricamente todos os segmentos da sociedade, seja no âmbito escolar, do tempo livre ou da alta competição.

Destaca-se agora o entendimento do governo, no final da década de 70, sobre a estrutura esportiva:

O Desporto na Escola

O Desporto, Parte Integrante na Educação

A importância da atividade física na educação dos jovens é reconhecida desde há muito. O desporto contribui para o desenvolvimento físico harmonioso da criança, prepara-a fisiologicamente para o esforço, auxilia o seu equilíbrio físico e psíquico, participa na formação da sua vontade, do seu caráter, e favorece a sua adaptabilidade social.

A educação moderna deve, além disso preparar a criança para os seus descansos, do jovem e do adulto. Para que o homem, durante toda a vida, pratique desporto, deve adquirir este hábito e gosto desde a infância.

O Desporto e os Tempos Livres

A qualidade de uma civilização depende em parte dos descansos que proporciona e da sua adaptação às necessidades sociais. As novas condições de vida e de trabalho e, sobretudo, a concentração urbana, a especialização profissional e a redução dos horários de trabalho, aumentando os tempos livres e diminuindo paralelamente a possibilidade de exercer responsabilidade e de se realizar por meio delas, dão caráter específico aos problemas de descanso que a sociedade moderna gera.

O desporto tem papel importante e original a desempenhar para favorecer, fora da vida profissional, o desenvolvimento da personalidade do indivíduo. As organizações da juventude e as associações culturais devem compreender que é indispensável conceder às atividades físicas cuidado particular. As organizações essencialmente desportivas devem, por sua vez, tomar consciência da necessidade de criar, nos seus adeptos, mais do que o simples gosto pelas atividades desportivas, o sentimento da profunda riqueza do desporto no aspecto humano. O prolongamento educativo do desporto e seu caráter cultural e social impõem, aos dirigentes dos clubes e aos educadores que os secundam, velar pelo respeito absoluto do espírito que dá às atividades desportivas sua nobreza e seu valor moral.

O Desporto de Alta Competição

O Desporto e a Promoção do Campeão

O ideal de superação que anima o desporto conduz inelutavelmente à alta competição. Esta é um espetáculo notável, elemento de solidariedade dos grupos desportivos, uma ocasião de diálogo entre os jovens do mundo inteiro; serve a sociedade, é inteiramente essencial ao desenvolvimento do desporto de massa e aos progressos das técnicas desportivas e certas ciências do Homem. Ela contribuiu ainda mais para a realização humana do campeão, oferecendo-lhe possibilidade de afirmar as suas qualidades naturais e de se realizar na luta e no esforço. Ela é fator de sua promoção profissional.¹⁴

O fato dessa visão ter sido construída no período de regime militar é um dado extremamente significativo. O projeto destacava a importância da prática esportiva no tempo livre e a valorização dos clubes, entre outros pontos.

No entanto, da teoria à elaboração e execução dos projetos existe uma grande diferença, que será detalhadamente apresentada a partir dos relatórios do governo dos anos de 1980 e 1981. A apresentação dos relatórios visa demonstrar as perspectivas possíveis na relação entre o Estado e a sociedade, bem como o domínio estatal na estrutura esportiva. O relatório, entre outros, apresenta os seguintes pontos:

Relatório Anual 1980

Entre as diretrizes estabelecidas para o ano de 1980 a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte através da Coordenadoria do Esporte se propôs cuidar dos Esporte em nível escolar, além de tentar massificá-los em nível comunitário.

Na parte escolar, um calendário realista e inteligente foi concretizado e o Paraná obteve excelentes resultados nos jogos nacionais da categoria.

O esporte comunitário obteve apoio técnico e financeiro.

A divisão de Esportes, no ano de 1980, elaborou os Regulamentos das diversas competições realizadas e especificadas no quadro demonstrativo, anexo.

Promoveu o treinamento das Seleções do Paraná, que participaram dos Campeonatos Escolares Brasileiros, nas diversas modalidades,

Cadastrou 1.502 (hum mil e quinhentos e dois) atletas dos diversos municípios do Paraná, visando os Jogos Abertos do Paraná.

Dirigiu técnica e administrativamente, todas as competições esportivas específicas.

Registrou para a participação dos Jogos e Campeonatos Estudantis, 3.543 (três mil, quinhentos e quarenta e três) atletas paranaenses.

Ofereceu apoio técnico e administrativo às Olimpíadas Brasileiras das APAEs, que contou com a participação de 16 (dezesesseis) Estados do Brasil e da Delegação extra do Uruguai.

Prestou serviço de apoio às competições recreativas promovidas pela Divisão de Recreação.¹⁵

Já o relatório de 1981 é um pouco mais detalhado e demonstra ainda mais as diferenças entre o entendimento do esporte pelo governo e as propostas por ele elaboradas:

Atendimento às Prefeituras e Entidades do Interior do Estado.
Distribuição de materiais esportivos e de apoio às Prefeituras.
Prestação de serviços às Federações e outros Órgãos.

¹⁴ PARANÁ Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, Coordenadoria do esporte, ano 1981.

¹⁵ PARANÁ, Governador Ney Aminthas de Barros Braga (1979-1982). Relatório atividades esportivas de 1980 da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

Ações da divisão de Esporte

Campeonatos Estudantis do Paraná
 Jogos Estudantis do Paraná
 Campeonato Estudantil de Atletismo
 Campeonato Estudantil de Ginástica
 Campeonato Estudantil de Ginástica Rítmica Desportiva
 Campeonatos Estudantis de Natação
 Campeonatos Estudantis de Judô
 Campeonatos Estudantis de Ciclismo
 Campeonatos Estudantis de Xadrez
 Campeonatos Estudantis de Atletismo
 Jogos Escolares Brasileiros
 Competição Intra-Polos – Atletismo e Ginástica Olímpica
 Jogos Abertos do vale do Ivaí
 Olimpíada Global do Trabalhador
 VII Jogos Nacionais em Cadeiras de Rodas e I Jogos Nacionais de Deficientes Visuais

Divisão de Recreação Guaratuba, Caiobá e Matinhos

II Festival Global de Praias “Viva mais o Verão”
 Colônia de Férias - Curitiba
 Domingo Alegre atividades desenvolvidas em algumas cidades do Interior do Paraná e Capital
 II Campeonato de Truco do Estado
 II Passeio Ciclístico Cidade de Curitiba
 Participação nos JEB's
 Viva mais Correndo executado em diversas regiões de Curitiba.

Divisão de Capacitação Pessoal Técnico

Alguns Cursos de atualização em modalidades esportivas e de lazer, realizados em Curitiba e algumas cidades do interior.

Divisão de Esportes Comunitários

O serviço de Esportes Comunitários foi criado para acompanhar e prestar assessoramento ao desporto comunitário.

As Federações Desportivas receberam assessoramento direto sempre que se dirigiram ao serviço e sempre com intuito bem mais de prestar esclarecimentos, do que policiar as suas atividades.

Destacou-se a orientação no sentido bem aplicar os recursos recebidos através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

Foram fornecidas pastas com Normas de Prestação de Contas, Tabelas de Recolhimento de Imposto de Renda e também licitações esportivas e campeonatos.

Posteriormente, foi executado o acompanhamento dos calendários objetivando em futuro próximo nortear a SECE inclusive na mais justa distribuição de verbas.

Federações que receberam algum tipo de auxílio da Secretária Estadual de Cultura e Esporte, Coordenadoria de Esporte

Federação de Desportos Aquáticos do Paraná; Federação Paranaense de Basebol; Federação Paranaense de Xadrez; Federação Paranaense de Desportos Universitários; Federação Paranaense de Voleibol; Federação Paranaense de Remo; Federação Paranaense de Basquetebol; Federação Paranaense de Esgrima; Federação Paranaense de Ciclismo; Federação Paranaense de Futebol de Salão; Federação Desportiva Paranaense.¹⁶

¹⁶ PARANÁ, Governador Ney Aminthas de Barros Braga (1979-1982). Relatório de atividades

A partir da apresentação dos relatórios, alguns pontos merecem destaque na aproximação entre o entendimento do esporte pelo governo e as ações práticas. O destaque inicial ao esporte escolar, do tempo livre e até mesmo ao da alta competição marca a importância dada ao social na teoria, pois as propostas que inseriam as práticas esportivas nos projetos de desenvolvimento da sociedade seguiram outros caminhos na prática. Observam-se as interferências no desenvolvimento dos campeonatos estaduais, nas Olimpíadas Globais do Trabalhador e nos Jogos Abertos do Paraná, com assessoramento às federações e ligas esportivas e também no auxílio financeiro às federações. Pelas ações tomadas, percebe-se um grau bastante elevado de interferência estatal na estrutura esportiva no final da década de 70. Embora existisse a permanente correlação de forças entre as necessidades dos indivíduos e os interesses governamentais, não se pode deixar de salientar o aumento de propostas para o esporte nas décadas de 70 e 80. A abrangência e a complexidade das propostas e a intervenção governamental são dados extremamente significativos dessas décadas.

Por mais que houvesse uma nova proposição, fundamentada em argumentações teóricas bastante convincentes, a reprodução do modelo administrativo de eventos esportivos, no financiamento e no destino de recursos às federações e ligas esportivas, instaurado no Estado no final da década de 50, continuava bastante presente nas ações práticas do governo na década de 80.

No início da abertura democrática no país, instaurada na década de 80, uma das propostas mais defendidas era o aumento da participação da sociedade nas ações tomadas pelo governo.

No governo José Richa (1982-1986), primeiro governador eleito por voto direto da população após a abertura democrática, a estrutura esportiva era sustentada por três premissas básicas: a democratização do poder, a participação comunitária e a melhoria das condições de vida. Para efetivar algumas das propostas elaboradas pelo seu governo, foram criados os Conselhos Municipais de Esporte. Cada Conselho tinha os seguintes objetivos:

Art. 3 Compete ao Conselho Municipal de Esportes:

- I - Amparar e difundir a prática esportiva no Município, colaborando com as associações, ligas, federações e outras entidades de promoção desportiva.
- II – Organizar em colaboração com as associações, ligas e outras entidades, o calendário desportivo anual para o Município.
- III – Superintender as atividades esportivas no Município, estimulando e apoiando o desporto escolar com base do desenvolvimento desportivo-sócio-cultural, bem como o desporto classista e comunitário, excluindo-se o desporto profissional.
- IV – Opinar sobre aplicação de subvenções ou recursos que possam ser concedidos pelo Município, Estado ou União, destinados à difusão do esporte e lazer.¹⁷

O Estado estava repassando para os municípios o poder do gerenciamento esportivo, conseqüentemente aumentava de forma gradual a rede de interdependência entre sociedade e Estado. Portanto, mais uma vez acabou recaindo para o poder estatal a função de amparar, difundir e organizar a prática esportiva, ficando novamente ao encargo das federações e ligas apenas a colaboração na promoção esportiva.

¹⁷ Proposta de criação do Conselho Municipal de Esporte do governo José Richa 1982-1986.

Com o desenvolvimento das práticas esportivas no interior da sociedade, as propostas para o esporte começaram a se tornar ainda mais presentes no final da década de 80. Juntamente com o aumento das ações para o esporte, surgiu um suposto novo modelo de estruturação esportiva, que será abordado na sequência deste trabalho.

AS NOVAS REGULAMETAÇÕES PARA O ESPORTE NO BRASIL

Antes de se discutir com mais detalhes os processos internos da estrutura esportiva no Estado do Paraná no final da década de 80, será analisada a organização federal na área, destacando-se as questões legais e conceituais do esporte.

Verifica-se que décadas se passaram sem que houvesse mudanças significativas nas normatizações e legalizações do esporte. As primeiras transformações no decorrer do processo de estruturação não alteraram muito o esporte nacional, muito menos houve mudança na organização esportiva do Estado do Paraná.

Uma das primeiras mudanças legais ocorreu na década de 70, na promulgação da Lei Federal n. 6.251/75 e do Decreto-Lei n. 80.228/77, que instituíram a Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto. Essa regulamentação foi elaborada durante o regime militar, período de forte presença do poder governamental no controle dos indivíduos e da sociedade. A estrutura esportiva, mais uma vez, foi articulada de forma autoritária, tendo como base a

centralização das ações nas práticas esportivas. Destacam-se a seguir as duas normatizações legais:

Lei n.º 6.251 de 8 de outubro de 1975

Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.

O presidente da República

Art. 1.º A organização desportiva do País obedecerá ao disposto nesta Lei, à regulamentação subsequente e às Resoluções que o Conselho Nacional de Desportos expedir no exercício de sua competência.

Art. 2.º Para os efeitos desta Lei, considera-se desporto a atividade predominantemente física, com finalidade competitiva, exercitada segundo as regras preestabelecidas.

Art. 3.º A União, os Estados, o Distrito, os Territórios e Municípios conjugarão recursos, técnicos e financeiros, para promover e incentivar a prática dos desportos em suas diversas modalidades.

Art. 4.º Observadas as disposições legais, a organização para a prática dos desportos será livre à iniciativa privada, que merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos.

Da Política Nacional de Educação Física e Desportos

Art. 5.º O Poder Executivo definirá a Política Nacional de Educação Física e Desportos, com os seguintes objetivos básicos:

- I – Aprimoramento da aptidão física da população;
- II – Elevação do nível dos desportos em todas as áreas;
- III – Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;
- IV – Elevação do nível técnico - desportivo das representações nacionais;
- V – Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer.¹⁸

Dos pontos fundamentais da lei, pode-se extrair dois para uma discussão.

Primeiro, considera-se a atividade esportiva predominantemente fundamentada na aptidão física, com finalidade competitiva e com regras preestabelecidas. Segundo, a contradição entre os artigos 3.º e 4.º, pois de um lado no artigo 3.º o poder público, através da União, Estado e Município distribuiria recursos financeiros e daria auxílio técnico para a prática esportiva, e por outro, no artigo 4.º destaca-se que o esporte seria livre para a iniciativa privada, desde que amparado técnica, financeira e legalmente pelo poder público. Portanto, a liberdade deve ser compreendida com certa relatividade, porque na verdade o poder público era o grande controlador das estruturas esportivas.

¹⁸ BRASIL. Lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975.

Tomando os exemplos dados sobre relação dos clubes e das federações paranaenses com o governo estadual, percebe-se que a lei federal apenas reforçava as propostas de intervenção governamental nas estruturas esportivas.

Já o Decreto-Lei n. 80.228 de 25 de agosto de 1977, apenas regulamentou a lei anterior, com destaque para a regulamentação das Confederações Brasileiras:

Decreto Lei n.º 80.228 de 25 de agosto de 1977
Regulamenta a Lei n.º 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre o desporto, e dá outra providências.
Art. 36 – São reconhecidas como constituídas, para todos os efeitos, as seguintes confederações:
I – Confederação Brasileira de Desportos – (CBD)
II – Confederação Brasileira de Basquetebol – (CBB)
III – Confederação Brasileira de Pugilismo – (CBP)
IV – Confederação Brasileira de Vela e Motor – (CBVM)
V – Confederação Brasileira de Esgrima – (CBE)
VI – Confederação Brasileira de Caça e Tiro – (CBCT)
VII – Confederação Brasileira de Xadrez – (CBX)
VIII – Confederação Brasileira de Hipismo – (CBH)
IX – Confederação Brasileira de Tiro ao Alvo – (CBTA)
X – Confederação Brasileira de Motociclismo – (CBM)
XI – Confederação Brasileira de Voleibol – (CBV)
XII – Confederação Brasileira de Tênis – (CBT)
XIII – Confederação Brasileira de Automobilismo - (CBA)
XIV – Confederação Brasileira de Judô – (CBJ)
XV – Confederação Brasileira de Golfe – (CBG)
XVI – Confederação Brasileira de Desportos Universitários - (CBDU)¹⁹

Determinando a existência das confederações, novamente o poder público projetou-se sobre o controle da estrutura esportiva.

Paralelamente ao controle social exercido pelo Estado brasileiro por intermédio do esporte até o início da década de 80, observou-se no interior da sociedade brasileira uma nova relação entre o Estado e os indivíduos. A relação de

¹⁹ BRASIL. Decreto-Lei n. 80.228, de 25 de agosto de 1977.

interdependência começava a ter outras configurações, principalmente pela pressão da sociedade para que se estabelecesse no país um regime democrático.

A abertura política que começava a se instalar no Brasil no começo da década de 80 fez surgirem gradualmente novas relações no interior da sociedade. Uma das exigências era a maior autonomia dos indivíduos frente ao controle do Estado.

A mudança na relação entre a sociedade, os indivíduos e o Estado é consequência, segundo Elias, do desenvolvimento do processo civilizador, porque, segundo a sua tese, quanto mais avançadas forem as relações internas no Estado, maior será a autonomia dos indivíduos.²⁰

A mobilidade social produzida pelas ações dos indivíduos e do Estado será apresentada aqui através das práticas esportivas. A atividade esportiva concebida e executada sob novos conceitos pode redimensionar a formação do indivíduo, desde que o Estado não utilize o esporte apenas para construir uma identidade própria, relegando as configurações dos indivíduos a segundo plano.

²⁰ Norbert Elias, ao referir-se a essa questão, posiciona-se no sentido de explicar a participação dos indivíduos no contexto da formação do Estado. O equilíbrio de poder nesses casos está em constante mutação, ou seja, a identidade-nós continua presente na esfera da sociedade, mas a identidade - eu, construída através do autocontrole, encontra-se com mais consistência no interior da sociedade. Vejamos a arguição do autor: “Essa maior freqüência de relações não permanentes ou, pelo menos, potencialmente mutáveis entre os indivíduos é, poder-se-ia dizer, uma das características estruturais das modernas sociedades nacionais, consideradas em termos mais genéricos, nas quais o avanço da individualização ligado a sua ascensão desempenhou papel influente. Comumente combinada com uma redução do diferencial de poder (que não deve ser confundida com uma igualdade de poder), a maior variabilidade das relações obriga os indivíduos a efetuarem uma espécie de inventário reiterado, um teste dos relacionamentos, que é, ao mesmo tempo, um teste deles mesmos.” (...) “A maior impermanência das relações nós, que nos estágios anteriores tinha muitas vezes o caráter vitalício e inevitável de coerção externa, coloca ainda mais ênfase no eu, na própria pessoa, como o único fator permanente, a única pessoa com quem tem que viver a vida inteira.” (...) “Essa estrutura de relações requer do indivíduo maior circunspecção, formas de autocontrole mais conscientes e menos espontaneidade dos atos e do discurso no estabelecimento e na administração das relações.” ELIAS, Norbert. *Sociedade dos Indivíduos* Rio de Janeiro: Zahar, 1994 p. 167

O passo inicial na direção da maior autonomia dos indivíduos frente às ações do Estado ocorreu com a Constituição Federal de 1988, que alterou profundamente o entendimento sobre o esporte e a relação entre a estrutura esportiva e o desenvolvimento da sociedade e do indivíduo.

A normatização do esporte, na Constituição de 1988, foi assim definida:

Art. 217 É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais, como direito de cada um, observamos:

- I. a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II. a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;
- III. o tratamento diferenciado para o desporto profissional e não-profissional;
- IV. a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.
 1. o poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.
 2. a justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.
 3. o Poder Público incentivará o Lazer como forma de promoção social.²¹

Obviamente, mesmo com a promulgação da lei, a estrutura esportiva não mudou do dia para a noite, mas a partir dela foram abertos alguns espaços mais democráticos que possibilitaram maior autonomia na administração esportiva e na participação dos indivíduos. O processo de descentralização estava aberto, tornando viável uma nova estrutura esportiva, entretanto a melhora efetiva para os indivíduos viria com o passar do tempo e da relação entre o Estado e a sociedade.

O segundo passo na transformação do esporte no país foi consolidado na regulamentação da Constituição Federal de 1988, pelo Decreto n. 981/93²² (conhecido como Lei Zico) posteriormente transformou na Lei-Federal n. 8.672/93. Entre outros

²¹BRASIL. Constituição Federal art. 217. 1988.

²² BRASIL, Lei n. 8.672, de 6 de julho de 1993.

pontos, pode-se destacar: “Reconceitualização do esporte e sua natureza; a necessidade de redefinição de papéis dos diversos segmentos da sociedade e do Estado em relação ao esporte; mudanças jurídico-desportiva-institucionais; carência de recursos humanos, físicos e financeiros, comprometidos com o desenvolvimento das atividades desportivas; insuficiência de conhecimentos científicos aplicados ao esporte.”²³

Os itens de discussão, propostos na nova regulamentação do esporte no país, estão distribuídos nos seguintes capítulos da lei:

Capítulo I: Das Disposições Iniciais O desporto brasileiro abrange práticas formais e não formais e obedece as normas gerais desta Lei, inspirado nos fundamentos constitucionais do estado democrático de direito. A prática desportiva formal é regulada por normas e regras nacionais e pelas regras internacionais aceitas em cada modalidade. A prática desportiva não formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes.
 Capítulo II Dos Princípio Fundamentais – o desporto como direito dos indivíduos.
 Capítulo III Da Conceitualização e Das Finalidades do Desporto.
 Capítulo IV A estruturação do sistema brasileiro de desporto, da Composição a os Objetivos. A Definição dos Conselhos Superiores de desportos.
 Capítulo V Certificados de Mérito Desportivo.
 Capítulo VI Regulamentação da Prática Desportiva Profissional.
 Capítulo VII Da Ordem Desportiva.
 Capítulo VIII Da Justiça Desportiva.
 Capítulo IX Dos Recursos para o Desporto.
 Capítulo X Das Disposições Gerais
 Capítulo XI Das disposições Transitórias.²⁴

A partir dessa nova lei, observam-se algumas mudanças para o desenvolvimento e disseminação do esporte na sociedade brasileira.

A primeira foi conceitual, pois o esporte passou a ser entendido como uma prática corporal para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, e não mais a busca de rendimento e resultado, fundamentada na parte técnica. A segunda, a

²³ BRASIL, Lei n. 8.672, de 6 de julho de 1993.

²⁴ Disposição dos capítulos da Lei n. 8.672/93.

valorização da formação do indivíduo e não do caráter nacional, como se percebia anteriormente. A terceira, a inclusão de maneira mais incisiva do termo lazer, como meio de integrar o indivíduo na sociedade. Por fim, a descentralização do poder, cabendo a partir de então aos representantes da sociedade definir e organizar, de modo mais independente, o desenvolvimento do esporte.

A efetivação das mudanças vai depender das ações tomadas pelos governantes nos níveis federal, estadual e municipal, como também pela iniciativa privada, que inclui as confederações, federações e ligas esportivas. As transformações só podem ser analisadas com detalhes no decorrer de anos ou décadas, principalmente se houver uma incorporação da lei pela sociedade.

Na mesma direção, Melo Filho²⁵, ao analisar a Lei Zico, considerou que a regulamentação criou condições para uma nova era na estrutura esportiva, seja fortalecendo a iniciativa privada, seja reduzindo a interferência do Estado nas atividades desportivas com a manutenção dos controles e formalidades imprescindíveis, seja afastando qualquer atuação cartorial e policial que possa inibir a criatividade e a autonomia dos diversos segmentos desportivos.

Conforme esse autor, essa lei preconizou mudanças mais significativas nas estruturas normativas do esporte²⁶, mas as propostas podem ainda ser assim questionáveis: chegaram efetivamente à sociedade ou ficaram apenas no papel?

²⁵ MELO FILHO, Álvaro. *Nova lei de desporto comentada*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

²⁶ A Lei n. 8.672 (Lei Zico) conceitua o esporte da seguinte maneira:

Capítulo III: Da conceitualização e das Finalidades do Desporto.

Art. 3 O desporto como atividade predominantemente física e intelectual pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I – desporto educacional, através dos sistemas de ensino e formas assistemáticas de educação evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o

Não se pretende analisar o desenrolar da política brasileira, mas apenas os aspectos nos quais as ações governamentais estão entrelaçadas à estrutura esportiva e à sociedade paranaense. Quando a ação política não é determinada unicamente pelos burocratas, pressupõe-se que foram discutidas as formas de entendimento sobre a função do Estado, os conceitos da área em questão e a viabilidade prática da própria lei, entre outros pontos.

Como já se apresentou a formalidade da lei, buscou-se o entendimento do esporte balizador da proposta. O próprio regime democrático instaurado no país, em meados da década de 80, abriu caminho para discussões mais profundas sobre o entendimento do esporte e suas relações com a sociedade. Entre os inúmeros conceitos de esporte debatidos em âmbito nacional, prevaleceu na época a definição de Tubino²⁷ que além de ser presidente do Conselho Nacional de Desporto (CND), foi um dos autores que mais escreveram sobre o assunto. Para ele, o entendimento de esporte passa por:

(a) manifestação esporte-performance, objetivando rendimento, numa estrutura formal e institucionalizada;

desenvolvimento integral e a formação para cidadania e o lazer;

II – desporto participação, de modo voluntarioso, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir a integração dos praticantes da vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente.

III – desporto rendimento, praticado segundo pessoas e comunidades do País e estas com outras nações;

Parágrafo único: O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado por remunerações pactuadas por contratos de trabalho ou demais formas contratuais pertinentes;

II – modo não profissional, compreendendo o desporto

a) semi profissional, expresso pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho;

b) amador, identificado pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais.

²⁷ TUBINO, Manuel José Gomes. Uma visão paradigmática das perspectivas do Esporte para o início do século XXI. In: MOREIRA, Wagner Wey. *Educação Física & Esporte: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1992.

- (b) manifestação esporte-participação, visando o bem - estar para todas as pessoas, praticada voluntariamente e com conexões com movimentos de educação permanente e com saúde;
- (c) manifestação esporte-educação, com objetivos claros de formação, norteadora por princípios sócio-educativos, preparando seus praticantes para a cidadania e para o lazer.²⁸

Essa compreensão de esporte foi bastante utilizada na academia universitária e em ações políticas para o esporte no país inteiro. Analisando-se a proposta da Lei Zico, verifica-se que o conceito é o mesmo defendido por Tubino. Se não bastasse a inclusão defendida por Tubino na proposta do governo federal, encontra-se a mesma definição na política para o esporte instaurada no Estado do Paraná, a partir de 1987, a qual será proposta apresentada e discutida no próximo item. Eis a semelhança entre o conceito defendido pelo autor, a proposta do governo federal e, agora, a base teórica inserida no governo estadual.

- a) ESPORTE RENDIMENTO – O Esporte rendimento é enfocado como produto da ação integrada do Estado com a iniciativa privada. Assim o empreendimento será encarado com coragem e ambição e considerando um investimento real, na medida em que, através da comunicação, dos processos de marketing envolvendo os diversos segmentos sociais em campanhas populares.
- b) ESPORTE ESCOLAR – O Esporte rendimento somente se tornará realidade, na sua plenitude, quando atenção especial for dada ao Esporte Escolar. De fato, o local que reúne o maior contingente populacional em condições de obter uma adequada formação, inclusive esportiva é a escola. Assim, além de possibilitar a criação de hábitos esportivos em termos recreativos e motores, como elementos facilitadores do processo de manutenção para a alfabetização, propiciará oportunidade para o surgimento de novos talentos esportivos como consequência natural de um trabalho consciente desenvolvido.
- c) ESPORTE POPULAR – A Política Estadual de Esporte, ao assumir que as atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras constituem um fenômeno social, político, cultural e econômico, institui o Programa Esporte Popular, com o objetivo de informar e conscientizar a população de que a sua prática é um direito inalienável de todos, além de servir de base para o crescimento e desenvolvimento esportivo e social.²⁹

²⁸ TUBINO, op cit, p. 133.

²⁹ PARANÁ. Proposta do Governo do Estado, Secretaria Especial de Esporte, Fundação de Esporte do

Sob o pretexto de buscar alternativas administrativas para o esporte, o governo estadual também se apropriou do conceito estipulado por Tubino. Apesar das palavras diferentes, a essência da argumentação era a mesma. A linha mestra do esporte no Paraná estava mudando, mas novamente sob o comando dos técnicos da área.

Basicamente, será analisado o aspecto conceitual, e legal em três pontos distintos: a definição conceitual, a questão dos *habitus*, e, por fim, a estrutura esportiva como um fator do desenvolvimento sócio-político.

O primeiro ponto é a posição defendida tanto pela conceitualização de Tubino quanto pelas propostas governamentais, o que provoca algumas reflexões. É o caso das concepções que considera o esporte uma atividade institucionalizada internacionalmente, com regras próprias e estruturada a partir da relação do consumo e da demanda no campo esportivo. Assim, o esporte deve ser compreendido como uma prática única, com um mesmo eixo, apesar de que apenas os objetivos na prática possam variar.

O segundo ponto a ser destacado da proposta apresentada é a questão dos *habitus* dos indivíduos a partir da estrutura esportiva montada pelo governo. Verifica-se o desejo de que, por meio através de uma prática esportiva constante na escola, fosse criado no interior da sociedade o costume de uma prática permanente. Nesse caso parece que a categoria *habitus* utilizada por Elias poderia ser melhor discutida e utilizada, pois o esporte escolar, como prega a proposta governamental, limita-o como fator competitivo e de rendimento ao propiciar competições precoces entre os alunos

das escolas do Estado, para as quais seleciona um número pequeno de participantes, abstraindo da prática esportiva a grande parcela da sociedade.

Mas se o olhar for desviado da ação governamental para o desenvolvimento autônomo da sociedade, percebe-se a recuperação dos *habitus* esportivos pelos clubes e pelos espaços públicos, continuando independentes da ação estatal.

A prática das atividades esportivas nos clubes parece perpetuar-se no tempo pelos *habitus* sociais. Assim, em contrapartida, a nova proposta governamental, mesmo que de maneira embrionária, possibilita um revés das práticas e da estrutura esportiva. Talvez no momento de aplicar essa proposta possa haver uma integração maior entre o Estado e a sociedade. A questão dos *habitus* esportivos no interior da sociedade paranaense é de extrema relevância, fazendo-se necessária uma discussão posterior, quando for analisada a proposta do governo estadual.

O terceiro ponto diz respeito ao item Esporte – Rendimento. As novas propostas defendidas pelos governos estadual e federal indicam pela primeira vez em toda a história do esporte brasileiro uma regulamentação da profissionalização do esporte. Para se fazer uma análise sobre essa questão, aproximou-se o ponto Esporte – Rendimento com a categoria do campo esportivo de Bourdieu.

Nessa perspectiva, a nova estrutura esportiva permitiu enxergar no Esporte – Rendimento outras possibilidades de relações entre o Estado e a sociedade.

Como o esporte tornou-se um produto mercantil, principalmente no Brasil a partir da década de 80, o governo propôs parceria com a iniciativa privada, pois via para o esporte um grande mercado. Embora o governo procurasse alternativas de

maior diálogo com setores da sociedade, o poder, na administração do campo esportivo, continuava centrado em suas mãos.

Essa possibilidade aberta pela da legislação estava realmente sendo colocada em prática. No próximo capítulo, enfoca-se a estrutura do esporte paranaense para verificar essas alternativas.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE

NAS DÉCADAS DE 80 E 90

Na esteira da legalização do esporte, apresenta-se nesta parte do trabalho o desenvolvimento das propostas para a estrutura do esporte no Estado e, paralelamente, é feita também uma análise das propostas e das ações governamentais .

Até o início da década de 80, as políticas públicas para o esporte, nos níveis estadual e federal, estavam centradas basicamente nas práticas das modalidades esportivas, com o fim único de competição e performance esportiva, em ações que vinham sendo desenvolvidas no decorrer das décadas.

Da regulamentação do esporte na década de 40 e da ocupação territorial do Paraná nos anos 50 até o início dos anos 80, os clubes esportivos encurtaram seus espaços de atuação. Com exceção de algumas federações, como a de futebol de salão e a de natação, eram poucos os clubes que conseguiam se manter no contexto da estrutura esportiva. Essa discussão será aprofundada no próximo capítulo.

Entretanto, as novas propostas políticas do governo, oriundas da abertura democrática, têm como base a maior participação da sociedade. Na pressão exercida pela sociedade, coube ao Estado servir os indivíduos de maneira eficiente e com maior qualidade.

Estabelecidos no final da década de 50, os Jogos Abertos e os Jogos Estudantis tornaram-se a base das ações políticas para o esporte até a década de 80. Existe uma contradição muito interessante nessa composição. No início, os jogos foram incorporando várias modalidades esportivas praticadas pelos imigrantes, como boliche, beisebol, bocha, judô, sinuca, entre outras. Todavia, tais modalidades não retornaram à sociedade como práticas permanentes. Só eram exercidas por grupos sociais pequenos no interior dos clubes, pelo que se pode averiguar que a sociedade, de um modo mais abrangente, estava pouco envolvida nas práticas esportivas.

Os *habitus* da prática esportiva das mais diversas modalidades existentes nos clubes não estavam sendo incorporados pela sociedade paranaense, pois nas ações políticas não se incentivava a população às atividades esportivas.

Para compreender melhor a questão, foram destacadas as relações entre a teoria e a aplicabilidade da proposta governamental. Com respeito à abordagem teórica, verificou-se um discurso alternativo, com novas proposições políticas e administrativas. O documento elaborado pelo governo estadual em 1987, além de buscar um entendimento sobre o esporte, estava fundamentado nas seguintes características:

FILOSOFIA – O Dirigente, o Especialista não deve e não pode mais falar ou discutir filosofia, mais sim “fazer” filosofia, isto é, pensar, sentir e refletir a prática esportiva de forma profunda e conseqüente; agir de forma metodologicamente coerente; tomar as decisões sempre a partir da visão global do contexto em que surgem os problemas; e utilizar a crítica como principal instrumento de aperfeiçoamento, reciclagem e conhecimento.

CIENTÍFICA – o Dirigente, o Especialista assume postura que criará as condições indispensáveis para que venha a aprender a partir dos próprios erros e acertos, o que estabelecerá significativo caminho, pois todos poderão dignamente enfrentar os problemas decorrentes. Esta ação também será relevante, já que, ao ser conscientemente crítica, terá condições de substituir a ação inicial, em um processo de auto-correção, que impedirá um fracasso no trabalho proposto.

POLÍTICA - Finalmente, o Dirigente, o Especialista será comprometido profissionalmente com a sociedade. Os envolvidos no processo não poderão esquecer que a sua ação é eminentemente política, isto é que conscientemente assuma uma posição comprometida com as camadas sociais mais desprotegidas e carentes, em um processo de transformação social. Neste processo não haverá lugar para o dirigente, o profissional que se considere apolítico, descomprometido socialmente, indiferente, estranho à sociedade.³⁰

A maneira como foi definida a proposição administrativa projetou uma nova forma de pensar a estrutura esportiva. Até essa época o pressuposto administrativo estava centrado no aspecto técnico, entendendo a estruturação esportiva como uma reprodução da tendência técnico-burocrática instaurada nos governos anteriores.

A nova proposta política visava uma mudança no comportamento dos dirigentes esportivos, buscando conciliar o aspecto burocrático, o político, o científico e o filosófico. A argumentação constante do documento buscava enxergar o homem no seu contexto social político, cultural e econômico. Somente após visualizar o indivíduo integralmente as ações esportivas deveriam ser postas em prática.

Da intenção existente na referida proposta para a real intervenção na sociedade e mudança dos comportamentos dos indivíduos existe uma longa caminhada. Na direção das possíveis contradições, discute-se melhor a questão. Para iniciar, destacaram-se as diretrizes políticas predeterminadas pelo governo e fundamentadas no aspecto filosófico, científico e político:

Diretrizes Políticas

As diretrizes políticas visam estabelecer a orientação a ser seguida pelo Plano Estadual de Esporte. Ao considerar essencial uma real alteração nos padrões políticos vigentes, o Estado preconiza uma política esportiva que defina os canais que levarão a população a uma efetiva participação. Assim a Política constitui um processo que possibilitará desenvolver o Esporte em termos

³⁰ PARANÁ. Proposta da Política Estadual de Esporte, Secretaria Especial de Esporte, Fundação de Esporte do Paraná, elaborada por um grupo de técnicos da área de Educação Física no governo Álvaro Dias, 1987.

sociais e educacionais, transformando-o em instrumento de afirmação política da população.

Ao não mais considerar o Esporte como veículo de manutenção de privilégios e de paternalismo essencialmente autoritário, no qual a população não vai além de mero e passivo receptor, o Estado concentrará recursos e atenção nas ações que substituirão os programas de eventos. Ao atuar integrada com outras secretarias de Estado, garantirá a efetiva participação popular.³¹

Ficam evidentes, nas diretrizes adotadas pelo governo do Paraná, as críticas às políticas para o esporte desenvolvidas anteriormente, principalmente por se perceber que o esporte vinha mantendo privilégios e ações paternalistas do regime autoritário. Na relação entre Estado e sociedade, também houve uma crítica às posições anteriormente tomadas.

Ao fazer a crítica às ações anteriores, o governo estadual tomou para si as seguintes responsabilidades:

Responsabilidade do Estado

Partindo da postura afirmada, o Estado estabelece as seguintes diretrizes políticas:

- a) O esporte constitui um fenômeno social, econômico e político, estruturado em bases filosóficas e científicas interagindo constante e continuamente com as ações recreativas, expressivas e motoras;
- b) O Esporte terá significação para o desenvolvimento do ser humano se, em integração com as demais áreas de ação do Estado, gerar programas e projetos que garantam a transformação social;
- c) Os programas, planos e projetos, objeto de permanente avaliação crítica, estarão comprometidos prioritariamente com a formação dos segmentos mais carente da população;
- d) Os programas decorrentes da Política Estadual de Esportes constituem um direito de todo o cidadão, cabendo ao Estado e à iniciativa privada captar os recursos administrativos necessários, apoiando e promovendo todos os programas;
- e) O Estado incentivará a descentralização do processo de tomada de decisões, para que o cidadão possa decidir e assumir suas responsabilidades nas condições em que sua realidade concreta apresenta, democratizando a sua ação, propiciando oportunidade de acesso a toda população, com o objetivo de melhorar as condições de saúde e de promover a participação comunitária;
- f) O Esporte Rendimento será valorizado como resultante da ação integrada do Estado com a iniciativa privada além de direcioná-lo como veículo de comunicação no processo de implementação e implantação dos programas;

³¹ PARANÁ Proposta da Política Estadual de Esporte, Secretaria Especial de Esporte, Fundação de Esporte do Paraná, no governo Álvaro Dias, 1987.

- g) O Esporte Escolar será considerado como fundamental na estrutura básica do processo de desenvolvimento esportivo do Estado;
- h) O lazer constitui um comportamento essencial e permeará todos os programas formais e não formais;
- i) A educação física não escolar será progressivamente implantada para atender especificamente a população em idade escolar e que não se encontra frequentando a escola;
- j) O programa de desenvolvimento motor será progressivamente implantado, objetivando propiciar a base para o crescimento e desenvolvimento da criança;
- k) O Estado valorizará as Federações especializadas e a Federação Universitária, através de apoio e incentivo.³²

Entre os mais variados itens levantados pela posição governamental, alguns merecem ser analisados, como a real perspectiva de descentralização das ações e a valorização dos cidadãos nas tomadas de decisão. O esporte foi sendo compreendido como um meio de emancipação do ser humano, e não apenas como um fim em si mesmo. Outro ponto a ser considerado é a preocupação do governo em estabelecer uma vinculação entre o desenvolvimento do esporte de rendimento e a iniciativa privada. Portanto, já se verificava a intenção do governo em relacionar o esporte de rendimento ao mercado de consumo esportivo. Por fim, mais uma vez observou-se a valorização às federações e ligas esportivas. Quando se dá essa ênfase, pressupõe-se que as entidades estão relegadas a um segundo plano e necessitam de maior apoio. Nesse ponto, parece ocorrer o mesmo problema da década de 50, isto é, a intervenção do Estado nas entidades esportivas, mantendo assim um certo controle da estrutura esportiva. Por outro lado, a ação prática nem sempre correspondeu às diretrizes políticas e nem à intencionalidade inicial do governo.

A principal questão de contradição está nos projetos elaborados e na efetivação deles. Mais uma vez, de acordo com o entendimento de esporte, foram

³² PARANÁ Proposta da política Estadual de Esporte, governo Álvaro Dias, 1987.

separados os projetos em três categorias: esporte de rendimento, esporte escolar e esporte popular. Na maioria dos projetos, os eventos, o rendimento e a ciência em prol da técnica estavam presentes, como nas propostas anteriores. Seguem elencados os projetos defendidos na política esportiva:

PROJETOS DO ESPORTE RENDIMENTO

- a) Projeto Centro de Excelência
Centro de Treinamento Esportivo
Centro de Capacitação de Recursos Humanos
Centro de Pesquisa
Centro de Apoio Administrativo
- b) Projetos Centro Regionais
Centro de treinamento Esportivo
Centro de Capacitação de Recursos Humanos
Centro de Apoio Administrativo
- c) Projeto Jogos Abertos do Paraná
- d) Projeto Jogos Abertos Regionais
- e) Projeto de Integração com os municípios
- f) Projeto Segurar
Ações que possibilitem evitar a evasão do atleta do Paraná e providenciar o retorno dos que foram para outros Estados.
- g) Projeto Federação _ Redimensionar o Esporte Universitário e o das Federações Especializadas.
- h) Projeto Arbitragem³³

Os projetos referentes ao esporte de rendimento estavam direcionados aos eventos, à ênfase técnico-científica, que na essência não estão fora da proposta. Mas se a proposta for resgatada na íntegra, percebe-se que há uma intenção de estreitar a ligação entre o poder público e a iniciativa privada que não se concretiza no desenvolvimento e na aplicabilidade da política estadual de esporte.

Outra evidência do poder do Estado está no projeto de revigorar as federações esportivas e o esporte universitário. Como o Estado passou a controlar a maioria das ações na estruturas esportivas, fica muito difícil instituições com poder

³³ PARANÁ. Proposta da Política Estadual de Esporte, governo Álvaro Dias, 1987, p. 27.

relativo, como as federações e as ligas conseguirem uma maior independência financeira e, sobretudo, uma independência administrativa. O domínio já estava consolidado desde a década de 40, com a primeira lei que regulamenta o esporte no Brasil. No caso do esporte na universidade, a situação tornou-se ainda mais complexa, pois já não há eventos regulares e os existentes possuem atualmente índices técnicos questionáveis.

Com a preocupação com o rendimento e a ênfase técnico - científica nas esferas esportivas, o esporte escolar mergulha também nessa direção. Tanto é verdade, que os hábitos³⁴ esportivos, defendidos na proposta, estão calcados na busca de novos talentos esportivos.

Os projetos direcionados para o chamado esporte escolar são:

PROJETOS PARA ESPORTE ESCOLAR

- a) Projeto Jogos Escolares do Paraná
- b) Projeto Jogos da Juventude do Paraná
- c) Projeto o Paraná nos JEBs
- d) Projeto Escola: A Escola Centro da Comunidade
- e) Projeto Talento Escolar
- f) Projeto Arbitragem
- g) Projeto Integração: Esporte/Educação – Saúde – Cultura – Trabalho.
- h) Projeto Competição – Competição escolar em níveis internos, municipal e regional.³⁵

Entre os oito projetos expostos, verificou-se que nada menos que seis deles estão diretamente ligados ao esporte de rendimento, ou seja, os projetos Jogos Escolares, Jogos da Juventude, Jogos Escolares Brasileiros, Talento Escolar, Arbitragem e Competição. Torna-se evidente que as ações aqui tomadas têm a mesma

³⁴ A expressão hábitos esportivos aqui apresentada, é defendida na proposta da Política Estadual de Esporte. Não corresponde à categoria de *habitus* defendida por Elias.

³⁵ PARANÁ. Proposta da Política Estadual de Esporte governo Álvaro Dias 1987, p. 28.

intenção do chamado esporte de rendimento, cuja preocupação central está na performance esportiva, na busca de novos talentos. Portanto, a questão principal para o momento parece indiscutível. Qual a diferença desta estrutura para a da estrutura esportiva montada na década de 50?

Ao provocar o questionamento, mais uma vez rediscute-se a estrutura esportiva. Na própria análise feita pelos administradores dos projetos em execução³⁶, a ênfase é para as atividades de alto rendimento, pois o carro-chefe das atividades do esporte foram os Jogos Escolares, da Juventude e os JEBs. Assim, não se percebem diferenças nas conduções administrativas do esporte de rendimento e o escolar, o que contraria, então, a própria compreensão inicial estipulada nas políticas estaduais de Esporte.

Na outra extremidade da proposta, está o esporte popular que deveria buscar as atividades constituídas pelos *habitus* dos indivíduos e da sociedade, como o futebol, a capoeira, a sinuca, os jogos de salão, o beisebol (praticado por grupos de japoneses no norte do Estado), entre outras.

Mas os projetos desenvolvimentos na prática do esporte popular nem sempre auxiliam na construção dos *habitus* esportivos. Verifica-se, então, esses projetos propostos pelo governo estadual para o esporte popular:

PROJETOS PARA ESPORTE POPULAR

- a) Projeto Integração: Escola/Comunidade
- b) Projetos Grupos de Rua

³⁶ OLIVEIRA, Paulo Roberto de; OLIVEIRA, Angela Beatriz P. C. Da regionalização à descentralização: um processo *Revista da Fundação de Esporte e Turismo*. Curitiba, ano 2, v. 2, p. 5-14, 1990.

- c) Projeto Município – Estimular o Município a oferecerem programas de Esporte, aproveitamento das características próprias da comunidade, interesses regionais, disponibilidades locais
- d) Projeto Jogos Operários
- e) Projetos Jogos Comerciais, dos Advogados, dos Médicos...
- f) Projeto Jogos Rurais
- g) Projeto Futebol de Várzea
- h) Projeto Mutirão Esportivo
- i) Projeto Arbitragem.³⁷

Dos nove projetos inicialmente previstos, mais da metade estava vinculada à disputa de jogos, das mais variadas formas possíveis, sobrando apenas três projetos que visavam realmente aproximar a sociedade das atividades esportivas.

A partir dos projetos elaborados pelo governo estadual, importa saber resta saber agora como esses programas foram sendo colocados em prática, pois já se demonstrou que a maioria dos projetos sobre o esporte de rendimento e do esporte escolar estava centrado nos eventos esportivos.

Segundo a própria avaliação feita pela equipe governamental³⁸, os projetos inicialmente planejados foram transformados para atender a um número maior de indivíduos. Incluem-se entre eles: o Projeto Integração, o Projeto Férias no Município, o Projeto Viva mais o Verão, o Projeto Festival de Praias, o Projeto do Interior e outros eventos competitivos.

Entre as propostas apresentadas, verifica-se que pela primeira vez há, na prática, uma tentativa de aproximação maior com a sociedade. Embora de maneira bastante tímida, sem atingir um número elevado de indivíduos, segundo a própria avaliação da Secretaria, existe uma relação mais íntima entre o governo e a sociedade paranaense.

Uma das poucas intervenções diretas da sociedade nas ações governamentais foi a inclusão de algumas modalidades esportivas nos Jogos Abertos.

As modalidades praticadas pelos indivíduos de uma determinada cidade sede normalmente são representadas nos jogos. Há, por exemplo, o caso do remo. A única vez que se tornou uma modalidade dos jogos foi na cidade litorânea de Paranaguá, em 1986. Outra modalidade bastante peculiar foi a prática do faustebol (um jogo típico da colonização alemã), introduzido nos Jogos Abertos de Londrina. Por fim, o beisebol, modalidade dos Jogos Abertos do Estado, por influência da grande colônia japonesa, principalmente das cidades do norte do Paraná.

Entre tantos outros, escolheu-se os três exemplos para demonstrar uma certa influência da sociedade na programação dos Jogos Abertos. A inclusão das modalidades nos programas esportivos somente foi possível a partir das práticas realizadas nos clubes, quando o governo pouco interferia no desenvolvimento esportivo.

Como última análise do programa de esporte do governo estadual, discute-se a questão administrativa, ou seja, a maneira como o esporte foi conduzido.

Durante décadas, as ações políticas para o esporte tinham como paradigma administrativo a centralização do poder pela da burocracia, que estava presente em quase todas as decisões governamentais. O Estado, desde os tempos de Getúlio Vargas, tomava para si as ações prioritárias no desenvolvimento da sociedade. Essa centralização do poder ainda se encontra nas mais diversas áreas do governo.

³⁷ PARANÁ. Proposta da Política Estadual de Esporte governo Álvaro Dias 1987. p. 30

³⁸ Ibid., p. 10

Na estrutura esportiva, o modelo centralizador não foi diferente, como já foi amplamente abordado. A aplicação do Decreto-Lei n. 3.199/41, que regulamentava o esporte no Brasil, passou a ser o maior exemplo do poder do Estado frente às organizações. O modelo existente na lei foi incorporado pelos administradores de tal forma que, ainda hoje, em alguns casos continua atrelado ao contexto esportivo.

Na política de esporte do Paraná, a primeira mudança significativa ocorreu na proposta do governo José Richa (1982-1986), que foi melhor desenvolvida no governo Álvaro Dias (1987-1990). Propunha-se, naquele instante, uma descentralização do poder em relação à estrutura esportiva, com o objetivo de proporcionar aos municípios maior autonomia frente às carências existentes na sociedade e uma dinâmica mais eficaz na organização dos Jogos Escolares, dos Jogos Abertos e da Juventude e em outros programas governamentais.

Com o intuito de dinamizar a organização esportiva, o governo fundamentou assim a estrutura administrativa:

A extensão territorial do Estado conduz a uma série de dificuldades de comunicação entre a Secretaria e os Municípios. Por outro lado, na sua origem, o Estado sofreu influências de vários grupos étnicos, gerando regiões com características bem diferentes, o que exige estratégias de envolvimento diferenciadas, que respeitem os interesses, necessidades e tradições das diversas regiões.

Assim, a tomada de decisão sobre programas, estratégias e outras ações, deverão ser descentralizadas, através da criação de Centros de Excelência e Centros Regionais nas regiões esportivas do Estado.³⁹

A proposta que no início era atraente e inovadora, pode ser observada por dois lados distintos e não convergentes. O primeiro deles revela a busca de uma integração efetiva com a sociedade, recuperando anseios dos mais variados grupos

³⁹ PARANÁ. Proposta da Política Estadual de Esporte, governo Álvaro Dias, 1987, p. 30

sociais, culturais, políticos e econômicos. Mas, de outro lado, o vetor continua de cima para baixo, pois eram novamente os técnicos que definiam as ações a serem tomadas e as práticas que deveriam ser executadas pelos indivíduos.

Segundo Spink, a ação administrativa que estava fundamentada no Estado Tradicional⁴⁰ foi deslocada para o Estado Simbólico Moderno⁴¹, ou seja, a ação governamental que antes era centrada unicamente no poder do Estado foi dimensionada para a descentralização, mas estruturada por técnicos da área.

No processo de descentralização do poder foram criados sete Centros Regionais de Esporte (CRE), Arapongas, Maringá, Umuarama, Jacarezinho, Paranavaí, Marechal Cândido Rondon e Ponta Grossa, além da sede central em Curitiba. Os Centros Regionais deveriam ser atuantes e dinâmicos, buscando uma relativa autonomia nas ações.

Observa-se a correta avaliação publicada na *Revista da Festur*⁴², que analisou de maneira quantitativa o desempenho dos Centros Regionais. Mesmo havendo Centros Regionais, frisa-se que o modelo básico administrativo avançou mas não

⁴⁰ Por Estado Tradicional, Spink entende aquele em o poder é exercido de forma autoritária, ou seja, a administração e a centralização do poder partem dos burocratas, que interpretam as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da população. A representação dos cidadãos nas tomadas de decisão não ocorre como disputa do poder, pois considera-se que nem sempre a população tem condições ou acesso ao confronto político, de forma democrática com oportunidades iguais. Assim, a administração da burocracia governamental concentra todas as ações e decisões, deixando a população como mera espectadora do poder central.

⁴¹ Já por Estado Simbólico Moderno, o autor compreende aquele em que a estrutura da classe social é mais complexa, pois o Estado funciona como regulador dos serviços. Os cidadãos têm seus direitos e o Estado, seus deveres. E, administrativamente, o poder representa a estrutura funcional tornando-se o mais eficiente possível nas funções. Projeta-se um Estado prestador de serviços para a população, cujas questões técnicas se sobrepõem às burocráticas, não obstante o elenco das necessidades nas ordens políticas, econômicas, sociais e culturais ocorrer através das decisões dos próprios técnicos, que estabelecem o alcance das prioridades e metas. A população pouco participa das ações políticas e administrativas nessa concepção de Estado, mas busca direitos junto ao Estado eficiente.

⁴² OLIVEIRA, op. cit., p. 14.

conseguiu romper a estrutura esportiva fundamentada nos jogos esportivos e financiadas pelo governo estadual.

Um exemplo bem definido dessa contradição foi a criação dos Jogos da Juventude, segundo a avaliação de Oliveira. Enquanto o discurso endossava a descentralização do poder público, esse foi o projeto mais enfatizado e valorizado pelo governo, constituindo-se em uma competição entre atletas na faixa etária de 18 anos e que visava descobrir novos talentos esportivos.

Essas contradições foram mantidas no decorrer dos anos. Assim, a mudança de governo em 1991 não alterou significativamente as propostas administrativas para a estrutura esportiva do Paraná, pois vários projetos desenvolvidos anteriormente foram reconduzidos no governo de Roberto Requião (1991-1994), mantendo-se certas propostas e a maneira de governar. Apenas alguns projetos, principalmente no âmbito do esporte popular, foram colocados em prática. A preocupação do governo Requião também era, teoricamente, relacionar o esporte ao desenvolvimento da sociedade.

Uma outra mudança ocorreu na gestão estadual a partir de 1995. Essa transformação, que deslocou o domínio do campo administrativo para o campo da espetacularização do esporte, será discutida no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

O PROCESSO DE ESPETACULARIZAÇÃO DA ESTRUTURA ESPORTIVA

Com a estrutura esportiva do Estado consolidada pelas práticas esportivas, o governo estadual lançou mão, a partir de 1995, de um projeto que reestruturou algumas ações esportivas. O novo caminho foi baseado no incentivo à criação, em parceria com a iniciativa privada, dos Centros de Excelência separados por modalidades esportivas, e à criação dos Jogos Mundiais da Natureza, competição realizada no oeste do Estado e que tem como requisito básico a ligação da natureza com as modalidades esportivas.

No contexto atual, o esporte está sendo compreendido na relação entre a mercadoria e o consumo esportivo. Na correlação de forças desse jogo, busca-se demarcar os limites de ligação entre o poder público e a iniciativa privada, o amador e o profissional.

Uma das maiores dificuldades nessa construção entre o poder público e a iniciativa privada é compreender as possíveis relações entre a sociedade, os indivíduos e

o Estado e delimitar até que momento este deve agir na estrutura do esporte e qual o espaço da iniciativa privada no campo esportivo.

Concomitante ao processo organizacional do Estado, reapareceu novamente a figura dos clubes esportivos, agora diferente do modelo estabelecido nas primeiras décadas do século, quando estes se organizavam independentemente da ação do Estado e buscavam se consolidar no interior da sociedade. A formação dos clubes esportivos atualmente está muito mais direcionada ao esporte espetáculo, ou seja, ao fator econômico, embora atualmente os clubes também recebam apoio governamental no âmbito estadual e municipal, assim como ocorria na década de 50.

No sentido de viabilizar a análise da atual situação da estrutura esportiva a partir do surgimento de novos clubes esportivos e da própria ação do governo estadual, elencou-se algumas categorias para discussões futuras. Entre elas pode-se citar o espetáculo esportivo, a mercantilização do esporte, a participação dos clubes no campo esportivo, o papel do Estado frente ao esporte espetáculo.

A partir da década de 60, o esporte começou a se tornar uma das atividades mais lucrativas no mundo dos negócios. Em todas as regiões do mundo a prática esportiva efetivou-se como uma mercadoria, produzindo uma relação de consumo. O *show business* esportivo reproduz o estágio da sociedade de consumo altamente industrializada, na qual as ações dependem muito das variáveis econômicas. Nesse caso, o campo esportivo torna-se cada vez mais complexo, principalmente com a inclusão dos agentes financeiros no processo de formação do campo.

Para se chegar ao atual estágio do esporte, houve uma permanente transformação na organização esportiva. Foi a partir dos anos 60, no cenário mundial, e dos anos 80 no Brasil, que o sistema esportivo teve mudanças mais significativas. O

esporte começou a ser tratado de maneira mais profissional, tornando-se um investimento que gera bilhões de dólares por ano. Na maioria dos países a estrutura esportiva passou da dominação pública para a privada. A mudança do público para o privado vai sendo efetivada em ritmos variados, de acordo com o nível de desenvolvimento econômico.

As relações entre o fator econômico e as entidades esportivas, tanto do âmbito estatal como do privado, passaram a ser determinantes na atual estrutura esportiva. Sobre esses aspectos Bourdieu comenta:

Portanto, tudo permite supor que a probabilidade de praticar os diferentes esportes depende, em graus diversos para cada esporte, do capital econômico e, de forma secundária, do capital cultural e do tempo livre; isto por intermédio da afinidade que se estabelece entre as disposições éticas e estéticas associadas a uma posição determinada no espaço social e os lucros que em função destas disposições parecem prometidos para os diferentes esportes.¹

Como o próprio autor observa, cada instituição esportiva tem seu próprio contexto, sua própria história, portanto não há modelo único para a análise das estruturas. Focalizou-se a princípio a macro situação do esporte moderno, para depois se chegar ao desenvolvimento da estrutura esportiva no Estado do Paraná.

O espetáculo esportivo é um produto a ser comercializado no interior da sociedade, como qualquer outra mercadoria. No desenvolvimento dessa definição, há uma apropriação correta da categoria de campo esportivo², ou seja, a estrutura do esporte é delimitada pelo campo, no qual hoje o poder é exercido pelo consumo, pela relação entre a oferta e a demanda do produto esportivo. Apoiada, também, na nova organização esportiva, encontra-se a cultura de massa³ e/ou a cultura de consumo⁴. O

¹ BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 150.

² A categoria de campo esportivo desenvolvida por Pierre Bourdieu, já foi apresentada anteriormente.

³ Conceito amplamente discutido atualmente por inúmeros autores, neste trabalho utilizou-se as categorias defendidas por Morin, para quem o autor a cultura de massa se “desenvolveu a partir das massas

avanço da espetacularização esportiva produz, no seio da sociedade, uma rede maior de interdependência entre os indivíduos, o consumo e o Estado.

Na direção da espetacularização esportiva, outros autores teorizaram sobre questões relativas ao tema, como Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Eric Dunning e Edgar Morin.

Para Bourdieu, o esporte deve ser compreendido como um espetáculo de consumo de massa, estruturado a partir do campo esportivo. No conjunto do campo esportivo, cada modalidade esportiva possui seu espaço específico, organizado com regras próprias e lógicas específicas, construídas a partir da relação entre a oferta e a demanda de produtos esportivos e tendo no consumo de bens a relação mais próxima com a espetacularização.

Na verdade, antes de ir mais além na análise dos efeitos, seria preciso tentar precisar a análise dos determinantes da passagem do esporte como prática de elite, reservado aos amadores, ao esporte como espetáculo, produzido por profissionais e destinados ao consumo de massa. Não podemos, com efeito, nos contentarmos em invocar a lógica relativamente autônoma do campo de produção de bens de serviços esportivos e, mais precisamente, o desenvolvimento, no interior deste campo, de uma indústria do espetáculo esportivo que, submetida às leis da rentabilidade, visa a maximizar a eficácia minimizando os riscos (o que, particularmente, acarreta a necessidade de um pessoal técnico especializado e de uma verdadeira gerência científica, capaz de organizar racionalmente o treinamento e a manutenção do capital físico dos profissionais – pensamos por exemplo no futebol americano, onde o corpo de treinadores, médicos, public relations, excede o corpo de jogadores e serve,

populares urbanas e de uma parte dos campos têm acesso a novos padrões de vida: entram progressivamente no universo do bem-estar, do lazer, do consumo, que era até então o das classes burguesas. As transformações quantitativas (elevação do poder aquisitivo, substituição do trabalho da máquina pelo esforço humano, aumento do tempo de lazer) operam uma lenta metamorfose qualitativa.: os problemas da vida individual, privada, os problemas da realização de uma vida pessoal se colocam, de hoje em diante, com insistência, não mais apenas no nível das classes burguesas, mas da nova camada salarial desenvolvida” MORIN, Edgar, *Cultura de massas no século XX: Neurose O Espírito do Tempo*. 3.ed, v.1, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975. p. 75.

⁴ Cultura de consumo é uma categoria construída por Featherstone. Sua teoria busca de compreender o inter-relacionamento entre a natureza mutante das diversas formulações especializadas de cultura vivida no cotidiano, e não é apenas importante para compreendermos a oscilação entre as avaliações positivas e negativas da cultura popular, de massa e de consumo; mas também para a compreensão do pós-modernismo. FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

quase sempre, de apoio publicitário a uma indústria de equipamentos e de acessórios esportivos).⁵

Na argumentação defendida por Bourdieu, percebe-se sutilmente a ênfase dada ao espetáculo e à indústria do esporte. Como todo processo industrial moderno, a especialização, a produtividade, a profissionalização são pressupostos básicos para a manutenção do capital e o esporte não foge dessa lógica.

Na luta por espaço no campo esportivo, quem tiver mais poder de oferta e maior organização sem dúvida vai conseguir dominar o mercado. A disputa interna no campo esportivo⁶, que um dia foi dominada pelo poder do Estado, atualmente é comandada pela indústria esportiva.

Na nova composição do campo esportivo, percebe-se que seu poder passa para a iniciativa privada, ficando ao mercado a tarefa de definir a parcela que cabe a cada esporte na estrutura do campo.

A tendência na maioria dos Estados é a de que estes apenas regulamentam o sistema esportivo. Mesmo que as confederações, federações e ligas estejam vinculadas à regulamentação do Estado, são leis do mercado de consumo que estabelece os pontos principais da estruturação do esporte.

Em paralelo à formação do esporte espetáculo, encontra-se a categoria de cultura de massa, discutida por Morin⁷. Segundo o autor, a cultura de massa é constituída por determinados produtos inseridos na sociedade para o consumo. Para Morin, o surgimento desse tipo de cultura ocorreu na década de 30, inicialmente nos

⁵ BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 146.

⁶ A própria argumentação de Bourdieu confirma que, nessa disputa, é preciso primeiro perceber que não se pode analisar um esporte particular independentemente do conjunto das práticas esportivas; é preciso pensar o espaço das práticas esportivas como um sistema no qual cada elemento recebe seu valor distintivo. Em outros termos, para compreender um esporte, qualquer que ele seja, é preciso reconhecer a posição que este ocupa no espaço dos esportes.

Estados Unidos da América, com a finalidade de ocupar o tempo livre dos assalariados com o consumo. Posteriormente, a cultura de massa foi aos poucos conquistando espaços na sociedade americana, até porque houve um aumento significativo do tempo livre dos assalariados. O modelo industrial, desenvolvido nos Estados Unidos, foi sendo copiado pelos países do Ocidente, principalmente pelos europeus, cuja industrialização se encontrava num estágio mais avançado.

A inserção da cultura de massa na sociedade contemporânea refletiu-se em diversos campos da sociedade, como no cinema, nas artes, na televisão, no esporte e no comportamento diário dos indivíduos. A categoria está ligada diretamente ao modelo do espetáculo organizado para a sociedade.

Existe implicitamente em todo espetáculo de teatro, de cinema e de televisão, uma componente lúdica, aliás, difícil de isolar. Ela emerge nos espetáculos esportivos, nos jogos radiofônicos e televisados. Está mais ou menos misturada com preocupações utilitárias nos *bricolages* com preocupações erótico-amigáveis nas festinhas, e com preocupações higiênicas nos esportes. Ela se desempenha com grande nitidez nos *hobbies*, saídas, passeios, divertimentos. Um dos aspectos do divertimento moderno é esse desabrochar do jogo "enquanto atividade cujo fim se encontra no prazer que com ele se sente e em nenhum outro lugar".

Assim, simultaneamente com o espetáculo, a cultura do lazer desenvolve o jogo. Dualidade ao mesmo tempo antagonista – uma vez que o espetáculo é passivo, o jogo ativo e complementar –, que não apenas se registra no lazer, mas também o estrutura em parte. Efetivamente, uma parte do lazer tem tendência a tomar a forma de um grande jogo-espetáculo.⁸

Como sugere Morin, atualmente quase todas as atividades que ocupam o tempo livre dos indivíduos estão ligadas ao espetáculo, quer na forma passiva de espectador, quer na ativa de participante da atividade. Certamente as práticas do espetáculo estão introjetadas nos indivíduos.

⁷ MORIN, Edgar, *Cultura de massas no século XX: neurose o espírito do tempo*. 3. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

⁸ MORIN, op. cit., p.61

A espetacularização torna-se cada vez mais presente na delimitação da estrutura esportiva. Os canais abertos de televisão destinam horas de sua programação para os eventos esportivos e os canais fechados (por assinatura) têm programações de atividades esportivas de até vinte e quatro horas por dia.

A espetacularização esportiva encontra no futebol o grande mercado de consumo, embora outras modalidades esportivas também se encontram em pleno desenvolvimento. Para se ter uma idéia do alcance desse esporte, mais de 2 bilhões de pessoas assistiram ao final da Copa do Mundo de 98, pela previsão dos organizadores. A inserção é tão grande que até em países onde a prática do futebol não faz parte dos *habitus* esportivos, milhares de pessoas assistiram ao final do torneio.

Segundo Morin, o avanço do jogo-espetáculo é decorrente tanto do processo de industrialização e da individualização da sociedade quanto da degradação das organizações sociais: o Estado, a religião e a família. Não que estas instituições deixaram de ter sua importância nas relações sociais, mas os seus poderes encontram-se diluídos no contexto atual.

Assim se esboçam as correlações complexas entre o lazer, a cultura de massa, os valores privados, o jogo-espetáculo, as férias, os olímpicos modernos. Acrescentemos aqui: a promoção do jogo-espetáculo caminha lado a lado com a decadência das significações dos trabalhos com a atual crise dos grandes sistemas de valores (o Estado, a religião, a família). O complexo jogo-espetáculo se afirma em uma civilização onde se pulverizam as grandes transcendências, que não chegam mais a controlar, senão em parte, a vida dos indivíduos.⁹

O que ontem era domínio exclusivo do Estado transferiu-se no decorrer dos anos para a iniciativa privada, principalmente devido às relações entre os indivíduos e o predomínio do consumo na atividade social organizada. Nem mesmo as grandes

⁹ MORIN, op. cit., p.64

manifestações políticas conseguem reunir tantas pessoas como as grandes jornadas esportivas ou artísticas desta década.

Durante anos o Estado tornou-se uma das principais instituições de divulgação, de força e controle das práticas esportivas. Em função disso, estabelecer o equilíbrio entre o poder público e o setor privado é um dos desafios da compreensão do esporte moderno. A espetacularização do esporte é, pelo que se pode entender, um divisor de águas na disputa interna do domínio do campo esportivo.

Com o aumento da estrutura do espetáculo esportivo no mundo inteiro, parece que o Estado não é mais o grande centralizador das atividades, deixando para a iniciativa privada o domínio da organização esportiva. Até porque, atualmente, a vida privada dos indivíduos está cada vez mais independente nas configurações sociais, como já foi comentado.

Dunning e Elias acreditam que a questão da espetacularização esportiva passa pela questão das interdependências entre os indivíduos, além, é claro, da inserção do consumo. Quanto mais o esporte se desenvolve no interior da sociedade, maior é a rede de interdependência existente entre eles. O próprio aumento da rede de interdependência é fruto da individualização humana¹⁰, tese defendida na teoria do Processo Civilizador. Além disso, o esporte é apenas um dos elementos da especialização da sociedade.

Na tese defendida por Elias, é o Estado que possui o domínio da violência, a fim de controlar as ações dos indivíduos. Entretanto, através da espetacularização do esporte, o controle passa a ser exercido também pelos

¹⁰ ELIAS, Norbert. *Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar. 1994.

espectadores, pelas rigorosas regras existentes nas modalidades esportivas, e atualmente pela imposição dos consumidores esportivos.

Por sua vez, isso significa que as pressões recíprocas e controles que atuam nas sociedades urbanas industriais reproduzem-se, geralmente, na esfera do desporto. Em resultado disso, os desportistas de alto nível, homens e mulheres, não podem ser independentes e jogar por divertimento, sendo obrigados a dirigirem-se para os outros e a participar nos desportos com seriedade. Isto é, não podem para si próprios, sendo forçados a representar unidades sociais mais vastas, como cidades, distritos e países. Como tal, fornecem-lhes material e, ou também recompensas de prestígios, facilidades e tempo para o treino. Em contrapartida, espera-se que realizem uma "atuação-desportiva", isto é, o tipo de satisfações que os dirigentes e os "consumidores" do desporto exigem, nomeadamente o espetáculo de um confronto que as pessoas se dispõem a pagar para assistir ou a validação através da vitória, da "imagem" e da "reputação" da unidade social com o qual se identificam esses dirigentes e "consumidores".¹¹

Portanto, a permanente troca nas relações entre os jogadores, entre os jogadores e os dirigentes, entre os jogadores e os consumidores e entre os próprios consumidores é que vai determinar a complexidade da rede de interdependência e o estágio da espetacularização esportiva. Nesse jogo de relações entre os indivíduos, percebe-se uma tendência de desvincular o controle esportivo das mãos do governo, passando o mesmo a depender das relações entre os atletas, os dirigentes e os consumidores.

Os pontos aqui abordados sobre a espetacularização esportiva têm o propósito de averiguar o esporte moderno e estabelecer parâmetros de análise na separação das funções públicas e privadas para o esporte no interior do governo.

O momento é o de compreender o papel do Estado frente ao modelo de espetacularização esportiva. Aparentemente, nos Estados mais desenvolvidos, a tendência é deixar com a iniciativa privada a organização do espetáculo. Assim, o

¹¹ DUNNING, Eric; ELIAS, Norbert. A dinâmica dos grupos desportivos: uma referência especial ao futebol. In . *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1992. p. 287.

Estado, como na maioria dos países, pouco intervém na organização esportiva, a não ser na regulamentação das práticas.

Mantendo a mesma lógica estrutural, procura-se o entendimento da legislação sobre o esporte, para, *a posteriori*, analisar o revigoração dos clubes esportivos, e das propostas de políticas públicas do atual governo estadual para o esporte.

A NOVA REGULAMENTAÇÃO DO ESPORTE E A RELAÇÃO COM A ESPETACULARIZAÇÃO ESPORTIVA

Na última década, o esporte no país está passando por profundas mudanças, tanto na organização do espetáculo esportivo quanto no que se refere à parte legal (considera-se que as mudanças nos *habitus* esportivos da sociedade demoram mais tempo para se efetivar que as mudanças legais, por motivos de interesses pessoais e políticos). O início das mudanças legais sedeu em 1993 com a implantação da Lei Zico, e mais recentemente, com a Lei Pelé¹².

Pela necessidade constante de melhorar o sistema esportivo, o governo federal, que vinha adotado um modelo administrativo de eficiência dos serviços prestados à sociedade, resolveu implantar uma nova regulamentação esportiva.

Foi montada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte - INDESP, a partir das novas propostas governamentais do Ministério Extraordinário dos Esportes, em 1997, sob o comando do ministro Edson Arantes do Nascimento o Pelé, uma comissão com representantes profissionais da Educação Física, de clubes de

¹² BRASIL. Lei Federal n. 9.615, de março de 1998.

futebol, da iniciativa privada e de legisladores, com a finalidade de discutir os melhores caminhos para o esporte no país. O projeto chegou à Câmara Federal em regime de urgência, mas pela necessidade de ser melhor discutido, foi retirado do regime de urgência e aprovado no ano seguinte. Essa lei federal chegou ao Congresso com o intuito de pôr fim ao passe dos jogadores, constituir o clube empresa, criar associações de árbitros, a fiscalização do Ministério Público, o voto unitário, a limitação de mandatos dos dirigentes, os tribunais esportivos autônomos, entre outros objetivos.¹³

No entanto a mudança na legislação não foi tão profunda como se pretendia inicialmente, pois se perpetuaram alguns privilégios, principalmente dos clubes de futebol, que contam com muita representatividade junto aos políticos. Além dos privilégios, foi mantida a essência da conceitualização do esporte¹⁴, como constava na lei anterior. Se comparadas as duas leis, pode-se observar certa semelhança no entendimento sobre o esporte e em alguns dos artigos.

¹³ SILVA, João Bosco; SCHMITT, Paulo Marcos. *Entenda a Lei Pelé*. Londrina: Lido, 1997.

¹⁴ BRASIL. Lei Federal n. 9.615, de março de 1998.

Art. 3.º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;
II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de espetáculo, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com outras nações;

Parágrafo único: O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado por remuneração pactuada por contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II - de modo não-profissional, compreendendo o desporto:

a) semiprofissional, expresso em contrato próprio e específico de estágio, com atletas de quatorze a dezoito anos de idade e pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho;

b) amador, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais para atletas de qualquer idade.

Definiu-se, a partir da discussão preliminar, o projeto-base que buscava alternativas para a legislação esportiva. Embora mantendo os princípios da lei anterior, as maiores mudanças ficaram no âmbito do esporte profissional, em que se prevê o fim da lei do passe a profissionalização dos clubes, a autonomia das empresas e a fiscalização do Ministério Público.

Como resultado do debate surgiu a proposta da Lei Pelé e de Lei n. 9.615, que foi aprovada em 25 de março de 1998. A nova normatização define conceitos, organizações e regulamentos para esporte e lazer, além de suas relações com o desenvolvimento da sociedade. A Lei está assim dividida:

Capítulo I. Das Disposições Gerais.

Busca um entendimento do Estado de direito do indivíduo e sua relação do esporte formal (educacional e profissional) e o esporte não - formal (lazer prática lúdica)

Capítulo II. Dos Princípios Fundamentais.

Centrar as ações das práticas esportivas e de Lazer no âmbito do formal e não-formal no indivíduo. Fundamentado na soberania, autonomia, democratização, liberdade, direito social, diferenciação, identidade nacional, educação, descentralização, segurança, eficiência.

Capítulo III. Da Natureza e das Finalidades do Desporto.

Uma melhor definição do Esporte Educacional, Esporte Lazer e Esporte espetáculo e suas possibilidades na formação do indivíduo.

Capítulo IV. Do Sistema Brasileiro de Desporto.

Objetiva a descentralização do poder nas esferas municipais, estaduais e federais, bem como regulamenta o INDESP Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, o CDDB Conselho do Desenvolvimento do Desporto Brasileiro, e o Sistema Nacional do Desporto.

Capítulo V. Da Prática Desportiva Profissional.

Regulamenta as ações dos profissionais do Esporte.

Capítulo VI. Da Ordem Desportiva.

Estrutura o Comitê Olímpico Brasileiro suas entidades filiadas.

Capítulo VII. Da Justiça Desportiva.

Promove a regulamentação das ações em competições esportivas no país.

Capítulo VIII. Dos Recursos para o Desporto.

Organiza as receitas de recursos financeiros e suas distribuições para o desporto educacional, lazer, espetáculo ou outras atividades que possam contribuir para o desenvolvimento do desporto.

Capítulo IX. Do Bingo.

Regulamenta a disposição dos bingos no país.

Capítulo X. Das Disposições Gerais.

Determina as funções do Poder Público com o desenvolvimento do desporto.

Capítulo XI. Das Disposições

Transitórias. Regulamenta a passagem da Lei em vigor para a Lei Pelé.¹⁵

A rápida mudança da Lei n. 981/93 para a atual Lei Pelé significou, a princípio, uma nova divisão do esporte formal (educacional e profissional) e do esporte não-formal (práticas de atividades ludo-esportivas, ou seja, de lazer). Redefiniu-se, também, nos capítulos citados, a profissionalização dos atletas.

Uma das prioridades da nova legislação foi a formação do indivíduo, com a preocupação de fazer valer seus direitos no interior da sociedade. Para tanto, o INDESP estabeleceu no artigo 7.º do capítulo IV as diretrizes para se alcançar os objetivos propostos.

A democratização e a descentralização do poder são outras ações das políticas públicas para o esporte e lazer também contempladas no artigo 2.º, do capítulo II¹⁶. Resta saber qual a real aplicabilidade da lei no dia-a-dia dos indivíduos. Tanto a democratização quanto a descentralização são propostas que vinham sendo colocadas em prática no Estado do Paraná desde o início da década de 80, como foi demonstrado anteriormente.

A nova lei federal conceitualiza o esporte a partir da separação entre esporte formal e não-formal. A princípio, o esporte formal encontra-se fundamentado na profissionalização com regras preestabelecidas por entidades nacionais e internacionais. Já o esporte não-formal é tratado como lúdico, sendo incentivada a participação da sociedade nas atividades esportivas. No restante da conceitualização, encontram-se os

¹⁵ SILVA, João Bosco; SCHMITT, Paulo Marcos. *Entenda a Lei Pelé*. Londrina: Lido, 1997.

¹⁶ Art. 2.º O desporto, como direito individual, tem como base os princípios:

III – da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação;

mesmos argumentos e definições da lei anterior, portanto, poucas foram as mudanças nesse sentido. Resta saber se as transformações do entendimento sobre o esporte irão interferir na estrutura dos clubes, das entidades esportivas, dos Municípios e dos Estados.

O outro ponto crucial no estudo sobre a legislação é a influência do poder governamental nas ações dos indivíduos, estabelecendo os entendimentos dessa via de mão dupla, na perspectiva teórica do Processo Civilizador. Já foi demonstrado que a formação dos indivíduos durante séculos foi direcionada para o equilíbrio das tensões entre a sociedade e o Estado. Todavia, a dinâmica em que a sociedade vive indica, pela da nova legislação, a possibilidade de os indivíduos buscarem autonomia e liberdade.

Com o estabelecimento de ações concretas para incentivar a autonomia e a liberdade através do esporte, pode-se dizer que o processo evolutivo da legislação sobre o esporte e lazer no país proporciona, mesmo que não explicitamente, um maior equilíbrio nas relações sociais, fruto da própria pressão exercida pelos indivíduos.

Outras questões importantes presentes na legislação, com respeito à relação entre a administração do Estado e a prática esportiva, são a centralização, a descentralização, a democratização do poder e o controle social.

Conforme já citado, o poder governamental, estabelecido desde o Estado Novo até o início da década de 80 no país tinha como característica a centralização das ações políticas e administrativas. As regras de controle social eram rígidas e

X – da descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual e municipal.

preestabelecidas pelo governo. Cabe ressaltar como exemplo as ações políticas dos anos 80 no Paraná, que tinham como meta a democratização e a descentralização administrativa. Essa relação não é nova, o que demonstra a pressão da sociedade na própria elaboração da lei. Nesse caso, a pressão social visa uma autonomia nas ações individuais, diferente do que se estabeleceu na década de 40, quando se buscou o inverso, ou seja, uma maior presença do Estado nas ações dos indivíduos.

Porém, o incentivo à democratização e à descentralização das ações políticas pode ser o resultado de um modelo administrativo que objetiva a eficiência do poder público, o que não caracteriza automaticamente uma participação mais ativa dos indivíduos na organização das práticas esportivas.

A participação da sociedade na organização esportiva deve aproximar os interesses individuais das necessidades dos municípios, dos Estados, das associações de bairros, dos clubes, das instituições civis e das demais entidades esportivas. Porém, essas modificações só se efetivarão se o conjunto da sociedade e dos administradores se empenharem nesse intuito. Deve-se diminuir as práticas competitivas excludentes (há um número excessivo de jogos e eventos) e incentivar a sistematização dos clubes, das federações e das ligas esportivas.

A legislação em si não muda a estrutura do esporte no país. É preciso uma gama de outros fatores para proporcionar uma transformação consistente na organização esportiva. O intercâmbio entre a sociedade, o indivíduo, o esporte e o Estado é fundamental para essa transformação.

A relação entre os indivíduos, a sociedade e a ação governamental será discutida a seguir, cuja base para o entendimento dessa relação está na atual administração do governo estadual para o esporte.

O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO PARANÁ NAS DÉCADAS DE 80 E 90

Conforme demonstrado anteriormente, a mudança na legislação não é o único fator determinante na transformação da estrutura esportiva, assim também como não é suficiente para uma maior participação dos indivíduos ou para uma mudança efetiva no interior do campo esportivo. Por esse motivo, serão discutidas a formação dos clubes esportivos e as propostas governamentais para o esporte no Estado do Paraná no período entre 1995 e 1998. Desta forma, pode-se verificar a participação da sociedade nesse contexto.

O conjunto dessas relações propiciam a formação da rede de interdependência em que o esporte está inserido. Nesse sentido, Dunning argumenta:

A seguir, procuro sugerir que a crescente seriedade do desporto moderno pode ser atribuída, em larga medida, a três processos inter – relacionados, nomeadamente a formação do Estado, a democratização funcional, e a divulgação do desporto através do aumento da rede de interdependência. Os dois primeiros, são, é claro, processos estruturais profundos, entrelaçados com a extensão das cadeias de interdependência por meio das quais Elías explica, em especial, a sociogênese do processo de civilização.¹⁷

¹⁷ DUNNING; ELIAS. op., cit., p. 311.

Vale dizer que os dois primeiros pontos levantados por Dunning requerem uma discussão mais profunda, seja no âmbito da formação do Estado, seja no da sua administração.

Segundo tais questões, verifica-se que o Estado do Paraná, entre as décadas de 80 e 90, já se encontrava com uma complexidade burocrática bastante articulada, pois a descentralização e a democratização eram os objetivos principais da administração. Com isso, foram criados os Centros Regionais de Esporte – CRE nas cidades de Arapongas, Maringá, Umuarama, Jacarezinho, Paranavaí, Marechal Cândido Rondon, Ponta Grossa e a sede central em Curitiba. A complexidade esportiva consolidou-se mais recentemente com a criação da Paraná Esporte entidade autárquica subordinada à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - SEET, das regionais e dos demais órgãos envolvidos na estrutura do esporte no Estado.

A administração esportiva, mais do que nunca, teve um cunho técnico na elaboração das propostas de governo. As gestões governamentais têm como característica básica a inserção da tecnocracia, conforme diz Spink ao definir o Estado Simbólico Moderno¹⁸.

Com a organização estadual bastante avançada e a forma de gerenciamento definida, pode-se repensar a formação da estrutura esportiva a partir da concepção de esporte atual.

De um lado, tem-se a sociedade querendo um Estado mais descentralizado e autônomo. De outro, o esporte cada vez mais profissional, envolvendo transações cujas cifras giram em torno de bilhões de dólares por ano. Questiona-se então

¹⁸ FISCHER, Tânia. *Poder local: um tema em análise. Poder local: governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

qual o papel do poder público sobre a estrutura do esporte atual. Até que ponto o Estado deve intervir para separar os aspectos esportivos públicos e privados? Situar essa relação no contexto atual é, no mínimo, delicado, porque entende-se que é necessário rever o processo histórico com as configurações enraizadas na estrutura esportiva no Estado do Paraná há mais de um século.

Atualmente, estabelecer um parâmetro entre o público e o privado é tratar dos problemas da participação do Estado e da tensão criada com a sociedade. A questão é levantada por Morin da seguinte maneira:

Os conteúdos culturais diferem mais ou menos radicalmente segundo o tipo de intervenção do Estado – negativo (censura, controle) ou positivo (orientação, domesticação, politização) – segundo o caráter liberal ou autoritário da intervenção, segundo o tipo de Estado interveniente. Não levando em conta essas variáveis, pode-se que se há igualmente a preocupação de atingir o maior público possível no sistema privado (busca de máximo lucro) e no sistema do Estado (interesse político e ideológico), o sistema privado quer, antes de tudo, agradar ao consumidor. Ele fará tudo para recrear, divertir, dentro dos limites da censura. O sistema de Estado quer convencer, educar: por um lado, tende a propagar uma ideologia que pode aborrecer ou irritar, por outro lado, não é estimulado pelo lucro e pode propor valores de “alta cultura” (palestras científicas, música erudita, obras clássicas). O sistema privado é vivo, porque é divertido. Quer adaptar sua cultura ao público. O sistema de Estado é afetado, forçado. Quer adaptar o público a sua cultura. Sendo preciso colocar o problema em termos normativos, não existe ao meu ver, escolha a fazer entre o sistema de Estado e o sistema privado, mas a necessidade de instituir uma nova combinação.¹⁹

Indaga-se que combinação se pode estabelecer no caso do esporte. Historicamente, o Estado centralizou as ações em suas mãos, enfraquecendo organizações como as confederações, as federações, as ligas e os clubes esportivos. O Estado tomou para si a responsabilidade de organizar o esporte no Brasil em geral, e no Estado do Paraná em particular. Essa hipótese se confirma pelas ações realizadas nas

¹⁹ MORIN, *Cultura de Massas...*, p. 18.

administrações estaduais a partir dos anos 50, principalmente nas últimas duas décadas, quando nos projetos desenvolvidos pelo governo buscavam-se incentivos às confederações e federações, o que na prática nem sempre era executado.

Justamente pelo fato da estrutura administrativa ser ainda centralizada, a prática esportiva encontrou dificuldades de se desvincular do poder estadual. Os fatos levantados demonstram que, apesar do esporte encontrar autonomia no mercado de negócios, a presença do governo mantém-se constante na organização. Encontrar um ponto de equilíbrio entre a participação do poder público e a do setor privado constitui uma emergência se o objetivo é, realmente, definir os papéis de cada instituição.

Antes de entrar diretamente nas ações recentes do governo para o esporte, procurou-se verificar as primeiras mudanças na estruturação esportiva, principalmente a inclusão da iniciativa privada nesse contexto.

Após um longo período de tímidas participações na estrutura do campo esportivo, os clubes retomam sua posição no cenário estadual a partir da década de 80. Diferentemente de períodos anteriores, como na década de 50, os clubes que começaram a participar dos eventos esportivos estavam ligados a um processo, ainda embrionário, de espetacularização esportiva. Esses clubes eram recém-formados e alguns estavam ligados a empresas privadas e a uma nova maneira de organização.

Um dos primeiros exemplos no Estado do Paraná foi o aparecimento do Esporte Clube Cristalino, em Curitiba, um clube ligado ao voleibol e que foi criado em 1984 na esteira da projeção nacional do voleibol. Perante o desenvolvimento do esporte no país, o Esporte Clube Cristalino não teve grande repercussão, mas no Estado do Paraná sua criação foi o primeiro passo para a formação dos clubes empresas na prática

esportiva. Em relação ao fato, pode-se verificar o que diz a *Revista Esporte e Ação* daquele momento.

Os tempos mudaram. Paramos de sonhar e passamos para a realidade do esporte amador brasileiro, com passo firme e seguro. O futuro já chegou ao Paraná, e a partir deste ano o Esporte Clube Cristalino proporcionará muitas emoções. Emoções estas que estavam sufocadas em nós, naquele grito de não podermos competir de igual para igual com boas equipes nacionais. A história do Esporte amador inicia sua nova era. Seguramente, todos estão vibrando com o surgimento do Cristalino, uma equipe que reúne dezesseis jogadores sendo cinco de outros Estados. Os demais são todos "pratas da casa".²⁰

Como se percebe nesse pequeno relato feito na revista, a criação do clube estava servindo para alavancar o desenvolvimento do esporte no Estado. Se comparado a outros clubes empresas espalhados pelo país, o Cristalino era um clube amador, porque os atletas recebiam apenas ajuda de custo, hospedagem e alimentação e precisavam Ter outra ocupação remunerada.²¹ Situação diferente de outras equipes, cujos atletas, já na década de 80, viviam exclusivamente da prática esportiva. O Cristalino manteve sua equipe apenas até o final da década de 80.

Partindo da experiência adquirida pelo Clube Cristalino, outras entidades foram sendo gradualmente criadas nas diversas modalidades esportivas. Os casos mais específicos foram, o basquetebol de Londrina e Ponta Grossa, o futebol de salão na maioria das cidades do Estado, a natação em clubes de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, o handebol feminino em Cambé e o masculino em Maringá, o voleibol masculino em Maringá e o feminino em Curitiba, e o Atletismo, que também foi relativamente estruturado em diferentes cidades. Mesmo com a criação desses clubes não ocorreu um fortalecimento das federações, das ligas ou de outras instituições das modalidades esportivas envolvidas.

²⁰ Revista Esporte e Ação. *Um sonho paranaense*. Ano 1985 Pag. 8-11.

Diferentemente das modalidades do Clube Cristalino e de outras equipes, a natação nestas últimas décadas continuou sendo praticada nos clubes sociais, como o Curitibano e o Golfinho de Curitiba, o Canadá em Londrina e o Guarany em Ponta Grossa. As demais entidades esportivas, desde o começo da década de 50, estiveram ligadas ao poder público. Sempre que um clube formava sua equipe, havia por trás algum auxílio da prefeitura local, fazendo parcerias com a iniciativa privada. Isso mostra que, sem uma injeção de verbas públicas, essas entidades não existiriam. O avanço embrionário da iniciativa privada na estrutura do campo e da rede de interdependência entre as entidades esportivas aparentemente não impossibilitou o comando do poder público na esfera do esporte.

Já da perspectiva governamental, o ponto chave da administração esportiva dos últimos três governos foi o incentivo à descentralização e à democratização das práticas esportivas, mas mantendo como ponto de sustentação as realizações das diferentes formas de eventos, tal qual já mencionado.

A partir de 1995 o governo estadual alterou a maneira de compreender e administrar o esporte. Resta saber quais foram as modificações nos projetos e na prática das políticas públicas para o esporte no Paraná e qual a inserção dos clubes na composição do quadro paranaense.

Quando um governo começa sua administração, estabelece novos objetivos e projetos para as diversas áreas. Na especificidade do esporte no Estado, a partir de 1995 as preocupações tinham três direções. Primeiro, a transformação da Fundação de Esporte e Turismo - Festur em Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - SEET. Segundo, a diferenciação das propostas em relação aos dois governos anteriores.

²¹ Id., *ibid.*, p. 9.

Terceiro, a espetacularização do esporte como modelo a ser seguido na organização esportiva.

Dentro da estrutura da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo foi criada uma entidade, a Paraná Esporte, órgão responsável pelo desenvolvimento do esporte no Estado, com personalidade jurídica autárquica. Até a década de 50, a Federação Desportiva Paranaense comandava a estrutura esportiva; a partir de 1995, a Paraná Esporte passou a exercer esse controle.

DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS DA PARANÁ ESPORTE

Art. 1.º - A Paraná Esporte, constituída nos termos da Lei nº 11.066, de 01 de fevereiro de 1995, é entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receita próprios, autonomia administrativa, técnica e financeira, vinculada à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - SEET.

Art. 2.º - A Paraná Esporte terá sede e foro na cidade de Curitiba e atribuição funcional em todo o Estado do Paraná.

Art. 3.º - A Paraná Esporte tem por objetivos:

- I - a elaboração e a execução do Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, bem como seus respectivos programas e projetos, observadas as diretrizes da Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer;
- II - a geração de programas e projetos integrados com outras áreas que tenham como objeto o desenvolvimento social;
- III - o desenvolvimento de programas e projetos, objetos de permanente avaliação qualitativa e comprometidos, prioritariamente, com os segmentos mais carentes da população;
- IV - a valorização das Ligas Esportivas e Federações Especializadas, bem como do Esporte Universitário, mediante o fornecimento de apoio e incentivos;
- V - a implantação do processo de municipalização do esporte e do lazer, no qual as ações do município, como meio de transformação, devem ser assessoradas e incentivadas pelo Estado;
- VI - a atuação, em conjunto com as instituições de ensino superior, no sentido de viabilizar os projetos e programas constantes da Política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, bem como auxiliar no processo de desenvolvimento de recursos humanos voltados à área;
- VII - a promoção e o incentivo ao desenvolvimento de estudos científicos e tecnológicos voltados exclusivamente para a consecução de programas e projetos que objetivem a promoção social, através do desenvolvimento das comunidades esportivas do Paraná;
- VIII - o incentivo à criação de associações de atletas, técnicos, árbitros e dirigentes esportivos;
- IX - o incentivo e o apoio ao funcionamento do Conselho Estadual de Esporte e Lazer, do Fundo Estadual de Desenvolvimento do

Esporte e Lazer, bem como da Justiça Esportiva no Paraná, assegurando a autonomia e independência de suas decisões;

X - o incentivo à criação de Conselhos Municipais e Intermunicipais de Esporte e Lazer, como órgãos normativos, deliberativos e consultivos;

XI - a descentralização do processo decisório na área do esporte e lazer de forma a possibilitar a ampliação da participação popular, bem como o acesso à sua prática;

XII - a capacitação dos recursos humanos destinados à execução de planos, programas e projetos decorrentes da política estadual de esporte e lazer, através de programas de formação e de aperfeiçoamento;

Parágrafo único - Na execução de seus objetivos, a Paraná Esporte atuará, diretamente ou através de terceiros, mediante contratos, convênios, acordos ou outros instrumentos previstos em lei.²²

Essa regulamentação deixa evidente a complexidade das relações institucionais em uma estrutura burocrática. Obviamente, nem todas as ações esportivas são administradas pelo Estado, embora, na correlação de disputas internas e externas do campo e na relação com a sociedade, exerça um controle das práticas esportivas.

Nos objetivos da Paraná Esporte encontram-se alguns pontos semelhantes aos dos governos anteriores, como a aproximação com as federações, ligas e o esporte universitário, a descentralização das ações, a capacitação de recursos humanos, o incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e a aproximação com a sociedade. Entre os objetivos da Paraná Esporte, encontra-se novamente a valorização das confederações, federações e ligas (item IV do artigo 3). Mas somente com a real inclusão dessas entidades no sistema esportivo pode haver uma divisão clara dos papéis do poder público e da iniciativa privada. Sem essa separação, a mudança da estrutura esportiva fica vulnerável ao domínio do poder público.

Ainda que não intencionalmente, nessa administração os objetivos das políticas para o esporte se parecem com os dos governos anteriores. É de se supor que a

²² Lei Estadual n. 11.066, de 1º de fevereiro de 1995. Cria a Paraná Esporte, estabelece a sua estrutura administrativa e descreve os objetivos e funções.

aproximação das propostas se deve ao conceito de esporte, pois uma vez mais a ênfase é dada ao alto rendimento, à *performance* esportiva, à questionável forma de descentralização do poder e à democratização das práticas esportivas. Por mais que os projetos construídos pelos técnicos administrativos partam dos interesses reais da sociedade, nem sempre as suas ações práticas caminham nos rumos desejáveis.

Além das semelhanças entre as intenções governamentais, muitas das propostas nunca saíram do papel e algumas foram colocadas em prática sob a égide da espetacularização esportiva.

A instituição burocrática proposta pelo governo nem sempre consegue viabilizar na prática as propostas iniciais, pois vários fatores interferem no percurso da elaboração dos projetos até a prática. Entre eles estão as questões políticas e econômicas e diferentes visões administrativas.

Ao tratar da vertente burocrática institucionalizada de uma maneira mais abrangente, Elias²³ procura estabelecer, dentro da sua teoria, uma lógica em que se incluam as relações entre o Estado, os indivíduos e a sociedade. Ele faz uma crítica às administrações que não buscam uma permanente revisão dos acontecimentos das interdependências.

Este tipo de burocracia está muito mais perto de uma burocracia tradicional que, na verdade, nunca foi racionalmente planeada, do que de uma organização clara cuidadosamente pensada, cuja adequação às funções que desempenham deverá estar constantemente sujeita a revisões.²⁴

O autor mostra a burocracia institucionalizada pelo governo, como confirmadora do modelo de administração tradicional. Ao invés de consolidar a

²³ ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

burocracia, repetindo fundamentações teóricas anteriores, o governo deveria estar preocupado em dinamizar a prática esportiva na sociedade, estimulando os *habitus* esportivos dos indivíduos.

A criação da Paraná Esporte, embora tenha sido constituída como autarquia, trouxe da Fundação de Esporte e Turismo FESTUR, uma estrutura burocrática complexa. Na mudança de regime, a burocracia e a racionalização na administração esportiva consolidaram a eficácia no gerenciamento dos projetos previamente elaborados pelo Estado. Eis a estrutura da Paraná Esporte:

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA DA
PARANÁ ESPORTE

Art. 6º - A estrutura organizacional básica da Paraná Esporte compreende:

I - Nível de Direção

Conselho de Administração

Diretoria

II - Nível de Assessoramento

Gabinete do Diretor Presidente - GP

Assessoria Técnica - AT

Assessoria Jurídica e de Justiça Desportiva - AJD

Assessoria de Informação Esportiva - AIE

III - Nível de Execução

Diretoria de Administração e Finanças - DAF

Departamento Financeiro - DFI

Departamento Administrativo - DAD

Departamento de Recursos Humanos - DRH

Departamento de Planejamento - DPL

Departamento de Prestação de Contas - DPC

Diretoria de Esportes - DE

Departamento de Esporte Rendimento - DRE

Departamento de Esporte Escolar - DEE

Departamento de Eventos Esportivos - DES

Diretoria de Lazer - DL

Departamento de Atividades Especiais - DAE

Departamento de Eventos de Lazer - DEL

Dep. de Programas, Projetos e Integração do Esporte e Lazer - DPP

Centro de Excelência

Departamento Técnico - DTE

Departamento de Administração - DAE

IV - Nível de Atuação Regional

Centros Regionais - CRE's.

Parágrafo único - A representação gráfica desta estrutura é apresentada no organograma anexo a este Regulamento.²⁵

²⁴ Id., ibid., p. 33.

²⁵ Lei Estadual n. 11.066, de 1º de fevereiro de 1995.

Com a criação da Paraná Esporte, surgiram inúmeros departamentos e diretorias, sempre com o intuito de racionalizar a administração. A eficiência, no tratamento com o público é um dos eixos detalhadas as atribuições de cada um dos diretores e as funções dos departamentos.

Ao longo dos anos e das diversas gestões governamentais, é possível notar as diferenciações administrativas. A primeira delas foi a ação governamental na década de 50, quando se incentivaram financeiramente as associações e os clubes esportivos de todas as camadas sociais e etnias. Diferentes também são as regulamentações esportivas das décadas de 60 e 70, quando as práticas de modalidades esportivas foram um dos meios de aproximação com a sociedade. Nas décadas de 80 e 90 incentivou-se o financiamento do esporte de rendimento e teve início o processo de descentralização e democratização do poder.

A racionalização própria das atuais administrações, muitas vezes, como o próprio Elias comenta, não alcança ações congruentes com o todo da sociedade, mas apenas a satisfação dos políticos e dos técnicos que elaboram os programas de governo. Entretanto, a aproximação da sociedade na elaboração dos projetos de governo parece ser fundamental para se estabelecer um equilíbrio maior entre os indivíduos e o Estado, aumentando-se também as redes de interdependência.

Outro ponto importante na burocratização é a aproximação entre o gerenciamento do Estado e a incorporação do esporte pelo poder público. Atualmente, uma das formas dessa assertiva é a distribuição dos recursos financeiros do Estado, geralmente direcionados ao esporte de alto rendimento, que beneficia alguns atletas,

técnicos e dirigentes esportivos. A distribuição financeira se faz desproporcional nas áreas do esporte para a sociedade, do esporte na escola e do lazer.

Com as atuais políticas esportivas do governo estadual, fundamentadas no rendimento e na *performance* técnica, fica difícil imaginar a implantação de atividades esportivas permanentes pela sociedade paranaense. A não ser que se focalize a questão dos clubes e associações esportivas, onde o desenvolvimento das práticas é independente do poder estatal.

A criação da Paraná Esporte possibilitou uma nova proposta para o esporte e o lazer no Estado entre os anos de 1995 e 1998. Vários são os pontos importantes da proposta, aqui serão discutidos três deles: a compreensão da fundamentação do esporte pelos profissionais, as interconexões entre as secretarias estaduais e os projetos do governo para o cotidiano dos indivíduos.

A fundamentação da proposta tem várias direções, tornando-se bastante abrangente com orientações de profissionais envolvidos nas diversas áreas. É preciso descrever cada uma das intencionalidades, a fim de se conseguir uma análise mais detalhada.

Da **democratização** da prática do Esporte e Lazer, guiado por diretrizes que assegurem o acesso da população, sem qualquer prática discriminatória.

Da **humanização**, estimulando a população a viver e sentir o prazer proporcionado pelo lúdico, valorizando o homem como sujeito de toda a ação.

Do **conhecimento** relativo ao Esporte e Lazer, traduzindo em linguagem simples e objetiva de modo a ser facilmente entendido pela população e por todos os segmentos sociais.

Da **participação**, estimulando a autogestão, através de processo de descentralização que conduza à solução de problemas a partir da própria realidade, necessidade e demandas locais.

Da **descentralização**, conquistada pela autogestão nas ações e procedimentos, valorizando-se o conhecimento, a atitude e a busca de soluções baseados nas próprias necessidades.

Da **evolução** garantida pela renovação e constante, não permitindo a estagnação do processo.

Da **educação**, conquistada através do desenvolvimento de uma nova cultura de saúde, esporte e lazer.

Da **continuidade**, assegurada pelo contínuo do desenvolvimento em função da melhoria da qualidade de vida da população, sem quaisquer interrupções ou rupturas.

Da **ética**, respaldada pelas ações claramente sustentadas em fundamentos filosóficos e no conhecimento científico, culminando com a afetividade do comprometimento de cada instituição e pessoa física com todos os segmentos da sociedade.

Da **interação**, assegurada pelo funcionamento harmônico e integrado de todas as instituições e profissionais que compõe o Sistema Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer.

Da **diferenciação**, garantida por ações eficazes e correlatas a cada realidade, possibilidade e necessidade, respeitando-se diversidades e características locais da sociedade.

Da **ecologização**, valorizando a relação homem-natureza, especialmente através de atividades junto a natureza como instrumentos de educação ambiental.

Da **autonomia**, garantida pelo funcionamento autônomo de cada instituição e pessoa física, como únicos responsáveis pela decisão sob forma de organização para a prática e administração das atividades do esporte e lazer.

Da **liberdade**, como reflexo da livre prática e administração das atividades esporte e lazer.²⁶

Ao comparar a proposta com os projetos dos governos anteriores, verifica-se uma maior abrangência do conceito de esporte e um aumento da rede de fatores que o envolve. Enquanto a base das ações administrativas anteriores eram questões políticas, filosóficas, democráticas e científicas, a fundamentação dessa proposta está calcada em democratização, conhecimento, humanização, participação, descentralização, ética, evolução, continuidade, interação, liberdade, autonomia, diferenciação e ecologização.

O primeiro impacto de quem está tendo contato com a nova fundamentação do esporte é a profunda mudança no eixo das políticas estaduais de esporte e lazer. Trabalhar no sentido da descentralização, da humanização, da democratização, da participação, da ética e dos demais itens aproxima o poder público da sociedade, porque estes são pontos fundamentais para que uma política pública do esporte auxilie na formação integral do indivíduo.

²⁶ Programa para esporte e lazer do governo Jaime Lerner, (1995-1998).

A fundamentação teórica dessa proposta governamental traz avanços significativos, com a perspectiva da inclusão do esporte na sociedade, mas a elaboração dos programas não demonstra avanços. Os projetos das diretorias de esporte estão basicamente direcionados às atividades competitivas, mantendo como pano de fundo os jogos oficiais. Eis os projetos de cada uma das diretorias da Paraná Esporte:

PROGRAMA DE EVENTOS ESPORTIVOS

Jogos Universitários
Jogos para Pessoas Portadoras de Deficiência
Jogos Indígenas
Jogos dos Trabalhadores
Jogos das Escolas de Educação Física
Jogos dos Servidores das Universidade do Paraná
Jogos dos Servidores Públicos do Paraná
Jogos Regionalizados

PROGRAMA DE ESPORTE RENDIMENTO

JOJUP'S
JAP'S
JAB'S
Pólos Esportivos
Paraná Nacional
Paraná Olímpico
Apoio ao Esporte Rendimento (Atletas / Equipes / Federações) com o Marketing
Intercâmbios

PROGRAMA DE ESPORTE ESCOLAR

JEP'S
Paraná nos JEP'S
Fruto da Terra
Pólos Esportivos (Iniciação)
Aptidão Física e Saúde do Escolar Centro de Excelência
Jogos da Juventude
Festivais
Piá Bom de Bola

PROGRAMA DE EVENTOS DE LAZER

Festivais de Lazer (Lazer em Ação)
Costa Oeste
Eco Verão
Apoio a Eventos Municipais
Férias na Cidade²⁷

A contradição entre a fundamentação e os programas é evidente. De um lado, encontra-se o discurso de humanização, educação, participação, conhecimento, liberdade e autonomia. De outro, os programas diretamente ligados aos jogos, ao

rendimento, à aptidão física, à *performance* esportiva. Com isso, parece haver um certo desequilíbrio entre as partes da proposta. Nos programas atuais, assim como nos eventos realizados nas gestões anteriores, observam-se poucos projetos alternativos. Logicamente, há variações entre as diversas propostas governamentais, principalmente pela ênfase que o atual governo dá aos projetos relacionados a eventos e ao esporte rendimento.

A questão central no momento é compreender qual a finalidade dos programas, se são meios para alcançar os fundamentos propostos ou fins em si mesmos, como historicamente foi sendo desenvolvido o esporte no Estado. Esses jogos têm como objetivo incentivar a prática esportiva na sociedade ou são programas constituídos apenas para alcançar o rendimento?

Com tanta ênfase nos programas do esporte de rendimento e dos eventos, evidencia-se a reprodução das práticas historicamente realizadas, pois o esporte, quando não é bem estruturado no conjunto da sociedade, torna-se seletivo e excludente. Mais um vez reforça-se a idéia de descobrir o papel das políticas públicas frente à estrutura do esporte.

As interconexões estabelecidas no interior da proposta estão longe de proporcionar uma relação estreita entre a prática esportiva e os indivíduos. Esse também é o posicionamento de Elias, que argumenta sobre a intenção da racionalidade administrativa:

Assim, de um modo geral, os governos actuais defendem – talvez de boa fé – que conseguirão ultrapassar de um modo racional e realista os seus problemas sociais mais prementes. Mas a verdade é que só conseguem preencher as lacunas do nosso ainda rudimentar conhecimento dos factos sociais, no que

²⁷ Programa para esporte e lazer do governo Jaime Lerner (1995-1998).

respeita à dinâmica das interconexões sociais, com doutrinas dogmáticas, panacéias ou considerações de interesses partidários a curto prazo.²⁸

Sem fazer juízo de valor sobre a política estadual de esporte, considera-se a colocação do autor muito pertinente, caso seja focalizada a fundamentação inicial da proposta, as ações planejadas e os interesses políticos intrínsecos do governo.

Apesar do poder público ainda deter em suas mãos o domínio das iniciativas no campo esportivo, a maioria das práticas desenvolvidas na sociedade é realizada, desde o começo do século, nos clubes, nas associações esportivas, em locais públicos e, mais recentemente, em espaços da iniciativa privada.

A busca da eficiência e da racionalização administrativa do esporte no Estado trouxe embutida na proposta uma rede de interconexões entre diversos órgãos governamentais, estabelecendo assim inúmeras parcerias entre a Secretaria de Estado de Esporte e Turismo com os demais órgãos burocráticos do Estado²⁹.

As parcerias existentes entre as secretarias do governo são fundamentais para melhorar o serviço prestado à população e para a eficiência da administração. O modelo de complexidade burocrática da administração atual tende a aumentar a rede de interconexões no interior do Estado paranaense.

Concomitantemente, a rede de ligação entre as secretarias e o governo estadual estabelece, como um dos objetivos dos profissionais da área³⁰, a busca

²⁸ ELIAS, *Busca da excitação...*, p. 33.

²⁹ As instituições inseridas na proposta da Paraná Esporte como possíveis parceiras da Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, para realizar programas esportivos são. Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Secretaria de Estado da Administração, Secretaria de Estado do Planejamento, Secretaria de Estado da Segurança Pública, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, as municípios, as instituições de ensino superior, as entidades estaduais de administração do desporto (federações) As entidades de práticas desportivas (ligas) A iniciativa privada e outras entidades.

³⁰ Programa para esporte e lazer do governo Jaime Lerner (1995-1998).
Ação Profissional para Diretrizes Políticas e Filosóficas

incessante da eficiência e da eficácia na prestação de seus serviços. Quase toda a ação governamental, no período entre 1995 e 1998, estava centrada na proposta da racionalidade e da eficiência.

Como exemplo da ligação entre os órgãos públicos e privados, pode-se citar a parceria que criou o Centro de Excelência do Voleibol, cuja intenção era consolidar uma ligação entre a Secretaria Estadual de Esporte e Turismo, a Secretaria Estadual de Educação e o Centro Rexona de Excelência do Voleibol. Para tanto, cada um desses órgãos possui algumas funções:

CENTRO REXONA DE EXCELÊNCIA DO VOLEIBOL

Coordenação geral e técnica do projeto

Preparar os professores dos Núcleos através do Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento em Voleibol

Supervisionar todas as atividades dos Núcleos buscando manter o nível de excelência exigido pelo projeto

Fornecer os materiais e equipamentos de sua responsabilidade aos Núcleos

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E TURISMO

Responsável juntamente com a secretaria de Educação, pela escolha da cidade para a implantação do Núcleo Rexona obedecendo aos pré-requisitos estabelecidos pelo Centro Rexona de Excelência do Voleibol

Fornecer os materiais e equipamentos de sua responsabilidade aos Núcleos

Coordenação da infra-estrutura técnica dos Núcleos através de seus Centros Regionais:

- avaliação juntamente com a Secretaria de Educação, das condições da quadra e da escola candidata, de acordo com os pré-requisitos para a implantação do mesmo

- transporte do material para os Núcleos e etapas regionais do Internúcleos

- estrutura operacional e física do Torneio Internúcleos

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Com o propósito de assegurar o desenvolvimento do esporte e lazer no Estado do Paraná, valorizando vocações locais e considerando acima de tudo variáveis tecnológicas, políticas, econômicas, legais, sociais, culturais, demográficas, e ecológicas que afetam no ordenamento e funcionamento do complexo sistema de organização – Sistema Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer – propõe aos dirigentes responsáveis pela implantação do política Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer, em seu campo de atuação, a atenção a estas variáveis, o que resultará em ações efetivas, eficientes e eficazes, que conduzam o esporte e lazer no Estado do Paraná a uma situação cada vez mais próxima dos anseios e necessidades da sociedade.

Igualmente será observado que o desenvolvimento crescente das atividades do esporte e lazer marcado por características e tendências diretamente ligadas ao processo de evolução pelo qual passam todas as áreas do conhecimento humano, e em alguns casos antecipando fatos e concepções futuras, sempre acompanhadas pela atuação dos profissionais do segmento.

Responsável, juntamente com a Secretaria de Esporte e Turismo, pela escolha da cidade para a implantação do Núcleo Rexona obedecendo aos pré-requisitos estabelecidos pelo Centro Rexona de Excelência do Voleibol
 Selecionar, dentro dos pré-requisitos determinados pelo Centro Rexona, os Professores da rede estadual que deverão ministrar as aulas
 Responsável pelo pagamento mensal dos professores
 Responsável pelo envio e participação dos professores no Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento em Voleibol, para serem credenciados junto ao Rexona e no Encontro de Avaliação e Reciclagem, também em Curitiba, pelo menos uma vez por ano
 Coordenação e supervisão, através de seus Núcleos Regionais:
 - avaliação, juntamente com a Secretaria de Esporte e Turismo, das condições da quadra e da escola candidata de acordo com os pré-requisitos para a implantação do mesmo
 - desenvolvimento do projeto relativo à assiduidade dos professores e ao recebimento e segurança do material
 estrutura e alimentação em todas as etapas do torneio Internúcleos.³¹

A permanente relação entre esses órgãos é fundamental para a composição da rede de interdependência e para alcançar uma maior eficiência na gestão esportiva, entretanto se deve refletir sobre a efetivação e a participação da sociedade no programa.

Todavia, algumas vezes a intenção do governo se perde no transcurso das ações políticas e os interesses de curto prazo se sobrepõem às propostas iniciais. Com isso, as contradições entre a teoria e a prática aparecem, deixando de lado os interesses da sociedade para suprir outros interesses.

Além da elaboração dos citados projetos, o governo estabeleceu outras prioridades para o esporte. Essas atividades serão discutidas a partir da espetacularização esportiva, da atual legislação e da participação do Estado na gerência do esporte.

³¹ Projeto do Centro Rexona de Excelência do Voleibol.

A AÇÃO GOVERNAMENTAL NO PARANÁ E A ESPETACULARIZAÇÃO ESPORTIVA

Dos projetos postos em prática pelo governo, dois se tornaram prioridades: os Jogos Mundiais da Natureza e os Centros de Excelência. Esses projetos têm, como ponto de partida, a espetacularização esportiva e as parcerias entre o poder público e a iniciativa privada. A questão que se levanta agora é a passagem do poder público para a iniciativa privada e o domínio do campo esportivo, pela espetacularização.

A ênfase nos novos projetos esportivos não inviabilizou os projetos anteriores, como os Jogos Abertos, os Jogos Escolares, os Jogos da Juventude. Com a mudança do eixo norteador da proposta e a inclusão dos Jogos Mundiais da Natureza e dos Centros de Excelência, o governo toma para si uma responsabilidade não assumida anteriormente no desenvolvimento do campo esportivo: a espetacularização dos eventos. A questão da espetacularização hoje é um dos pontos chave do esporte moderno, mas se questiona até quando o Estado deve interferir nessa organização ou em que momento as confederações, as federações, as ligas e os clubes devem participar efetivamente.

Desde a Lei Zico até a Lei Pelé³², a legislação federal procurou estabelecer incentivos de fortalecimento às federações, às ligas e a outras entidades privadas, desvinculando, de maneira mais incisiva, as atribuições do poder público das do privado. Com a possibilidade dessas instituições se tornarem mais abertas e

³² Lei Federal n. 9.615, de março de 1998 (Lei Pelé)

Seção IV do Sistema Nacional do Desporto

Art. 13. O Sistema Nacional do Desporto tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento.

Parágrafo único: O Sistema Nacional do Desporto congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normatização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente:

I - o Comitê Olímpico Brasileiro - COB;

II - o Comitê Paraolímpico Brasileiro;

III - as entidades nacionais de administração do desporto;

IV - as entidades regionais de administração do desporto;

V - as ligas regionais e nacionais;

VI - as entidades de prática desportiva filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores.

Art. 16. As entidades de prática desportiva e as entidades nacionais de administração do desporto, bem como as ligas de que trata o art. 20 desta Lei, são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, e terão as competências definidas em seus estatutos.

§ 1.º As entidades nacionais de administração do desporto poderão filiar, nos termos de seus estatutos, entidades regionais de administração e entidades de prática desportiva.

§ 2.º As ligas poderão, a seu critério, filiar-se ou vincular-se a entidades de administração do desporto, vedado a estas, sob qualquer pretexto, exigir tal filiação ou vinculação.

§ 3.º É facultada a filiação direta de atletas nos termos previstos nos estatutos das respectivas entidades de administração do desporto.

Art. 18. Somente serão beneficiadas com isenções fiscais e repasses de recursos públicos federais da administração direta e indireta, nos termos do inciso II do art. 217 da Constituição Federal, as entidades do Sistema Nacional do Desporto que:

I - possuírem viabilidade e autonomia financeiras;

II - apresentarem manifestação favorável do Comitê Olímpico Brasileiro - COB ou do Comitê Paraolímpico Brasileiro, nos casos de suas filiadas ou vinculadas;

III - atendam aos demais requisitos estabelecidos em lei;

IV - estiverem quites com suas obrigações fiscais e trabalhistas.

Parágrafo único. A verificação do cumprimento da exigência contida no inciso I é de responsabilidade do INDESP, e das contidas nos incisos III e IV, do Ministério Público.

Art. 20. As entidades de prática desportiva participantes de competições do Sistema Nacional do Desporto poderão organizar ligas regionais ou nacionais.

§ 1.º VETADO (*As ligas poderão organizar suas próprias competições, em coordenação com a entidade nacional de administração do desporto, respeitados os compromissos nacionais e internacionais.*)

§ 2.º As entidades de prática desportiva que organizarem ligas, na forma do *caput* deste artigo, comunicarão a criação destas às entidades nacionais de administração do desporto das respectivas modalidades.

§ 3.º As ligas integrarão os sistemas das entidades nacionais de administração do desporto que incluírem suas competições nos respectivos calendários anuais de eventos oficiais.

§ 4.º Na hipótese do *caput* deste artigo é facultado às entidades de prática desportiva participar, também, de campeonatos nas entidades de administração do desporto a que estiverem filiadas.

§ 5.º É vedada qualquer intervenção das entidades de administração do desporto nas ligas que se mantiverem independentes.

presentes na sociedade, pode-se aproximar essas ações das realizadas pela Federação Desportiva Paranaense na década de 50, quando era possível uma cidade ou uma modalidade esportiva ter mais de uma liga ou associação, como a Liga de Esportes Atlético de Londrina e a Liga Atlético Londrinense, ou a Liga Pontagrossense de Bola ao Cesto e a Liga Desportiva de Ponta Grossa. Essas entidades eram criadas pelos clubes participantes, ou seja, pela conjunto da sociedade, independentemente da ação do governo.

A nova lei federal estimula justamente a maior flexibilidade das instituições privadas, pois o que antes era um dever do Estado passou agora à iniciativa privada. Embora tenha havido uma pressão das sociedade na elaboração da lei, no sentido de consolidar a abertura de instituições, estas não são criadas de uma hora para outra. Isso requer tempo, fortalecimento das instituições privadas e participação dos indivíduos.

Além da lei federal, que proporcionou mais espaços para as ligas, federações e confederações esportivas, os projetos de âmbito estadual também possuem itens que indica a valorização dessas entidades. Mas isso nem sempre ocorre na prática, pois a mudança nesse processo, pela estrutura montada no decorrer dos anos, é lenta e gradual.

Após resgatar a questão legal da estrutura do esporte brasileiro, verificou-se com mais detalhes o andamento dos projetos atuais do governo estadual. A sequência será dada inicialmente com os Centros de Excelência.

Quando se pensa nos Centros de Excelência, já nos governos passados (governos Álvaro Dias e Roberto Requião) estava embutido em suas propostas governamentais, o compromisso de promover a humanização, a autonomia, a liberdade,

a transparência, a participação, a atitude científica, o profissionalismo e principalmente a ética nas relações de interdependência entre os indivíduos³³. Mas foi com o impulso da administração atual que o projeto foi posto em prática com outra roupagem.

A roupagem utilizada rompe com a proposta inicial, pois se valorizar além de todos os itens anteriores, o esporte de alto rendimento. As parcerias entre o poder público e a iniciativa privada são feitas no sentido de colocar o Estado do Paraná no circuito nacional de grandes eventos do esporte espetáculo.

O primeiro projeto de Centro de Excelência firmado foi a parceria entre a Paraná Esporte e a Gessy-Lever, uma empresa multinacional que tem grande inserção nos produtos higiênicos. A marca utilizada pela Gessy-Lever foi a Rexona.

Esse projeto constituiu-se em duas partes. Uma delas foi a criação de uma equipe de alto nível que disputa a liga nacional, e a outra foi a formação de futuros atletas nas escolinhas. Essas eram distribuídas em 22 núcleos, comandados pelo governo do Estado e pelo Centro de Excelência Rexona.

Na parceria estabelecida, coube à Paraná Esporte dar toda a infraestrutura necessária para a montagem de uma equipe de voleibol feminino e para incentivar a prática do voleibol em várias cidades do Estado. Ficou ao encargo da Gessy-Lever o pagamento dos atletas, técnicos e demais despesas com a equipe principal, além da elaboração das estratégias para as escolinhas de voleibol. Os objetivos do Centro Rexona de Excelência do Voleibol são os seguintes:

CENTRO REXONA DE EXCELÊNCIA DO VOLEIBOL

Criar um dos maiores núcleos de talentos e profissionais, contribuindo para o futuro do voleibol brasileiro.

Democratizar a prática do voleibol no Estado do Paraná.

³³ Propostas dos governos Álvaro Dias e Roberto Requião.

Estimular o desenvolvimento das crianças através da atividade esportiva que auxilia na promoção da saúde, educação e convívio social.

Tornar o Paraná um centro de referência de voleibol no Brasil e no mundo.

NÚCLEOS LIGADOS AO CENTRO REXONA DE EXCELÊNCIA DE VOLEIBOL

Difundir a prática esportiva através do voleibol, utilizando o mini-vôlei como método de aprendizagem.

Criar oportunidades às crianças carentes a iniciarem no esporte.

Desenvolver um projeto social, tendo o voleibol como meio auxiliar no desenvolvimento global das crianças, ajudando a formar melhores seres humanos.³⁴

O projeto teve como intenção inicial, além da formação da equipe de alto rendimento, que foi campeã brasileira já no primeiro evento em que participou (1997-98), a participação da sociedade, através da prática do voleibol nas escolas públicas e privadas, incentivando principalmente as crianças e os adolescentes. Dos 22 núcleos previstos no projeto, 20 estavam inseridos nas escolas públicas de todo o Estado e dois em escolas privadas.

Com a consolidação da parceria, projetou-se tanto o voleibol feminino quanto o Estado no cenário nacional. Está exemplificada no primeiro Centro de Excelência a relação mais sólida entre o poder público e a iniciativa privada. Entretanto, no documento elaborado pelo Centro Rexona de Excelência de Voleibol e pela Paraná Esporte, a Federação Paranaense de Voleibol não está presente, o que demonstra uma certa distância da Federação de Voleibol nas decisões tomadas acerca da evolução do voleibol no Estado.

Para entender essa questão, verifica-se o processo ocorrido com o voleibol nacional na década de 80. O mentor da iniciativa de reestruturação do voleibol no país foi a Confederação Brasileira de Voleibol³⁵ e não o poder público. Foi essa

³⁴ Projeto de criação do Centro Rexona de Excelência do Voleibol.

³⁵ MARCHI JR., Wanderley. *Uma história social do voleibol no Brasil nas décadas de 1960 a 1990: a grande "sacada" do esporte*. Projeto de tese de Doutorado que está sendo desenvolvido na Faculdade de Educação Física, Unicamp, 2000.

confederação que organizou toda a mudança e incentivou a presença da iniciativa privada no interior do campo esportivo. No Paraná, foi o poder público que tomou a iniciativa desse processo, pois a parceria ocorreu entre a Paraná Esporte e o Centro Rexona de Excelência de Voleibol, e não entre a Federação Paranaense de Voleibol e a empresa privada.

Percebe-se que aproximação do poder público com a iniciativa privada na modalidade voleibol é de vital importância para o seu crescimento. Principalmente em momentos de transformação da estrutura esportiva, como atualmente. Entretanto, para que essa modalidade possa alcançar uma maior autonomia e uma maior participação da sociedade, a Federação Paranaense de Voleibol ou outra entidade privada, deve auxiliar de maneira mais efetiva na elaboração dos projetos.

O outro Centro de Excelência constituído é o do basquetebol feminino, chamado de Paraná Basquete Clube e sediado em São José dos Pinhais, cidade localizada na Região Metropolitana de Curitiba. Diferente do projeto anterior, este Centro de Excelência, até o momento, ainda não tem nenhuma aproximação com a iniciativa privada, pois as despesas com o pagamento de atletas, técnicos e dirigentes são financiadas pelo governo estadual e o governo municipal de São José dos Pinhais. Cabe ressaltar que o governo busca entendimentos com alguma empresa privada para financiar o projeto.

Como no projeto do voleibol, o Centro de Excelência do Basquetebol possui dois objetivos congruentes. O primeiro deles é a equipe principal, que consta com jogadoras de primeiro nível do cenário nacional e internacional e disputa a liga nacional de basquetebol. O segundo objetivo é incentivar as crianças e os adolescentes, na busca de futuros atletas. Essa formação é feita nos núcleos, sob a responsabilidade

das cidades sedes e supervisionada pelo Paraná Basquete Clube. Destacam-se os objetivos do projeto:

Objetivos Sociais - Integração social da criança

Maior aproveitamento das horas ociosas.

Tirar a criança das ruas e orientá-las para a vida esportiva, desta forma ficarem longe do álcool, do fumo e das drogas. Orientar a criança para a sua formação

Objetivos como ser humano

Técnicos

Desenvolvimento sadio da mente e do corpo.

Desenvolvimento do compreender, planejar e resolver problemas que serão apresentados no campo de sua formação.

Motivação para participar da modalidade de Basquetebol.

Futuro atleta, professor técnico e colaborador.³⁶

Nas propostas, a ênfase dada às crianças era no sentido de valorizar a formação do ser humano e do atleta. No primeiro ano de funcionamento, foram atendidas mais de 4 mil crianças espalhadas em núcleos municipais (São José dos Pinhais, Castro, Jacarezinho, Astorga, Curitiba, Toledo, Campo Mourão, Cornélio Procopio e Pato Branco).

Outra vez, pela montagem do projeto, percebe-se que a Federação Paranaense de Basquetebol não foi mencionada no processo. Portanto, na relação da iniciativa privada com o poder público, sente-se a falta de uma participação mais ativa da entidade que, teoricamente, deveria estruturar a modalidade esportiva no Estado.

Além do Centro de Excelência do Voleibol feminino e do Basquetebol feminino, outros centros estão sendo estudados atualmente, como os de xadrez, basquetebol masculino, atletismo, judô, ciclismo e natação. No fundo, as parcerias estabelecidas entre o governo do Estado e a iniciativa privada têm por objetivo a espetacularização, o esporte de alto rendimento. Nesse novo jogo da estrutura esportiva,

³⁶ Projeto de criação do Paraná Basquete Clube, desenvolvido pela Paraná Esporte e pela ex-jogadora Hortência Marcari Oliva.

questiona-se até que momento o governo deve intervir, considerando-se a espetacularização do campo esportivo, a legislação, a comercialização dos eventos, a sociedade de consumo e principalmente a participação da sociedade nas atividades esportivas.

No atual estágio de desenvolvimento do campo esportivo, a mercantilização do esporte entra como a maior parcela da estrutura. São bilhões de dólares envolvidos em todas as modalidades esportivas, passando pelas mais variadas formas de vincular os produtos à imagem do esporte ou dos atletas. Se as ações para o esporte estão no caminho da relação com a espetacularização, como buscar um equilíbrio pela inclusão mais ativa da sociedade?

Além da retórica contida nas propostas de organização dos Jogos Abertos, dos Jogos Escolares e dos Jogos Juventude estruturados gradualmente a partir da década de 50, o Estado buscava maior inserção no campo esportivo. Resta saber agora qual a finalidade do poder público. Enquanto de um lado administrações estão querendo diminuir o poder do Estado, de outro, a posição política incentiva uma maior presença, como o caso do modelo utilizado no Paraná. Nesse sentido, deve-se rediscutir o papel do Estado e o conceito de esporte atual.

Outro projeto relevante para essa administração foi o dos Jogos Mundiais da Natureza. Com o discurso de desenvolver economicamente a região oeste do Estado, aproveitando os recursos naturais existentes, o governo elabora e executa o projeto dos Jogos Mundiais da Natureza, realizados em 1997, em Foz do Iguaçu e cidades vizinhas.

Durante a sua execução, foram gastos milhões de dólares da iniciativa privada e do governo estadual, sob o pretexto de auxiliar na infra-estrutura das cidades sedes e de alavancar o turismo. Esses jogos envolveram diretamente inúmeras

Secretarias de Estado, prefeituras, federações, entidades esportivas e a iniciativa privada, montando uma rede de interconexões bastante complexa.

No decorrer da organização, ficaram estabelecidas as modalidades esportivas nos I Jogos Mundiais da Natureza:

Esportes do ar

Balonismo

Pára-Quedismo

Sky Surf

Esportes da água

Canoagem de Travessia

Rafting

Canoagem de Slalom

Pesca

Vela

Esportes de Terra

Orientação com Arco

Escalada

Ciclismo

Hipismo

Triathlon

Golfe³⁷

Para a participação nos jogos, foram convidados os melhores atletas do mundo nas respectivas modalidades, com as despesas patrocinadas pela organização do evento, ou seja, pelo governo do Estado e algumas empresas privadas. Os Jogos Mundiais da Natureza estão previstos a cada quatro anos, sempre no mesmo local, e já contam com o apoio do Comitê Olímpico Internacional.

A questão que está sendo levantada não é referente à questão financeira, mas à inserção da espetacularização esportiva e à relação das modalidades com os *habitus* esportivos dos indivíduos.

As modalidades esportivas escolhidas para compor os Jogos Mundiais da Natureza, refletiam, na essência, a espetacularização, pois modalidades como sky surf,

³⁷ Dados tirados da proposta dos Jogos Mundiais da Natureza, realizados entre os dias 27 de setembro a 5

balonismo, rafting, orientação com arco, hipismo são atividades de cunho espetacular. Essas modalidades, na sua maioria, eram novidades para os moradores da região, pois não tem a haver com os *habitus* esportivos dos indivíduos da região oeste do Estado, embora, houvesse, de certa maneira, a participação da sociedade na construção dos jogos, como voluntários ou como espectadores. De modo geral, a população não sabia nem como essas modalidades eram praticadas.

O que ocorreu nesse projeto foi o inverso do ocorrido na década de 50, quando o governo organizou os jogos mas manteve as práticas esportivas desenvolvidas pelos indivíduos, como por exemplo o bilhar, o punhobol, o beisebol, a bocha e outras. Essas modalidades esportivas vinham sendo praticadas desde o final do século passado, com a formação dos clubes sociais e esportivos.

A diferenciação entre os dois períodos demonstra as mudanças que ocorreram na administração e na compreensão do esporte através dos tempos. As contradições existentes entre a forma de governar e compreender o esporte refletem também os próprios anseios dos indivíduos.

Numa sociedade de consumo como a atual, a estrutura do campo esportivo está mais voltada para as leis do mercado do consumo e da demanda que propriamente aos *habitus* dos indivíduos. Entretanto, o equilíbrio entre as necessidades da sociedade e a imposição do mercado deve ser propiciado pelo Estado. Isso quer dizer que a prática esportiva realizada pelo conjunto dos indivíduos deve ter o mesmo espaço na administração governamental que as imposições do mercado.

Nesse jogo entre o poder público e a iniciativa privada, deve-se ter clareza da disputa por espaço para comandar o campo esportivo e, conseqüentemente,

para dominar o espetáculo. A atual estrutura do campo esportivo aparentemente ainda perpetua a participação do governo na maioria das ações referentes ao o esporte no Paraná.

Por isso, a posição do governo, tomada através desses projetos, faz refletir sobre seus objetivos. Até que momento o governo deve continuar agindo na estrutura das práticas esportivas? Os projetos dos Centros de Excelência e dos Jogos Mundiais da Natureza são fundamentais para consolidar o esporte de alto rendimento no Estado, mas convém, como na década de 50, haver uma presença maior da sociedade com a participação das confederações, federações, ligas e clubes na elaboração e organização da estrutura esportiva paranaense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da estrutura esportiva, buscou-se no decorrer da pesquisa, um entrelaçamento entre a organização dos indivíduos, do Estado e da sociedade. Com a correlação de forças entre as partes, surgiram algumas variáveis que serviram para construir as reflexões sobre o tema tratado.

Essas reflexões foram feitas sob três perspectivas básicas. Primeiro, parte-se da formação dos clubes e do início da estrutura esportiva no Paraná, depois é enfocada a ação do Estado para o esporte a partir da década de 50 e, por fim, é feita uma análise do papel do Estado no sistema esportivo atual.

Quando as primeiras fontes relativas à formação dos clubes esportivos e sociais começaram a ser analisadas, tinha-se como intenção extrair dos documentos indicativos de como a sociedade estava se organizando. Com isso se pôde definir as quatro características dos clubes esportivos (o primeiro tipo de agrupamento era ligado às entidades culturais, literárias e políticas, no segundo grupo as entidades eram constituídas por pessoas de alto poder aquisitivo, o terceiro grupo de clubes foram os

organizados pelos imigrantes europeus, e o quarto grupo, formado pelos clubes beneficentes operários). Junto com a organização dos clubes, gradualmente foram se consolidando no interior da sociedade paranaense alguns habitus esportivos trazidos pelos imigrantes ou pela elite econômica, literária e cultural do Estado.

Uma questão interessante a ser destacada no processo de construção dos clubes é a adversidade entre as modalidades esportivas praticadas pelos indivíduos, bem como o comportamento relacionado às práticas. As atividades esportivas desenvolvidas nos clubes, como o tênis, o bilhar, o boliche, o bolão, o punhobol, a sinuca e posteriormente o beisebol, constituíram as modalidades que mais tarde iriam integrar o sistema esportivo. Num primeiro instante, o controle da dinâmica da estrutura esportiva estava centrado na ação dos clubes. Eram os indivíduos integrantes desses clubes que determinavam as modalidades e as formas das práticas esportivas.

Observou-se que no período em que a sociedade começava a se organizar por intermédio dos clubes esportivos e sociais, não havia uma ação direta do poder público sobre essa área. Com isso, a iniciativa de estabelecer os primeiros eventos esportivos foi dos próprios clubes, que formaram, somente em 1932, a Liga Atlética Paranaense (LAP). A participação ativa da sociedade na organização do esporte consolidou um modelo com forte presença dos clubes nas tomadas de decisão. Entretanto, com o passar dos anos, a própria sociedade começou a exigir uma participação mais direta do Estado, com o intuito de auxiliar na formação dos indivíduos. Assim, o Estado gradualmente começou a proporcionar uma ação mais direta na vida cotidiana dos indivíduos, principalmente a partir da regulamentação de leis específicas, tanto em nível federal quanto estadual.

No entanto não basta a regulamentação de uma lei para que esta seja

rapidamente incorporada pela sociedade, como aconteceu no caso específico da estrutura esportiva do Paraná. Ao se fazer a reflexão sobre a estrutura esportiva paranaense e a legislação, recuperou-se inicialmente a legislação esportiva no Brasil, que teve como grande marco o Decreto-Lei n. 3.199/41, que regulamentou os princípios básicos das ações dos clubes e das federações, e principalmente a posição do governo no controle das atividades esportivas. Essa lei e outras promulgadas pelos governos federal e estadual foram regulamentando e agindo sobre o sistema esportivo brasileiro em geral e sobre o paranaense em específico. Mas, não obstante esses fatos, destaca-se que cada caso possui uma especificidade própria dependendo da demanda da sociedade, e com isso o exemplo do Paraná pode ser diferente de outras regiões do país.

Assim, pode-se dizer que essa lei federal no Paraná só foi realmente incorporada pela sociedade quando o governo estadual começou a elaborar programas para o esporte e a promover uma fiscalização que atendesse a todo o Estado. Isso porque os indivíduos estavam exigindo cada vez mais uma participação do governo nas relações sociais.

Partindo dessa crescente demanda social, o governo começou a centralizar cada vez mais as ações esportivas em suas mãos, principalmente a partir da década de 50, com o financiamento de alguns clubes e do Conselho Estadual de Esporte, chegando a intervir na Federação Desportiva Paranaense, principalmente na elaboração de alguns eventos esportivos como os Jogos Escolares e os Jogos Abertos. Essa ação inicial, visou de estabelecer um equilíbrio das tensões existentes entre a sociedade e o governo estadual.

Com o passar dos anos, o número de programas para o esporte no Estado aumentou significativamente. Desde a formulação dos Jogos Abertos até o estágio atual

da estrutura esportiva, inúmeros projetos foram elaborados, sendo o esporte de alto nível a base desses projetos. Entretanto, analisou-se também nos projetos idealizados pelo governo estadual algumas tentativas de aumentar o número de participantes nas atividades esportivas. Essas propostas, somadas ao processo de descentralização e democratização do poder instaurado no Estado na década de 80, não alteraram significativamente o sistema esportivo. O governo ainda centrava em suas mãos o controle das ações esportivas, como vinha ocorrendo desde as primeiras intervenções da década de 50.

Além do processo estabelecido no interior da organização esportiva do Estado, houve um crescimento significativo da burocracia e das redes de interdependência que circundam o esporte desde a década de 50 até os dias atuais. No âmbito estadual, ocorreu a mudança da Divisão de Educação Física para o Departamento de Esporte e posteriormente para a Fundação de Esporte chegando atualmente a uma autarquia estadual, a Paraná Esporte. Cada mudança proposta pelo governo trouxe novos projetos que auxiliaram na formação, além de uma complexa rede de interconexões criadas ao redor do esporte em inúmeras cidades.

Já no âmbito das federações, ocorreu um desmembramento da Federação da Federação Desportiva Paranaense (FDP) em diversas outras entidades, principalmente com a abertura proporcionada pela Lei Federal n. 8.672/93 (Lei Zico), que estimulava o surgimento de novas instituições. Mesmo com essa abertura possibilitada pela lei, não se pode afirmar que os espaços ocupados pelas federações aumentaram significativamente no interior do campo esportivo.

O processo de consolidação da estrutura esportiva construído no decorrer dos anos sem dúvida foi muito importante para o desenvolvimento do esporte no

Estado. Entretanto, atualmente o esporte passa por várias transformações, principalmente pela inserção no mundo dos negócios. Buscou-se refletir sobre o papel do Estado frente ao desenvolvimento do esporte espetáculo, principalmente se as federações e outras entidades muitas vezes não desenvolvem plenamente suas funções, como foi apresentado na pesquisa.

Embora haja uma nova dimensão para o esporte moderno atualmente, verificou-se que uma das políticas governamentais desta administração estadual foi o incentivo aos programas dos Centros de Excelência – do Voleibol, do Basquetebol, de Xadrez e demais modalidades esportivas - e dos Jogos Mundiais da Natureza. Pela inclusão desses projetos na política institucional da Paraná Esporte, observa-se a iniciativa do governo em tomar para si novamente um papel que deveria ser executado pela iniciativa privada. Nesse processo de inserção do esporte espetáculo atualmente no Estado, percebe-se a preocupação com parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, sendo que o primeiro continua como o idealizador das propostas.

Como o próprio texto já demonstrou no seu desenvolvimento, o Estado concentrou em suas mãos a partir da década de 50, até mesmo pela demanda da sociedade, as ações da estrutura esportiva. O sistema esportivo continua sendo controlado pelo Estado, entretanto, pelas dimensões que o esporte assume atualmente na sociedade, as interferências são diferentes das ocorridas na década de 50. Portanto, a reflexão evidencia até que momento o governo deve continuar assumindo o papel de controlador do campo esportivo, bem como quais as alternativas a serem tomadas para que haja uma mudança no sistema.

Pelo jogo existente entre a sociedade e as ações governamentais, retorna-se novamente a legislação federal para o processo de análise. Destaca-se primeiramente

o Decreto-Lei n. 3.199/41, que só foi incorporado de maneira mais representativa pelo Estado e pela sociedade anos depois de sua regulamentação. A atual legislação brasileira para o esporte propõe mudança significativa no entendimento sobre o esporte. Entre os pontos previstos pela lei ocorre um valorização da iniciativa privada. A passagem do controle do campo esportivo do poder público para a iniciativa privada está garantida por lei, mas talvez ainda não estabelecida na prática.

No Paraná devido à contínua ação do poder público na organização esportiva do Paraná, percebe-se que a incorporação da legislação nacional pela sociedade requer algum tempo.

Como a própria legislação prevê e até mesmo os programas do governo do Estado, o poder público deve fortalecer as federações, as ligas e os clubes esportivos e ainda recuperar o esporte universitário. O fortalecimento dessas entidades não depende só da ação governamental, que pode propor alternativas para um aumento da prática esportiva, mas também da própria sociedade.

As três questões abordadas, primeiro a formação dos clubes e o início da estrutura esportiva no Paraná, depois o enfoque da ação do Estado para o esporte a partir da década de 50 e, por fim, a análise do papel do Estado no sistema esportivo atual, auxiliam a compreensão do processo de estruturação do esporte no Estado e sua atual contextualização. Qualquer mudança que venha a ocorrer nessa trajetória depende das relações construídas pelos indivíduos, pela sociedade e pelos Estados, pois cada um desses elementos não caminha sozinho; constituindo-se em elos de interdependência constante. Portanto, não se pretendeu chegar aqui a uma conclusão definitiva, mas sim a indicativos para novas reflexões sobre o tema, pois a verdadeira mudança depende da conjunção de todos os fatores que compõem o processo no qual se insere o esporte.

1 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Legislação Federal e Legislação Estadual

BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199 de abril de 1941.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.342, de 25 de março de 1943.

BRASIL. Lei n. 549 de 9 de janeiro de 1951.

BRASIL. Lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975.

BRASIL. Decreto-Lei n. 80.228, de 25 de agosto de 1977

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL, Lei Federal instaurada em 16 de novembro de 1889.

BRASIL, Lei n. 8.672, de 6 de julho de 1993.

BRASIL, Lei n. 9.615, de março de 1998.

PARANÁ, Constituição do Estado do Paraná de 1967.

PARANÁ, Lei Estadual n. 11.066, de 1º de fevereiro de 1995.

PARANÁ, Diário Oficial de 9 de Janeiro de 1951. Cria a Divisão de Educação Física.
subordinada ao Departamento do Ensino da Secretária de Educação e Cultura.

PARANÁ, Diário Oficial do Estado do Paraná de 1950.

PARANÁ, Governador Ney Aminthas de Barros Braga (1979-1982). Relatório atividades esportivas de 1980 da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

PARANÁ, Governador Ney Aminthas de Barros Braga (1979-1982). Relatório atividades esportivas de 1981 da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1982.

Regimentos, Estatutos, Programas E Propostas Governamentais.

Atas da Federação Desportiva Paranaense 30-50

Clube Curitibano, relatório do exercício de 1949. Curitiba – Paraná, 6 de janeiro de 1950.

Dados retirados junto ao Clube Atlético Rozenau, fundado em 24 de junho de 1950.

Dados retirados junto ao Avaí Futebol Clube, fundado em 2 de maio de 1961 na cidade de Ponta Grossa - Paraná

Estádio de Futebol na cidade de São Paulo, inaugurado em 28 de abril de 1940.

Estatuto do Country Clube de Maringá.

Estatuto do Tuiuti Esporte Clube, entidade social e esportiva localizada em Cascavel.

Extrato tirado do Estatuto do Guarani Esporte Clube de Ribeirão Claro.

Estatuto do Clube de Xadrez de Londrina, fundado em 3 de fevereiro de 1951.

Estatuto do Country Clube de Maringá.

Estatuto do Tuiuti Esporte Clube, entidade social e esportiva localizada em Cascavel.

Plano de Governo do Estado do Paraná de 31-1-1951 a 3-4-1955

Liga Atlética Paranaense, ata de 23 de maio de 1932.

Primeiro Estatuto da Federação Paranaense de Basquetebol, fundado em 8 de janeiro de 1951.

Programa para Esporte e Lazer do governo Jaime Lerner, 1995-1998.

Projeto do Centro Rexona de Excelência do Voleibol.

Projeto do Paraná Basquete Clube desenvolvido pela Paraná Esporte.

Projeto dos Jogos Mundiais da Natureza realizados entre os dias 27 de setembro a 5 de outubro de 1997 em Foz do Iguaçu.

Proposta do governo estadual, gestão Ney Braga, para o esporte.

Proposta de criação do Conselho Municipal de Esporte do governo José Richa 1982-1986.

Regimento Interno Clube Republicano Paranaguá.

Regimento Interno Club Litterário Paranaguá.

Regimento Interno Sociedade Operária Beneficente Internacional Água Verde.

Regimento Interno Sociedade Operária Batel.

Regimento Interno Clube Thalia.

Regimento Interno Graciosa Country Club.

Regimento Interno Clube Pontagrossense.

Regimento Interno Clube Curitibano.

Registro conseguido junto ao Estatuto do Clube Hípico de Maringá.

Primeiro Estatuto da Federação Paranaense de Basquetebol, fundado em 8 de janeiro de 1951.

Proposta da Política Estadual de Esporte, Secretaria Especial de Esporte, Fundação de Esporte do Paraná. Proposta elaborada por um grupo de técnicos da área de Educação Física no governo de Álvaro Dias (1987-1990).

Relatórios

As fontes sobre os Jogos Abertos foram coletadas nos relatórios finais das competições, junto à Secretaria Estadual de Esporte e Turismo, Paraná Esporte. Esses relatórios continham o número de cidades participantes, o número de atletas, as modalidades esportivas, entre outras informações.

Artigos

BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 3, p. 70, 1959.

BATISTA, Maristela Iurk. *Clube Princesa dos Campos - 1897-1997: 100 anos de beneficência, conquistas e realizações na sociedade ponta-grossense*. Ponta Grossa: Inpag, 1998. —

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO. *Relatório de análise da economia paranaense*. 1948-1958. PLADEP, Curitiba, 1961.

ELIAS, Norbert. On human beings and their emotions: a process sociological essay, In *The body: social process and cultural theory*. london: sage publications,

DUNNING, Eric. *Football in the civilizing process*. Coletânea do V Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Maceió: Editora da UNIJUÍ, 1997. p. IV

MAGALHÃES FILHO, Francisco. Evolução histórica da economia paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 28, p. 31-52, 1972.

MARCHI JR. Wanderley. *Uma história social do voleibol no Brasil nas décadas de 1960 a 1990: a grande “sacada” do esporte*. Projeto de tese de doutorado que está sendo desenvolvido na Faculdade de Educação Física, Unicamp, 2000.

MENDES, Renato. A reformulação do esporte brasileiro. *Revista da FESTUR*, ano 2, v. 2, p. 35, 1990.

- MEZZADRI, Fernando Marinho. *A prática esportiva nos clubes sociais no estado do Paraná e suas possíveis configurações: 1870 – 1930*. Coletânea do VI Congresso Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física, Rio de Janeiro, 1998.
- NEGREIROS, Plínio José Labriola de C. *O estádio do Pacaembu*. Coletânea do V Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Maceió, 1997.
- Revista Esporte e Ação. *Um sonho paranaense*, 1985 p. 8-11.
- Revista Panorama, Curitiba, v. 8, n. 69, p. 46-49, 1958.
- OLIVEIRA, Paulo Roberto de; OLIVEIRA, Angela Beatriz P. C. *Da regionalização à descentralização um processo*. Revista da Fundação de Esporte e Turismo. Curitiba, ano 2, v.2, p. 5-14, 1990.
- TUBINO, Manuel José Gomes. Uma visão paradigmática das perspectivas do esporte para o início do século XXI. In MOREIRA, Wagner Wey. Educação física & esporte: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.
- VIEIRA, Édison . O Paraná reinventado: política e governo. *Revista do Ipardes*, Curitiba, 1989.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. Política paranaense do século XIX *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 4, p. 81-96, 1969.
- ZALUAR, Alba. *O esporte na educação e na política pública*. Revista Educação & Sociedade, Campinas Ano XII, abril, 1991.

Livros e Teses

- AZEVEDO, Fernando. *Da Educação Física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser*. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960.
- BATISTA, Maristela Iurk. *Clube Princesa dos Campos - 1897-1997: 100 anos de beneficência, conquistas e realizações na sociedade ponta-grossense*. Ponta Grossa: Inpag, 1998. __
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- _____, *Sociologia e história*. 2. ed. Porto: Afrontamento, 1980.
- BURSZTYN, M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CARR, Edward Hallet. *Que é história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARVALHO, Alfredo Melo de. *desporto e autarquias locais*. Porto: Campos das Letras, 1994.
- CHAUÍ, Marilena; e FRANCO, Maria Sylvia. *Ideologia e mobilização popular*. Cedec/ Paz e Terra, 1978.
- ELIAS, Norbert; e DUNNING, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: DIFEL, 1987.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Edições 70, 1970.

- _____. *Envolvimento e distanciamento: estudos sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- _____. *Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- _____. Norbert *Os alemães luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Michael Schröter ed. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- _____. *O processo civilizador: uma história dos costumes* V. 1 – 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
- _____. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. V. 2 - 2. ed. - Rio de Janeiro: J. Zahar 1994.
- _____. *Humana conditio*. Barcelona: Hurope, 1985.
- _____. *Teoria simbólica*. Celta: Celta ed, 1994.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. *O Paraná e seus municípios*. Maringá: Memória Brasileira, 1996.
- FISCHER, Tânia. *Poder local: governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- GINZBURG. Carlos, *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro*

- perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LAVALLE, Aida Mansani. *Germânia - Guaíra: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa*. Ponta Grossa: Centro de Publicações, 1996.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.
- LIMA, Magali Alonso de. *Formas arquiteturais esportivas no Estado Novo 1937-1945: suas implicações na plástica de corpos e espíritos*. Pesquisa apresentada ao Centro de Documentação e Pesquisa da FUNART - 1979.
- MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre o fenômeno de aculturação no Paraná*. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.
- MELO FILHO, Álvaro. *Nova lei de desporto comentada*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- MOREIRA, Wagner Wey. *Educação física & esporte: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1992.
- MORIN, Edgar, *Cultura de massas no século XX: neurose o espírito do tempo*. 3.ed.,v.1., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- NADALIN, Sérgio Odilon. *Clube Concórdia*. Curitiba, 1972. Monografia de curso realizado no Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.
- ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1994.

- OSBORNE, David. *Reiventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. Trad. de Sergio Fernando Guarischi Baht e Ewandro Magalhães. 4. ed. Brasília: MH Comunicações, 1994.
- PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1981.
- PINTO, José Antônio Gomes de. Em busca de um referencial teórico para a análise do governo local o caso Camaçari-Bahia. In: Fischer, T. *Poder Local Governo e Cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- PRONI, Marcelo Weishaupt. *Esporte-espetáculo futebol-empresa*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1998.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, João Bosco; SCHMITT, Paulo Marcos. *Entenda a Lei Pelé*. Londrina: Lido, 1997.